

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CLAUDINÉIA RODRIGUES CARDOSO RIBEIRO

**INSERÇÃO ÉTNICA NO MERCADO DE TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DOS
TRABALHADORES INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS - MS**

DOURADOS – MS

2018

CLAUDINÉIA RODRIGUES CARDOSO RIBEIRO

**INSERÇÃO ÉTNICA NO MERCADO DE TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DOS
TRABALHADORES INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociologia (PPGS), nível de Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Linha de pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dra. Alzira Salete Menegat

Coorientador: Prof. Dr. Marcílio Rodrigues Lucas

DOURADOS – MS

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDINÉIA RODRIGUES CARDOSO RIBEIRO

INSERÇÃO ÉTNICA NO MERCADO DE TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS – MS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau Mestre em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Alzira Salete Menegat
Universidade Federal da Grande Dourados
Orientadora/Presidenta

Prof. Dr. Marcílio Rodrigues Lucas
Universidade Federal da Grande Dourados
Coorientador
Membro Titular

Prof. Dr. Levi Pereira Marques
Universidade Federal da Grande Dourados
Membro Titular

Prof. Dr. Márcio Mucedula Aguiar
Universidade Federal da Grande Dourados
Membro Titular

APROVADA EM: 06/07/2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C268i Cardoso, Claudinéia Rodrigues

INSERÇÃO ÉTNICA NO MERCADO DE TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DOS
TRABALHADORES INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS -
MS / Claudinéia Rodrigues Cardoso -- Dourados: UFGD, 2018.

117f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Alzira Salete Menegat

Co-orientador: Marcílio Rodrigues Lucas

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade
Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Kaiowá e Guarani. 2. Trabalho. 3. Vulnerabilidade Social. 4. Invisibilidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer que não conseguiria atingir os objetivos sozinho, para tanto é impossível mencionar em palavras toda a minha gratidão às pessoas que foram fundamentais na construção deste estudo.

Quero de início, agradecer a minha orientadora Professora Dr^a Alzira Salete Menegat e coorientador Professor Dr. Marcílio Rodrigues Lucas, por ter acreditado e incentivado a buscar o melhor resultado possível desse estudo. Sabemos que seria impossível abranger tudo que a minha ansiedade e inexperiência pretendia, mas com as orientações sempre de forma decidida, respeitosa, paciente e profissional, apontando possibilidades com críticas necessárias para alcançarmos um bom resultado que espero ter obtido. Muito obrigada!

Agradeço aos funcionários da empresa onde realizamos a pesquisa de campo, em especial, os trabalhadores indígenas pelas entrevistas concedidas, muitas vezes nos momentos de descanso.

Aos membros da banca da qualificação, Professora Dr^a Aline Crespe e Professor Dr. Levi Marque Pereira, pelas críticas necessárias, as quais foram fundamentais para novos recortes da pesquisa e retirada dos excessos. Obrigada por todos os apontamentos!

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação do Programa de Sociologia da UFGD, especialmente àqueles que contribuíram diretamente com meu processo de formação como mestranda. Estendo o meu agradecimento ao professor Dr. Harib Caballeiro, do PPG de História.

Aos colegas de turma do mestrado, as/os quais tive excelentes momentos de crescimento intelectual e pessoal, compartilhamos cafés, caronas, angustias e alegrias. Obrigada, Crislaine, Bruna, Wendel, Nátali, Oswaldo e em especial aos meus amigos Guilherme e Camila.

Deixo aqui um agradecimento especial ao meu amigo Guilherme, companheiro de tantas gargalhadas, almoços, visitas e angustias. Sempre disponível em ajudar as amigas. Uma das mais belas pessoas que cruzou o meu caminho, é impossível te agradecer em palavras, só posso deixar aqui o meu carinho e admiração pela pessoa incrível que você é. Dona Lúcia caprichou na formação desse amigo, pesquisador e profissional maravilhoso!!!

Camila, outro presente desse mestrado. Pessoa incrível, determinada, alegre, de uma energia que contagia todos ao seu redor. Tão jovem e tão eficiente no que propõe a fazer, amiga obrigada por tudo!! Você nem imagina o quanto sou grata por conviver com você, esse jeito de “menina/adulta”, fez com que eu passasse a levar a vida com mais leveza. Ter a sua amizade foi um dos grandes presentes dessa pós-graduação. Aos diretores das instituições que leciono, Darcizio, Ivanilde e Rose, sempre compreensivos com meus horários de aula, possibilitando que conciliasse o trabalho com as disciplinas necessárias para conclusão do mestrado. Espero colocar em prática os conhecimentos adquiridos com esse estudo, pois sei que o compromisso de vocês é com a educação de qualidade. Muito Obrigada!

Aos colegas e amigos de trabalho, especialmente àqueles que acompanharam mais de perto os momentos de ansiedade e os imprescindíveis momentos de relaxamento e sempre com energias positivas; Zélia Cabral, Eliete Kaneco, Maria Aparecida, Marli, Taianá, Ana Paula, valeu por tudo!

A minha amiga, Sirlei Meira e sua família, sempre muito companheira e prestativa, o meu eterno agradecimento!

Aos meus pais, Marli e José, com vocês aprendi a lutar pelos meus ideais, ao me incentivarem, encorajando-me a trilhar novos caminhos, sem esquecer as minhas origens, com humildade, respeito e amor ao próximo. Minhas irmãs, Edna Maura e Valdinéia, exemplo de companheirismo, perseverança e inspiração. Amo muito vocês, manas! Aos meus sobrinhos: Marcelo, João Gabriel, Gustavo, Guilherme, Raíque e Samuel, Judy e Raíque Esíquio pelo amor e carinho!

Agradecimento especial ao meu esposo, Marlon João, pela compreensão e amor! Sempre muito paciente com as minhas inquietações, além de não medir esforços de caminhar junto comigo na construção dessa pesquisa. Muito obrigada meu amor!

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa Cidadania Diversidade e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados. É resultado de uma pesquisa com a qual buscamos compreender a inserção da mão de obra Kaiowá e Guarani no mercado de trabalho urbano, especificamente na empresa prestadora de serviços da coleta de lixo residencial e comercial de Dourados – MS. As percepções alcançadas a partir das observações foram aprofundadas com as falas obtidas nas entrevistas realizadas entre os anos 2017 e 2018, com os coletores de lixo Kaiowá e Guarani, o motorista da caçamba de lixo, da etnia Kaiowá e dois funcionários que ocupam cargos hierarquicamente superiores na Empresa, onde realizamos a pesquisa de campo. Todos os dados foram articulados com reflexões teóricas nas quais a dissertação se fundamenta, tendo como fio condutor uma análise sociológica do trabalho a partir de categorias como reconhecimento, estigma e invisibilidade. A pesquisa vinculou-se ao processo da vulnerabilidade social vivida atualmente na Reserva Indígena de Dourados (RID), associada ao espólio sofrido durante décadas, efetivado pelas frentes de colonização, o que inviabilizou a sobrevivência destes povos de acordo com a organização tradicional. Alinhado a esses aspectos está ainda a ausência de políticas que viabilizem ações para que esses povos mantenham condições mais dignas de sobrevivência. As exigências impostas pela reestruturação produtiva da economia, de alcance mundial, trazem desafios para trabalhadores com menor qualificação da força de trabalho, que visem a assegurar oportunidades de emprego num cenário de terceirização, flexibilização do trabalho, associado aos altos índices de desemprego. Os sujeitos da pesquisa, trabalhadores Kaiowá e Guarani na coleta de lixo, buscam ser protagonistas frente às adversidades que são impostas pelo mercado de trabalho urbano regional. Em Dourados, embora inexistam políticas públicas que visam à inserção étnica, com qualificação profissional e incentivos para que encontremos trabalhadores indígenas em diferentes setores de trabalho urbano, percebemos que os sujeitos vão se adequando aos espaços onde são bem aceitos, conscientes de que trabalho é trabalho e que o objetivo maior é conseguir ter, até certo ponto, garantia de um salário que irá proporcionar condições de reprodução familiar.

Palavras-chave: Trabalho; Kaiowá e Guarani; Vulnerabilidade Social; Invisibilidade.

ABSTRACT

This master thesis is linked to the study line of Citizenship, Diversity and Social Movements, by Graduate Program in Sociology, Federal University of Grande Dourados. It is result of a research which we sought to understand the Kaiowá and Guarani insertion in the urban labor market, specifically, in a company that provides services for residential and commercial Garbage Collection in Dourados - MS. The perceptions achieved from the observations were deepened with statements obtained by interviews conducted between 2017 and 2018 with Kaiowá and Guarani garbage collectors, the garbage truck driver of the Kaiowá ethnic group too, and two employees who occupy hierarchically superior positions in the company where this field research was conducted. All the data were articulated with theoretical reflections in which the master thesis is based, having a sociological analysis as a guideline of the work considering categories like recognition, stigma and invisibility. The research was related to the currently social vulnerability process lived in Dourados Indigenous Reserve (DIR), associated to the assets suffered by this ethnic groups by decades and effected by the colonization fronts. This situation made the survival of these peoples impossible according to the traditional organization. Aligned to these aspects the policies are also absence which it makes possible actions for these people to maintain worthier survival conditions. The demands imposed by the productive restructuring of the world economy bring challenges for workers with lower workforce qualification who aim to ensure employment opportunities in an outsourcing scenario, labor flexibility and high unemployment rates. The subjects of this research, Kaiowá and Guarani workers garbage collection, seek to be protagonists face of the adversities that are imposed by the regional urban labor market. Although there are no public policies in Dourados that aimed an ethnic insertion with professional qualifications, and incentives for indigenous workers in different urban work sectors, we realize that the subjects have been adapting to the spaces where they are well accepted. And aware that work is work and, in general, the main goal is to be able to guarantee a salary that will provide conditions for family reproduction.

Keywords: Work; Kaiwoá and Guarani; Social vulnerability; Invisibility.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do município de Dourados, Mato Grosso do Sul.....	53
Figura 2 – Trajeto de acesso à Empresa responsável pela Coleta de Lixo.....	66
Figura 3 – Estátua de Getúlio Vargas.....	67

LISTA DE GRÁFICOS S E TABELAS

Gráfico 1 – Quantitativo de acidentados fatais de terceirizados em relação às causas (2001-2011).....	47
Gráfico 2 – Nível de escolaridade entre os coletores indígenas na Empresa A no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017-2018).....	57
Gráfico 3 – Cor/raça ou etnia entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017-2018).....	58
Gráfico 4 – Número de filhos entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017-2018).....	58
Gráfico 5 – Intervalos de idade entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017-2018).....	59
Tabela 1 – Reservas Indígenas demarcadas criadas entre 1915 e 1928.....	30
Tabela 2 – População da Reserva Indígena de Dourados (1977-2014).....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário
- CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNH** – Carteira Nacional de Habilitação
- CONDEPE** – Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana
- CONTRAN** – Conselho Nacional de Trânsito
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DNOS** – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
- ELETOBRAS** – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPI** – Equipamento de Proteção Individual
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- HIV** – *Human Immunodeficiency Virus*
- MPT** – Ministério Público do Trabalho
- MS** – Mato Grosso do Sul
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- NR** – Norma regulamentadora
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- POLOCENTRO** – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
- PROÁLCOOL** – Programa Nacional do Álcool RID – Reserva Indígena de Dourados
- PRODEPAN** – Programa para o Desenvolvimento do Pantanal
- SPI** – Serviço de Proteção aos Índios
- SPILTN** – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
- TST** – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: ASPECTOS CONCEITUAIS DO TRABALHO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES DIANTE DO PROCESSO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO MS	25
1.1 O sentido tradicional de trabalho e as formas de “changa”	27
1.2 O processo histórico dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul	30
1.2.1 Atuação da Matte Larangeira na região sul do atual Mato Grosso do Sul.....	31
1.2.2. A Marcha para Oeste: o “confinamento” e a formação da colônia agrícola.....	33
1.2.4. Expansão dos canaviais e novos impactos sobre os Kaiowá e Guarani.....	39
CAPÍTULO II: INSERÇÃO DOS INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO URBANO NA GRANDE DOURADOS	50
2.1 A Reestruturação do capital frente a crise de 1970	50
2.2 A vulnerabilidade social dos trabalhadores Kaiowá e Guarani no trabalho urbano no município de Dourados	55
2.3 Coleta de lixo em Dourados-MS: dinâmicas, organização e perfis	59
2.4 Acidente de trabalho na coleta de lixo	70
2.5 O transporte até a empresa	72
CAPÍTULO III: OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS COLETORES DE LIXO NA CIDADE DE DOURADOS: DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS DE RECONHECIMENTO, INVISIBILIDADE E ESTIGMA	77
3.1 Corpos Murchos: a invisibilidade social e o poder de secar os corpos	78
3.2 A questão do reconhecimento no trabalho da coleta de lixo: diálogos com Axel Honneth	88
3.3 Os estigmas: análises das marcas impressas pelo processo de espoliação dos povos Kaiowá e Guarani	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a presença da mão de obra indígena no mercado de trabalho urbano, especificamente, das etnias Kaiowá e Guarani¹, na coleta de lixo residencial e comercial no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul (MS). Trata-se de uma pesquisa que intentou compreender a dinâmica da inserção desses trabalhadores no mercado urbano, assim como verificar as formas como são percebidos socialmente e como eles próprios se reconhecem como trabalhadores inseridos no modo capitalista do trabalho. Procuramos também investigar quais são as novas configurações decorrentes dessa atuação em suas vidas. Para isso, consideramos que a inviabilidade dos modos de produção tradicional nas reservas, onde foram confinados, resultou na precariedade de vida dessas comunidades, fazendo com que muitos superem os estigmas presentes nas relações sociais com os não indígenas e partam em busca de trabalho em outros espaços, dentre eles na cidade.

Nesse sentido, o conceito de reconhecimento, com base nas reflexões de Axel Honneth (2008), fundamenta nossa análise. O autor define reconhecimento como imprescindível para inserção plena do trabalhador na sociedade, uma vez que o trabalho é um meio dos indivíduos se inserirem e se sentirem parte do corpo social. Nessa senda, abordamos através do conceito de invisibilidade, desenvolvido por Costa (2004), como as relações de trabalho na sociedade capitalista produzem uma parcela dos trabalhadores – aqueles que ocupam posições subalternizadas no mercado de trabalho – invisíveis mediante as múltiplas relações de poder que atravessam o cotidiano desses sujeitos. A especificidade da inserção dos Kaiowá e Guarani no mercado de trabalho exigiu que buscássemos compreender esse fenômeno através da noção de estigma, de Erving Goffman (1998), já que as vivências dos povos indígenas no contexto brasileiro são permeadas por uma série de imaginários e marcas – visíveis e invisíveis – deixadas pelo processo de colonização.

Cabe destacarmos que o meu interesse em pesquisar a inserção dos trabalhadores indígenas na coleta de lixo em Dourados iniciou-se quando o cheguei

¹ Kaiowá/Guarani - Grupos étnicos de língua guarani, que se dividem entre Ñandeva, Mbyá e Kaiowá. Eles foram historicamente denominados de *Guarani* pelos espanhóis e jesuítas, assim como por antropólogos, arqueólogos e historiadores que pouco se detiveram a observar os fenômenos da etnicidade e da identidade étnica (MACIEL, 2012, p.14).

ao município vinda do estado de Minas Gerais no ano de 2013. Na ocasião, observei as manifestações de poder da população local sobre os indígenas, o que me deixou meio assustada, especialmente pelo fato que aqui está a segunda maior população indígena do país. Chamou-me a atenção o fato de que essa população se encontra em condições precárias, de intensa negação da humanidade do “outro”, fator legitimador da dominação. Nos diversos setores onde passei a integrar quando a Dourados cheguei, era costumeiro fato de ouvir expressões acompanhadas de estereótipos de cunho étnico, associadas às populações indígenas, sobretudo, em relação ao trabalho, sendo comum adjetivos pejorativos como: bugres, bêbados, preguiçosos, vagabundos e invasores de fazendas. E, com isso, incitava o meu imaginário, fortemente entrelaçado pelas dinâmicas das relações sociais douradense, independente da faixa etária e da classe social. Com todas essas minhas inquietações dediquei-me em leituras que retratasse o processo histórico da região, assim como alguns trabalhos que retratasse sobre questões indígenas. Porém não foram suficientes para que compreendesse de maneira mais explícita possível, pois muitas informações que me deparei era permeada por interesses daqueles que detém o poder local, os latifundiários.

No decorrer do tempo, identificamos que a presença do trabalhador indígena ocorria, mais expressivamente, nos postos de trabalho de menor exigência de qualificação da mão de obra e de menor valorização econômica, como: auxiliares (serventes) na construção civil, trabalhos autônomos (carpintaria), serviço de coleta do lixo no município.

Além desses, não poderíamos deixar de mencionar o fato de as mulheres indígenas saírem com as crianças a fim de comercializar mandioca e milho, bem como elas assumem trabalhos de faxina, como empregadas domésticas na cidade de Dourados. Esse cenário, observado quase que diariamente, despertou em nós incômodo, ao ouvirmos as pessoas dizerem que os indígenas eram preguiçosos e que queriam viver só com os benefícios sociais do governo federal, pois são improdutivos e gostam de “boa vida”, sem considerar o fazer que desempenhavam.

Esses motivos nos levaram a adentrar na pesquisa tendo os indígenas como sujeitos. Dentre os setores que assumem no mercado de trabalho urbano, optamos pelos que trabalham na coleta de lixo, uma vez que nos chamou a nossa atenção o número de trabalhadores indígenas empregados nesse setor, o qual requer do trabalhador enorme esforço físico na rotina da coleta de lixo. Além disso, existe a

desvalorização dada pela sociedade à função de coletor, por trabalhar com o que é descartado, sem serventia, o lixo. Nesse sentido, corroboramos com Bourdieu quando diz que a construção do objeto demonstra que o pesquisador deve ter “postura activa e sistemática”, ou seja, que possibilita desmitificar os imaginários produzidos no senso comum (BOURDIEU, 1989, p 32).

No caso do trabalho indígena, um dos pontos a ser destacado está na associação pejorativa que se afirma da identidade dos povos indígenas, marcados por estereótipos envoltos à forma como as relações foram sendo construídas entre as diferentes classes sociais e/ou grupos sociais no contexto brasileiro, e que no caso das comunidades indígenas denotam inferioridade em relação à sociedade não indígena, bem como pela função do coletor de lixo. São as marcas do processo histórico que ainda se fazem presentes, estigmatizando pessoas e modos de vida, visto que o trabalhador envolto em funções relacionadas ao lixo, seja coletor, catador ou gari, às vezes, é associado ao próprio lixo, na dimensão de qualquer material sem utilidade, portanto, invisível.

A invisibilidade em relação às comunidades indígenas é histórica. Tal situação pode ter sido intensificada, no que tange ao trabalho indígena, ao fato de o Estado brasileiro ter instituído a tutela sobre os povos indígenas, sobretudo, no Código Civil de 1916, por meio do qual se demonstrava que o indígena era incapaz de responder por si próprio, cabendo ao Estado integrá-lo de acordo com a “civilização” (MELO, 2007, p. 111-112).

A visão de tutela por parte do Estado esteve presente também nos órgãos específicos de proteção ao índio, tanto no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, como na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, quando o órgão é criado, após a extinção do SPI. Esses dois, órgãos estatais criados pelo Estado, continuam em si o intuito da proteção/tutela dos povos indígenas e estavam voltados para uma normatização, como também para a integração dessa população aos modos da população branca (não reconhecendo as especificidades culturais de cada grupo étnico). A integração despontou com maior ênfase em relação à proteção voltada para preservar e respeitar a organização e os costumes desses povos originários.

Cabe salientarmos que, no período da ditadura militar (1964 – 1985), assentou-se uma restrição dos direitos sociais, sobretudo, para os direitos indígenas, etapa modificada a partir das mobilizações iniciadas na década de 1980, motivadas pela emergência na elaboração de uma nova Constituição Federal (1988). A Carta Magna

assegurou nos artigos 231 e 232 o reconhecimento dos indígenas e de seus costumes, crenças, tradições e organização social. Ademais, a mesma Constituição, que reconhece os costumes e organização indígena, também prevê que a União deve proteger e zelar pelos direitos dos povos indígenas. Com efeito, o novo Código Civil de 2002 deixa de ver esse indígena enquanto incapaz e resguarda os direitos indígenas à legislação especial (MELO, 2007, p.113).

No caso do estado de Mato Grosso do Sul, sabemos que este historicamente contou com a mão de obra indígena no processo de ocupação e exploração das terras. Atualmente, conta com a segunda maior população indígena do Brasil, conforme dados do Censo do IBGE, de 2010². Cabe destacarmos as formas históricas de trabalho indígena que se efetivaram em MS. Observamos que a preocupação pelo direito do trabalhador indígena, iniciada a partir da década 1980, teve como pano de fundo a instalação das usinas sucroalcooleiras no estado de MS, já que a condição deste trabalhador esteve atrelada a uma condição de exploração de sua mão de obra. A partir do desenvolvimento das legislações que reconhecem as especificidades étnicas do trabalhador indígena, iniciou-se a fiscalização pelos órgãos competentes. Em MS, o Ministério Público do Trabalho, que assegura a proteção do trabalhador indígena, atua nos contratos de trabalho com as usinas de cana-de-açúcar.

Dentre os regimes de contrato, um deles intitulado “contrato de equipe”, demonstrou maior adequação às condições dos trabalhadores indígenas, sendo regido por meio dos pactos comunitários, resguardando que, em caso de atividades sazonais, o trabalhador indígena tem um tempo máximo de ausência de seu território de origem, e aqueles trabalhadores que exercem atividades no perímetro urbano são resguardados pela mesma política do não índio, isto é, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Cabe, ainda, ressaltarmos a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passa a integrar o ordenamento jurídico nacional com status de norma constitucional sobre os direitos do trabalhador indígena, inclusive, estabelecendo que o Estado deva promover políticas contra a discriminação, bem como extinguir contratos de trabalho pautados no salário étnico, isto é, aquele que desqualifica a mão de obra do trabalhador em razão da sua condição étnico-racial.

² De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do estado de Mato Grosso do Sul se autodeclara de cor ou raça: branca 47,29%, preta 4,9%, amarela 1,22%, parda 43,59% e indígena 2,99% (IBGE, 2010).

As legislações trabalhistas e a atuação do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul sempre foram no sentido de promover o direito do indígena ao trabalho, bem como de fiscalizar a fim de que práticas discriminatórias e de exploração não ocorram no âmbito do trabalho, promovendo o “reconhecimento dos seus direitos trabalhistas e previdenciários, em pé de igualdade com os trabalhadores brancos” (MELO, 2007, p. 126).

No entanto, a existência do reconhecimento pelo Estado, no que se refere à diferença cultural dos povos indígenas, e de legislações específicas para o trabalho indígena, não exime a ocorrência de situações de desrespeito aos direitos e às diversidades culturais dos trabalhadores indígenas que se encontram no mercado de trabalho urbano de Dourados/MS. Acreditamos que a Constituição Federal, de 1988, bem como a Conversão 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concebem ao trabalhador indígena Kaiowá e Guarani um elemento importante de (re)conhecimento e resistência, possibilitando condições para se manterem nas comunidades de origem, mesmo que essa relação no trabalho formal possa ocasionar mudanças nos seus locais de origens.

O campo e os sujeitos da pesquisa: metodologia e técnicas de pesquisa

Para Bourdieu (1989, p.28), “a noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa”. Dos grupos étnicos e das reservas indígenas que compõem o estado de Mato Grosso do Sul³, delimitamos a pesquisa com os indígenas da etnia Kaiowá e Guarani inseridos no trabalho de coleta de lixo na cidade de Dourados, todos moradores da Reserva Indígena de Dourados (RID)⁴. Acreditamos ser fundamental o fato de residirem na Reserva e, ao mesmo tempo, ocuparem espaços de trabalho no contexto urbano, configurando resistências, visto

³ De acordo com Chamorro e Combès, compõem o Mato Grosso do Sul onze etnias indígenas, sendo: “Terena e Kinikinau, ambos da família linguística arawak; Kaiowa e Guarani, da família linguística tupi-guarani; Kadiwéu, de língua guaikurú; Ofaié (também conhecidos como Ofaié-Xavante) e Guató, do tronco macro-jê; Chamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Camba, cada um com uma língua original isolada, que hoje não falam mais” (CHAMORRO; COMBÈS, 2015, p. 20).

⁴ Encontramos materiais produzidos acerca da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa pelo nome popular, isto é, pelo nome como as pessoas conhecem o local, sendo este Reserva Indígena de Dourados (RID), a exemplo Silva (2007) e Pereira (2014).

que com isso conseguiram manter, até certo ponto, costumes e hábitos dos seus antepassados.

A RID “foi criada no dia 03 de setembro de 1917 por meio do Decreto Estadual nº 401, sob a tutela do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nomeada como Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa. Buscou confinar os grupos étnicos Kaiowá, Guarani e Terena numa área de 3.600 ha de terra “para colônia dos índios de Dourados” (Posto Indígena Francisco Horta) (BRAND, 1997, p.111).

Vale ressaltar que nesse processo de aldeamento não foram levadas em consideração as diferenças culturais das etnias alocadas nesse espaço, ocasionando conflitos étnicos entre os índios que passaram a viver na “Reserva Indígena”. Outro ponto relevante é quanto às resistências por parte dos povos indígenas no que diz respeito ao fato de serem direcionados para um espaço demarcado pelo SPI, já que eram acostumados a viver sem limites físicos, além da relação cultural que mantinham com os territórios originais. “Os Guarani e Kaiowá nunca tinham vivido, segundo seus costumes, organizados em um pequeno território, nas chamadas aldeias” (CRESPE, 2015, p.115).

De acordo com Pereira (2014, p. 3), a Reserva Indígena de Dourados foi inicialmente destinada aos índios da etnia Kaiowá, tendo em vista sua localização em um território historicamente ocupado por essa etnia. Os índios da etnia Terena e Guarani, que estavam na região, vieram para a reserva logo em seguida, sob a orientação do SPI, ficando organizados em duas aldeias, Jaguapiru Bororó, onde foram abrigados uma significativa população. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do estado de Mato Grosso do Sul autodeclara-se de cor ou raça: branca 47,29%, preta 4,9%, amarela 1,22%, parda 43,59% e indígena 2,99%. E, em Dourados-MS, autodeclaram-se como branca 55,77%, preta 3,95%, amarela 1,48%, pardo 35,32% e indígena 3,48%. Notamos, portanto, que em relação ao índice do Brasil, a população indígena autodeclarada é de 0,43%, de forma que o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados apresentam índices superiores ao contexto Nacional. Nessa perspectiva, o campo que ocorre na cidade de Dourados-MS, possui a maior população indígena que vive dentro do perímetro urbano.

Cabe destacar que a Reserva Indígena de Dourados está localizada a aproximadamente 6 km da área central de Dourados, tendo como referencial a Praça Antônio João (Marco Zero). Assim, indígenas e não indígenas compõem cotidianamente as dinâmicas da cidade.

Compete informarmos que no que se refere à compreensão do processo de usurpação dos territórios dos povos indígenas, nossa busca restringiu-se às fontes escritas, visto não ser nossa intenção uma pesquisa de campo na comunidade indígena. No entanto, acreditamos ser necessário deter referenciais desse processo e, assim, nos amparar no entendimento da atuação dos indígenas que trabalham na coleta do lixo. Nesse sentido, para conhecermos o lugar onde vivem os sujeitos de nossa pesquisa, dialogamos com os referenciais teóricos de Brand (1997), Crespe (2015), Pereira (2014) e Chamorro (2015), que investigaram o processo de territorialização e desterritorialização dos Kaiowá e Guarani, fundamentalmente sobre os processos de colonização que confinaram os povos indígenas em reservas, não reconhecendo o seu direito à terra, crenças e modos de ser.

Desta maneira, orientando-nos aos sujeitos da pesquisa sobre o trabalho indígena no mercado de trabalho urbano, o campo se delimita no espaço do perímetro urbano, em especial, na coleta de lixo urbano. Esse serviço é realizado por uma empresa privada, prestadora de serviço terceirizado à Prefeitura Municipal, desde o ano de 2004. O pregão de licitação pública é realizado anualmente, com a possibilidade de prorrogação do edital por até 60 meses. Nesse formato, a empresa que obtém êxito na licitação para a coleta do lixo urbano e comercial passa a deter a concessão pelo período de 12 meses, podendo renovar o contrato por cinco anos consecutivos, e somente após esse prazo um novo pregão de licitação é aberto.

No que concerne à existência de número expressivo de coletores indígenas, cabe salientar que não encontramos nenhuma recomendação de empregabilidade de indígenas na coleta de lixo que fosse assegurada em itens do edital da licitação pública. Esse fato ocorre na maioria dos casos pela indicação dos trabalhadores indígenas já empregados na empresa, indicando parentes ou amigos. Outros chegam até a empresa por saberem que ali serão aceitos, já que têm muitos trabalhadores indígenas.

No que se refere à metodologia da pesquisa, essa consistiu-se em uma abordagem qualitativa, permitindo a pesquisadora “ser flexível e descobrir-construir seus objetos, à medida que a pesquisa progride” (PIRES, 2014, p.154). Nesse sentido, analisar os processos de invisibilidade ao reconhecimento do trabalho indígena requereu da pesquisadora atenção em construir e reconstruir o objeto e as hipóteses de pesquisa, de modo que o ato de pesquisar não fosse apenas restritivo aos resultados que se esperava, mas que a pesquisa pudesse ser desenvolvida

compreendendo as relações na e com a produção das dinâmicas e espacialidades desses grupos.

Ao realizar o trabalho de campo no contexto da empresa, constatamos a presença de trabalhadores indígenas apenas nas funções de coletor de lixo e de motorista do caminhão que transporta o lixo recolhido na cidade para o aterro sanitário. Dentre os 80 coletores de lixo, que compõem os quadros da empresa, 72 são indígenas, e no total de 17 motoristas de caminhão, apenas 2 são indígenas, dentre estes, a maioria são da etnia Kaiowá⁵

Em relação à etnia, buscamos registros na empresa que comprovassem esta informação, porém nos foi informado que nos registros dos funcionários não constava a etnia dos trabalhadores. No mesmo diálogo, foi dito que a empresa está sempre de portas abertas para os trabalhadores indígenas, pois são excelentes funcionários, e o fato de ocuparem o cargo de coletores de lixo é devido ao perfil das vagas às quais se enquadram. Notamos também que os indígenas buscam se qualificar, como foi o caso do motorista de caminhão, que iniciou na limpeza no aterro sanitário, passando para função de coletor de lixo e, quando conseguiu a habilitação necessária, surgiu a vaga de motorista recontratado para esta função.

Coletor, segundo o Ministério do Trabalho, é aquele cuja função é coletar e destinar os resíduos produzidos pela população. A coleta do lixo residencial e comercial em Dourados-MS é organizada em turmas de trabalho, compostas de três coletores e um motorista, funcionando em dois turnos, um diurno e outro noturno, seguindo escalas sequenciais de segunda-feira a sábado, das 07h às 15 h, no período diurno, e das 19h às 2h da manhã, para a jornada do noturno. Nessa lógica, cada escala é constituída de uma equipe de quatro trabalhadores, que assumem oito horas de trabalho, para então ocorrer revezamento das equipes, assumindo um outro grupo. Em relação à quantidade de horas trabalhadas pelas equipes do período noturno, estas seguem as exigências legais da CLT, em especial, quanto ao adicional noturno. A dinâmica dos horários das equipes da coleta de lixo é estruturada buscando atender aos bairros da cidade. Nas áreas classificadas como periféricas, a coleta ocorre no período diurno; já nos bairros centrais, no período noturno. Quando perguntado o porquê destes horários, fomos prontamente informados que ocorria “Devido à falta de infraestrutura das ruas e violência nos bairros periféricos”.

⁵ A etnia foi informada oralmente.

Para a forma das entrevistas, optamos pelo formato semiestruturado, de modo que nos orientamos por um roteiro direcionado para a compreensão das dinâmicas de trabalho na coleta de lixo, bem como das relações de (in)visibilidade e reconhecimento dos trabalhadores indígenas no espaço do trabalho e da vida moral e, ainda, dos trabalhos exercidos anteriores ao atual e de como foi o ingresso na empresa⁶.

Na delimitação dos sujeitos, contamos com as seguintes orientações: a) coletores indígenas residentes na Reserva Indígena de Dourados (RID), percebendo as dinâmicas de deslocamento (trajeto casa-trabalho e trabalho-casa), relações interpessoais, reconhecimento e pertencimento étnico; b) grupamento por faixa de idade e estado civil dos coletores indígenas, observando a relação com o trabalho, isto é, objetivos e situações diversas que o fizeram deslocar-se para o trabalho formal urbano; c) trabalhadores indígenas que tiveram mobilidade funcional, em especial locomobilidade da função de coletor de lixo para motorista; d) trabalhador responsável pela empresa (administração e manutenção da coleta de lixo e aterro sanitário), analisando a representação do dirigente frente aos coletores, principalmente, quanto às relações de poder entre trabalhadores indígenas e não indígenas; e) trabalhador responsável pelo setor da coleta de lixo, sendo este encarregado pelo setor, considerando o olhar do não indígena sobre os trabalhadores indígenas e o estabelecimento das dinâmicas interpessoais entre eles, desde o processo de contratação dos trabalhadores, pontuando os quesitos importantes para contratação.

Constituem os sujeitos da pesquisa seis coletores de lixo, um motorista (indígena) e dois profissionais da empresa que ocupam posições hierarquicamente superiores (não indígenas). Para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, a identificação será realizada, ao longo da dissertação, utilizando C1, C2, C3, C4, C5, C6 para os coletores, M1 para o motorista e F1 e F2⁷ para os funcionários.

Quanto à identificação da empresa, no nosso primeiro contato, na pesquisa de campo, o funcionário, que nos recebeu, disse que não se importaria ser identificado pelo seu nome de batismo, porém pediu para não identificarmos a empresa. Então, optamos em usar apenas o nome Empresa, para designarmos o lugar onde os sujeitos da pesquisa trabalham. Nesse contato, fomos avisados que o melhor dia para

⁶ Para além do roteiro de entrevista, sabemos da importância do diálogo e das indagações que podem surgir no decorrer. O roteiro de perguntas pode ser encontrado anexo ao trabalho.

⁷ Embora não houve pedidos formais para não os identificarmos, optamos por preservar suas identidades.

realizarmos as entrevistas seria na sexta-feira, sempre no intervalo entre 13h e 14h, momento em que ocorre o descarregamento do lixo coletado pela manhã no aterro sanitário e, assim, os coletores estariam na empresa, visto que antes de se deslocarem para o aterro sanitário, os motoristas deixam os coletores na empresa, por volta das 12 h. Após o almoço, que não é oferecido pela Empresa, os coletores indígenas, que residem na RID, ficam no pátio conversando, tomando tereré, deitados em papelões, ou nas mediações da Empresa, aguardando o motorista chegar do aterro sanitário e conduzi-los até a Reserva Indígena de Dourados (RID). Nesse momento de descanso mantivemos diálogos com os coletores.

Com o uso de entrevistas, buscamos compreender como são organizadas as jornadas da coleta e como os trabalhadores indígenas dela participam, bem como investigar as relações de poder existentes na dinâmica dessa atuação de produção social.

Para Poupart (2014, p. 216), quando as entrevistas obedecem aos argumentos epistemológicos, ético-políticos e metodológicos, que condicionam a pesquisa, elas permitem “uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais” e, sobretudo, possibilitam observar as relações entre a reserva e a cidade. E, atenta ainda ao aspecto ético-político, a entrevista possibilita “compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais” e, em especial, “elucidar as realidades sociais”, privilegiando o “acesso à experiência dos atores”, sendo de suma importância para compreender a dinâmica das relações de invisibilidade e reconhecimento dos trabalhadores indígenas na coleta de lixo em Dourados (POUPART, 2014, p.216).

Como aponta Pierre Bourdieu (1989)⁸, um dos limítrofes para a realização da pesquisa empírica é aceitação do grupo. O/a pesquisador/a deve pensar a construção do objeto a partir da observação e estar aberto/a as desconstruções e construções do objeto, sobretudo, reconhecê-lo a partir de uma lógica “relacional” entre teoria e método/teoria e prática⁹.

⁸ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

⁹ Um bom exemplo para pensar as (des)construções do objeto foi a visita à empresa responsável pela coleta do lixo em Dourados-MS. Inicialmente, criamos várias cenas do que poderia acontecer nessa visita, sendo a principal a negação da pesquisa, numa visão recorrente do próprio modo como as tensões étnico-raciais são dinamizadas na vida social, em especial as relações de poder. No entanto, realizamos a primeira visita na empresa responsável pela coleta do lixo doméstico em Dourados no dia 07 de abril de 2017. Explicamos os objetivos da pesquisa, fomos bem acolhidos, e o funcionário

Mediante contato com a Empresa, traçamos estratégias de visitas para observações e entrevistas, realizadas no decorrer da pesquisa de campo, durante os anos de 2017 e 2018, contando com boa recepção por parte do funcionário que nos recebeu. No entanto, sentimos, às vezes, certa resistência da parte de alguns coletores em conceder entrevista, seja por timidez ou pelo fato de se sentirem inseguros em falar da profissão com pessoas desconhecidas.

Estrutura da dissertação

As conclusões decorrentes da pesquisa estão divididas em três capítulos, nos quais buscamos dialogar com os conceitos teóricos e com as falas dos sujeitos deste estudo. Para tanto, apresentamos os dados da pesquisa de campo ao longo dos capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos um recorte histórico, a partir do término da Guerra contra o Paraguai, com a chegada da empresa Mata Laranjeira, assim como os demais momentos das frentes de ocupação da região sul do atual Mato Grosso do Sul, especialmente, ao final do século, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, com as instalações das usinas e expansão da agroindústria, período concomitante de acentuação dos problemas socioeconômicos e culturais presentes na RID. Buscamos trazer esse diálogo em virtude da vulnerabilidade social dos indígenas e da inserção na lógica capitalista do trabalho.

No segundo capítulo, discorremos sobre a reestruturação do sistema capitalista, ocorrida a partir da crise mundial do petróleo na década de 1970, emergindo novas formas de produção e relação empregador e empregado. Dessa forma, acentuou-se a precarização do trabalhador, com as práticas de terceirização, flexibilização do trabalho, polivalência e das perdas de direitos trabalhistas, bem como enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, ora por esse cenário de desestabilidade empregatícia, ora pelos altos índices de desemprego e exigências do mercado. Dentro desse cenário do mundo do trabalho contemporâneo, buscamos dialogar com a realidade comprovada de acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa.

mostrou-se atencioso, abrindo os espaços da empresa para que pudéssemos realizar a pesquisa de campo.

No terceiro capítulo, visamos relacionar os conceitos de invisibilidade social, reconhecimento e estigmas à realidade identificada de acordo com o que nos foi falado nas entrevistas. Debater esses conceitos apresentando dados vivenciados no dia a dia de trabalho, seja pela profissão de coletor de lixo ou pela condição étnica dos trabalhadores, nos levou a perceber as dificuldades enfrentadas por eles, seja pela ignorância ou impunidade.

Ademais, o fio condutor entre as três principais categoriais da pesquisa: as formas de trabalho em momentos distintos da história dos indígenas da região de Dourados-MS; a especificidade da inserção dos indígenas Kaiowá e Guarani no ofício de coletor de lixo, mediante estudos apresentados pela sociologia do trabalho a respeito das tendências do mundo nas últimas décadas, acentuando o trabalho precarizado e a instabilidade de grupos vulneráveis, potencializada pela sua exposição à invisibilidade social, projeta a necessidade de protagonizar o reconhecimento e espaço no mercado de trabalho.

CAPÍTULO I: ASPECTOS CONCEITUAIS DO TRABALHO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES DIANTE DO PROCESSO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO MS

Neste capítulo, buscaremos discorrer sobre os sentidos e formas de trabalho em momentos distintos da história dos indígenas da região de Dourados-MS, especialmente a partir da virada para o século XX. A necessidade de re-existirem aos projetos de expropriações de seus territórios tradicionais perante as frentes de ocupação dos colonizadores, sobretudo, com a implantação da monocultura na segunda metade do século XX, contribuiu para que encontrássemos hoje, no mercado de trabalho da região da Grande Dourados, trabalhadores indígenas em postos de trabalhos subalternizados. Um destes setores é o da na coleta de lixo, no qual encontramos 90% de trabalhadores indígenas Kaiowá e Guarani empregados numa empresa terceirizada, responsável pela coleta de lixo urbano e comercial de Dourados. Através de uma retomada histórica das diversas tendências verificadas a partir da instalação da Companhia Matte Laranjeira, buscaremos entender as condições em que os indígenas se inserem no mercado de trabalho, como no de coleta de lixo, assim como apresentar os sujeitos da nossa pesquisa, os trabalhadores da etnia Kaiowá e Guarani neste nicho de trabalho.

Segundo o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os profissionais encarregados pela limpeza urbana são divididos em duas categorias, os coletores de Lixo e os Garis. O primeiro são os profissionais responsáveis pela coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, o segundo refere-se aos profissionais responsáveis pela conservação de logradouros públicos, conhecidos também como Varredores de Ruas.

A coleta do lixo residencial e comercial em Dourados/MS é realizada através de uma empresa terceirizada pelo governo municipal, conforme dizemos anteriormente, a mesma é responsável pelos serviços da coleta de lixo e destinação dos resíduos no Aterro Sanitário da cidade. Esse trabalho é realizado por equipes de três coletores e um motorista, funcionando em dois turnos, diurno e noturno, seguindo escalas sequenciais de segunda-feira a sábado, das 07 hs às 16 hs, no período diurno; e das 19 h às 03hs da manhã, para a jornada do noturno. Nessa lógica, cada escala é constituída de uma equipe de quatro trabalhadores, que assumem oito horas de trabalho, para então ocorrer o revezamento, assumindo um outro grupo. Sendo que

as horas trabalhadas no período noturno seguem as exigências legais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A dinâmica dos horários das equipes da coleta de lixo busca atender aos bairros da cidade, de forma que nas áreas classificadas como periféricas, a coleta ocorre no período diurno e nos bairros centrais no noturno.

Mediante o trabalho de campo, constatamos na Empresa a presença significativa de trabalhadores Kaiowá¹⁰ e Guarani. Segundo o funcionário responsável pela contratação dos coletores, não existe na empresa uma política para contratação da mão de obra indígena, nem registros que especificam a etnia dos funcionários. Conforme entrevista realizada no dia 15/07/2017:

A empresa não busca trabalhar só com coletores indígenas, acho que eles veem até à empresa por saber que aqui não existe um tratamento diferenciado. Nós buscamos tratar todos os funcionários de maneira igual, seja branco, negro ou índio. O que acontece aqui é que um parente indica o outro, as vezes eles chegam procurando emprego e diz que ficou sabendo através de um amigo e tal, e assim vão se comunicando entre eles na reserva. Não existe registro dizendo se fulano é branco, é indígena ou se é negro, nós identificamos pelo nome dele e pela função que exerce.

No que concerne à contratação de indígenas na coleta de lixo, tal efeito não é assegurado em nenhum item da licitação pública, de acordo com a resposta do funcionário acima citado e pelos estudos nos editais de 2003 a 2017.

Mediante as entrevistas e observações nos espaços comuns da empresa, percebemos um bom relacionamento entre os trabalhadores. Observamos que há, aparentemente, mesmo com os não-indígenas uma relação cortês entre eles. Questionados sobre o relacionamento com os demais coletores e funcionários da empresa, eles responderam:

C1: “Assim, é boa, a gente conversa, fala com essa gurizada pra não importar com muita coisa, pra fazer o trabalho direitinho. Como eu estou a mais tempo eu aconselho”.

C4 :“ É bom, a gente chega aqui, todo mundo conversa, assim uns fica conversando e tomando tereré, outros fica mais descansando mesmo,

¹⁰ Durante a pesquisa, também foi mencionado a presença de indígenas nos trabalhos de limpeza das caçambas do caminhão que recolhe o lixo no aterro Sanitário da Cidade, também de responsabilidade da Empresa onde realizamos a nossa pesquisa.

outros no telefone escutando música, é bom . Também aqui tem mais é indígena mesmo, ai agente se entende bem.”

C5: “ Aqui na coleta tem mais é indígena mesmo, só tem uns cinco ou sete que é branco , ai eles acaba dando certo com agente, assim, tem uns indígena também que fica mais na dele, não enturma muito não, mas é de boa, nós vamos levando.”

O fato de ser uma função que apresenta alta proporção da mão de obra indígena, faz com que os demais pretendentes ao emprego veem aquele espaço com boa aceitação, tornando um ambiente um lugar em que as relações de trabalho são menos penosas do que se estivessem em uma empresa sem nenhuma identificação étnica. Para entender melhor essa especificidade étnica no trabalho da coleta de lixo em Dourados, faz-se necessário uma retomada das diversas formas “não tradicionais” de trabalho exercidas pelos indígenas principalmente a partir do século passado.

1.1 O sentido tradicional de trabalho e as formas de “changa”

A obra “A sociedade contra o Estado”, do antropólogo Pierre Clastres, demonstra que o Trabalho nas sociedades ditas primitivas era visto como algo apenas necessário para a subsistência; segundo o autor, não por incapacidade inventiva, mas devido à irrelevância de produzir grandes excedentes, já que o objetivo deles era manter a existência de todo o grupo. Produzir excedente só era preciso para garantir os festejos tradicionais da aldeia. O trabalho dentro dos moldes capitalistas não encontrava espaço e sentidos na organização tradicional dos povos indígenas, enquanto estas viviam longe do modo de produção deste sistema. Nas sociedades indígenas, a relação do tempo dedicado ao trabalho difere das sociedades capitalistas, pois os objetivos da ação do trabalho são distintos. No caso das sociedades primitivas, não havia necessidade de explorar o outro para produzir excedente e acumular riqueza. Conforme Clatres (1982, p.135), “a vida econômica desses índios baseava-se sobretudo na agricultura, e, acessoriamente, na caça, na pesca e na coleta.”

Ainda segundo Clastres, os índios realmente dedicavam pouco tempo ao trabalho. No entanto, esse tempo despendido era suficiente para que os vivessem em uma sociedade considerada como “Sociedade da abundância”. Os indígenas apreciavam as ferramentas de trabalho trazidas pelo homem branco como um meio

facilitador das suas atividades de trabalho, o que possibilitava executar as tarefas em um menor tempo, assim poderia dedicar-se ao lazer o máximo possível.

A vantagem de um machado de metal sobre um machado de pedra é evidente demais para que nela nos detenhamos: [...] E ao descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto (CLASTRES, 1982, p.137).

A economia dos Kaiowá e Guarani embasava-se nas relações sociais pautadas pela distribuição, redistribuição e reciprocidade. O objetivo maior destas comunidades seria a manutenção da existência de todo o grupo não existindo a noção de propriedade privada e de exploração do trabalho do outro – de modo que o trabalho coletivo constitui uma das características marcantes na organização tradicional desses grupos.

Na sociedade capitalista, o trabalho assume um caráter totalmente diferente, pois, apesar do caráter social do trabalho, a apropriação dos seus produtos é privada, assim como a definição da própria atividade de trabalho. Na obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Karl Marx (2008) analisa o estranhamento do trabalho, ou seja, o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho. O trabalho estranhado em Marx vincula-se ao não reconhecimento de si na matéria produzida e na atividade produtiva. No caso dos trabalhadores indígenas, estranha-se as novas formas de uso, apropriação e valor sobre a matéria. Se antes, para a organização social dos indígenas, o trabalho era necessariamente uma atividade para sua subsistência, com as dinâmicas da sociedade capitalista atribui-se valor a esta atividade, altera-se as formas de uso e apropria-se da força de trabalho e dos meios de produção, a terra e todos os outros recursos naturais existentes. Assim, de acordo com Marx (2008), a economia política através das leis do trabalho no sistema capitalista retirava do trabalhador a essência do seu trabalho, uma vez que tornavam o trabalhador refém do capital. “O trabalho produz maravilhas para os ricos e privações para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (MARX, 2008, p.82).

Nesse sentido, Silva faz uma análise sobre a crítica feita por Marx ao sistema capitalista, visto que essa nova relação de trabalho impede o reconhecimento do “eu”

como sujeito naquilo que é fruto do seu trabalho. Assim, Marx interpreta a época histórica do capitalismo como uma formação socioeconômica que estruturalmente impede a autoidentificação de sujeitos trabalhadores em seus próprios produtos e, também, a possibilidade da realização pessoal. A luta de classes, que expressa a relação de conflito entre capital e trabalho, é o meio através do qual as forças de autorrealização fazem uma renovada tentativa para resistir aos poderes de trabalho morto (SILVA, 2010, p. 07).

Entre os indígenas, o trabalho efetuado para terceiros, para aqueles que não pertencem ao seu povo, é denominado “a *changa*”. Portanto, essa situação do trabalho feito para os de fora, ocasionou certa desorganização social no modo de viver tradicional dos Kaiowá e Guarani, e se liga às próprias perdas dos territórios tradicionais na região.

As relações de trabalho permeiam os campos social, econômico e histórico das sociedades, sobretudo, nos diferentes sentidos que essa atividade assume na organização social dos grupos indígenas. Com a expansão do capitalismo, novas formas de trabalho foram reguladas diante da exploração da força de trabalho e da expropriação do principal meio de produção, tornando o resultado do trabalho algo desconhecido para quem o produziu. Nas comunidades indígenas, o estranhamento ultrapassa as relações econômicas com o trabalho, afetando em cheio toda a organização cultural. A imposição dos modos capitalistas com o processo de colonização na região Sul do Mato Grosso do Sul, instituiu formas estranhadas sobre a força de trabalho.

Os Kaiowá passaram no último século por visíveis transformações em seu sistema social, como resultado da imposição de novas formas de produção econômica, perda do território, alterações nos padrões demográficos e de residência, ocorrendo também modificações na relação entre os sexos e nos modelos de casamento. [...] As instituições tradicionais assumem, assim, novas roupagens para resolver os problemas que as circunstâncias históricas atuais impõe: antes a exterioridade com a qual se defrontavam era composta fundamentalmente por outros grupos Guarani e, esporadicamente, por outras etnias indígenas; hoje, a sociedade nacional faz parte desse sistema de interação permanente, e os Kaiowá atualizam funções de seu sistema social para interagirem nesta situação não tão nova, pois já se prolonga por algumas décadas. (PEREIRA, 1999, p. 17-18)

Vejamos com mais detalhes as formas de trabalho exercidas pelos indígenas em cada contexto.

1.2 O processo histórico dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul

Acreditamos que é de grande relevância discorrermos sobre a história do processo de ocupação e, conseqüentemente, da desagregação da estrutura socioeconômica das comunidades indígenas que ocupavam o vasto território sul do Mato Grosso, enfraquecendo suas organizações tradicionais, uma vez que tiveram de conviver com intensa densidade demográfica, violência, escassez de alimentos, agravados pelo desmatamento e utilização exagerada de *agrotóxicos* nas lavouras da região, dentre outros problemas.

A utilização da mão obra indígena em Mato Grosso do Sul, seguiu a mesma lógica de aproveitamento por parte dos colonizadores na região leste pelos portugueses. Os projetos desenvolvimentistas propostos para o estado, ocasionaram a exploração dos trabalhadores Kaiowá e Guarani nas atividades desenvolvidas através dos projetos de colonização, objetivando tornar a região mais produtiva dentro da dinâmica nacional do capitalismo. A relação de trabalho ocasionou um regime escravagista, iniciado no final do século XIX, intensificado durante todo século XX, havendo registros de situações degradantes de trabalhadores indígenas em pleno século XXI.

A ocupação da região sul do Mato Grosso do Sul, no final do séc. XIX, e os seus desdobramentos no decorrer do século XX, através da forte atuação do Estado que desencadeou na desterritorialização¹¹ dos povos Kaiowá e Guarani das suas terras tradicionais. Esse processo ocorreu através de projetos desenvolvimentistas, os quais foram renovados de acordo com a necessidade de cada época. Após várias décadas, as comunidades indígenas viram-se em um contexto de significativa ocupação e conseqüente expulsão dos seus locais originalmente.

O recorte temporal se dá a partir do término da Guerra contra o Paraguai¹² em 1870, passando pelas demais frentes de ocupação de um território povoado quase que inteiramente pelos indígenas da etnia Kaiowá e Guarani.

¹¹ Segundo Maciel (2012), desterritorialização é o processo de tentativas e concretizações da retirada dos indígenas de seus costumeiros territórios e, conseqüentemente, a fixação destes em áreas demarcadas pelo governo federal para moradias.

¹² Guerra do Paraguai: foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. O conflito estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870.

1.2.1 Atuação da Matte Larangeira na região sul do atual Mato Grosso do Sul

A instalação da Companhia Matte Larangeira logo após o término da Guerra, influenciou diretamente na organização tradicional dos Kaiowá e Guarani da região sul do Mato Grosso, seja devido à mobilidade e desterritorialização de algumas aldeias ou à utilização expressiva da mão de obra nas atividades desenvolvidas pela Companhia, introduzindo, assim, a modalidade de trabalho desconhecida até então pelos indígenas. Segundo Brand (1997, p. 61), no ano de 1882, através do Decreto de nº 8799, de 9 de dezembro, Thomaz Larangeira¹³ obteve o primeiro arrendamento para exploração da erva-mate, porém com a ressalva de que só poderia atuar nos terrenos considerados devolutos nos limites territoriais entre a província do Mato Grosso e do Paraguai.

A Matte Larangeira empregou expressivamente a mão de obra dos Kaiowá e Guarani nas atividades desenvolvidas no processo de exploração dos ervateiros, como abertura de estradas, na coleta e armazenamento da erva. Alguns estudiosos da área, como Brand, acreditam que a presença significativa destas etnias pode ser explicada pelo fato de as concessões de terras terem ocorrido em pleno território tradicional destas etnias. Muitos indígenas fugiam pelas matas da região, devido ao processo de ocupação das aldeias. Os Kaiowá são denominados como “povos da mata”, provavelmente, este sentido tenha se originado pela visão do colonizador, pois era comum se refugiarem nas matas quando os colonos se aproximavam de suas aldeias.

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá/Guarani. Embora a mão de obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o engajamento de índios Kaiowá/Guarani na exploração da erva-mate. Isto em regiões densamente povoadas por aldeias Kaiowá, tais como Caarapó, Juti, Campanário e Sassoró. (Porto Sassoró) e outras. Inclusive a localização de várias Reservas Indígenas demarcadas até 1928 se deve ao fato de serem acampamentos, ou locais de trabalho, da Cia Matte Larangeiras. (BRAND, 1997, p.62)

¹³ Thomaz Larangeira era um empresário gaúcho, fornecedor de alimentos à comitiva brasileira de demarcação, chefiada pelo então Coronel Enéas Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju (CHAMORRO, 2015, p.87).

Chamorro (2015, p.122), ressalta o processo de alteração do modo de vida tradicional destes povos, o que desorganizou toda a sua vida social, pois muitos indígenas saíam do convívio do grupo das famílias extensas para seguir para o trabalho sazonal na Companhia. Essa mobilidade forçada dispersou as comunidades indígenas, alterando as suas formas de produção e de sociabilidade tradicionais.

Para atrair os indígenas à submissão do trabalho forçado, a Companhia Matte Larangeira criava estratégias com o intuito de “prender” os trabalhadores por meio de dívidas contraídas em festas que duravam dias, regadas a muita bebida. Assim, eles eram obrigados a trabalhar em situações análogas à escravidão por muito tempo. Muitos indígenas tentavam fugir dessa condição de trabalho, porém a vigilância dos “capangas” da empresa era muito rigorosa, correndo risco de serem mortos quando capturados.

Depois de juntar a mão de obra, a empresa promovia grandes festas que propositalmente duravam três dias. As festas tinham muita bebida e mulheres e durante estes três dias os futuros trabalhadores contraíam dívida impagável. Os trabalhos nos ervais eram apenas para pagar as dívidas contraídas na admissão. Mas quando iam pagá-las já se tinha contraído nova dívida com a companhia. Isso ligava o trabalhador, com condições de trabalho escravo, à empresa. Os indígenas que tentavam fugir, quando eram capturados, eram duramente punidos. (FERREIRA, 2007, p.57)

Os trabalhadores paraguaios intermediavam, a mando de Thomáz Larangeiras, os diálogos com os caciques que resistiam à presença da Companhia nos ervais nativos em seus territórios. Era necessário um amplo, e por vez demorado, tempo de convencimento, podendo, assim, iniciar os trabalhos extrativista da erva-mate em áreas com maior resistência. Larangeiras utilizava várias tentativas de convencimento no intuito de conseguir a permissão; dificilmente conseguia convencer os caciques na primeira visita, por isso era preciso, além de muita conversa, a oferta de presentes. Brand descreve o relato do senhor João Aquino, que demonstra como era a atuação dos Paraguaios a mando da Cia Matte Larangeiras.

O método de convencimento incluía já na primeira visita a doação de peças de pano grosso como presente. *As vezes o índio brigava para não entregar o erval dele (...) paraguaio bem sabido mesmo, entrava com jeito (...) porque fala a língua [...]* Más quando o método do convencimento através de presentes não dava certo, outros recursos eram utilizados: *dava susto por índio, mas não matava.* Perguntado

como “*dava susto*”, responde que era sobre mediante ameaças “*de que vai trazer avião, não sei o que, vai dar veneno e mata tudo os índio. Então os índio tem medo*” (BRAND, 1997, p.66, Grifo do autor).

De acordo com Maciel (2012, p. 51), a Cia Matte Larangeira teve o seu domínio até 1943. Neste mesmo ano, o presidente Getúlio Vargas anulou os direitos da Companhia e criou o território Federal de Ponta Porã¹⁴. Getúlio Vargas propôs neste período a criação de colônias agrícolas, possibilitando dividir a região em pequenos lotes. Era a Marcha para o Oeste, visando a ocupar o que o Governo Federal considerava como área vazia. Maciel ressalta que com o fim das atividades da empresa, iniciaria o período que mais atingiria a vida dos Kaiowá e Guarani até os dias recentes. As implantações das fazendas, as derrubadas das matas e a dispersão dos indígenas pelo processo de confinamento¹⁵ foram cruciais para o quadro socioeconômico destas etnias nos dias atuais. A esse respeito, buscaremos aprofundar essa discussão no final deste capítulo.

Paralelo à expansão da Mate Larangeira foi criado um órgão estatal com a incumbência de apaziguar os conflitos existentes entre os indígenas e os colonizados.

1.2.2. A Marcha para Oeste: o “confinamento” e a formação da colônia agrícola

No início do século XX, o Governo incentivou a colonização da região sul do então Mato Grosso com o objetivo de povoar a região com os “civilizados”. Muitos colonos, que vieram para a região sul de Mato Grosso, acreditavam que os povos indígenas, que viviam nestas terras, seriam obstáculos para os seus projetos de ocupação incentivados pelo governo. Houve até mesmo proposta de extermínio dos índios que resistissem ao avanço de imigrantes¹⁶. Neste contexto, o governo brasileiro

¹⁴ Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). A criação do Território Federal de Ponta Porã estava inserida na política de nacionalização do Estado Novo, sobretudo no que tange às questões de ocupação territorial e fronteira do país. Reflete-se acerca da realidade da região em que foi criado o Território Federal de Ponta Porã, o sul de Mato Grosso, no período em contexto. Para isso, fez-se imprescindível reportar à presença e trajetória da Companhia Mate Laranjeira, empresa privada de extração e exportação da erva-mate, que se revelava, cada vez mais, um entrave à política de colonização e nacionalização do Estado Novo.

¹⁵ Termo usado pelo historiador Antônio Brand (1997, p. 83) para designar o processo ocorrido com a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Caberia ao Estado retirar povos indígenas dos lugares onde viviam e serem confinados em reservas.

¹⁶ Von Ihering, diretor do Museu Paulista, defendia o extermínio dos índios que resistissem ao avanço da civilização, promovendo grande revolta em diversos setores da sociedade civil. O Brasil fora

criou um órgão, através do Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910, chamado Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Para além do viés protecionista do órgão, a atuação era direcionada a facilitar os projetos desenvolvimentistas de colonização, “integrando” as populações indígenas ao mundo considerado civilizado.

O órgão foi criado quatro anos após a criação do Ministério da Agricultura no ano de 1906. Em 1910 o então presidente Nilo Peçanha decreta a formação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN). [...] Articulando a necessidade de proteção, mediante uma acusação com repercussões internacionais, o SPI conjuga aos ideais protecionistas aos ideais desenvolvimentistas, trabalho e produção fica perceptível no decreto de criação do órgão (Decreto n 8.072 de 20 de junho de 1910).

Uma das ações do SPI foi a criação de oito “reservas” destinadas aos Kaiowá e Guarani e as demais etnias existentes na região. Segundo Brand (1997, p.111), a primeira Reserva foi criada por meio do Decreto Estadual nº. 404, de 10 de setembro de 1915, ofício nº 180, na cidade de Amambai, denominada Benjamim Constant, a qual possuía uma área de 3.600 ha, sofrendo redução antes mesmo de ser medida, ficando no final com uma área de 2.429 ha. A segunda, Reserva Indígena Francisco Horta, foi criada mediante o Decreto Estadual nº. 401, de 3 de setembro de 1917, totalizando uma área de 3.600 ha de terras, na cidade de Dourados. A terceira Reserva foi destinada aos Kaiowá de Caarapó, por meio do Decreto nº. 684, de 20 de novembro de 1924. Segundo Crespe (2015, p. 111), em 1927, o servidor Pimental Barbosa, apresentou a proposta de criação de mais cinco áreas indígenas. A primeira seria a de Porto de Sessoró, localizada à margem direita do rio Yjuy, a segunda a de Porto Lindo, localizada à margem direita do Rio Iguatemi, a terceira a de Pirajuy, na linha de fronteira com o Paraguai, e as duas últimas, a Remada e Limão Verde.

Tabela 1 - Reservas Indígenas demarcadas criadas entre 1915 e 1928

Terra Indígena	Grupo étnico	Município	População	Área (ha)	Área em posse dos indígenas (ha)	Hectare por família – média de 5 pessoas
Amambai	Kaiowá	Amambai	7.934	2.429	2.429	1,53

publicamente acusado de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas ocorrido em Viena (RIBEIRO, 1979); (CARNEIRO DA CUNHA, 1987)

Dourados	Guarani / Kaiowá e Terena	Dourados / Itaporã	11.880	3.474	3.474	1,46
Caarapó / Te'yikue	Guarani / Kaiowá	Caarapó	5.200	3.594	3.594	ñ3,45
Porto Lindo / Jacarey	Guarani	Japorã	4.242	1.649	1.649	1,94
Taquaperi	Kaiowá	Coronel Sapucaia	3.180	1.777	1.777	2,79
Sassoró / Ramada	Kaiowá	Tacuru	2.300	1.923	1.923	4,18
Limão Verde	Kaiowá	Amambai	1.330	668	668	2,51
Pirajuí	Guarani	Paranhos	2.184	2.118	2.118	4,84
Totais			38.525	17.632	17.632	2,82
Dados fornecidos pela FUNAI. População estimada com base no Censo populacional de 2010 e do Sistema de Informações sobre Atenção à Saúde Indígena (SIASI), — Secretaria Especial de Saúde Indígena, Ministério da Saúde. Os dados refletem a situação até fevereiro de 2013.						

Fonte: CAVALCANTE, 2015, p. 7

Importa observar as diferenças na quantidade de população por hectare. A reserva de Dourados apresentava a maior população em relação as outras. Em Caarapó - Te'yikue, havia uma área maior e com a metade da população da RID. No equivalente à área ocupada, o território era mais reduzido, refletindo gravemente na falta de espaço vivido pelas famílias indígenas, tendo em vista o aumento populacional e a concomitante diminuição do tamanho do espaço territorial para produção, sustento familiar e manutenção dos hábitos tradicionais dos Kaiowá, Guarani e Terena.

Era preciso retirar os povos indígenas dos lugares onde viviam, então foram criadas as Reservas Indígenas para alocação dessa população, desconsiderando a cultura, a língua e as rivalidades de cada etnia. As reservas também poderiam ser vistas como “reserva de mão de obra”, possibilitando aos colonos encontrar em um único lugar mão de obra abundante e desvalorizada.

A força de trabalho indígena foi vastamente utilizada na abertura das fazendas, normalmente através de contratos negociados pelo empreiteiro ou “gato”, pessoa que intermediava a relação entre trabalhadores indígenas e fazendeiros, os quais necessitavam desmatar, abrindo campos para o plantio da lavoura e criação de gado. Geralmente, os colonos utilizavam os paraguaios que falavam o guarani para fazer a comunicação e negociação com os indígenas;

[...] No início da ocupação agropastoril foi frequente a dispersão de famílias indígenas de várias comunidades por fazendas em fase de instalação, período regionalmente denominado de “abertura de fazendas”, quando os indígenas foram incorporados como mão de obra temporária ou na condição de agregados de fazendas. Concluídas a instalação das fazendas, a mão de obra indígena se tornou dispensável, e maior parte dos indígenas que viviam nas fazendas tinham apenas dois destinos possíveis: recolher nas reservas demarcadas ou passar a morar na periferia dos núcleos urbanos que surgiram na região (PEREIRA, 2010, p.117).

Diante dos fatos, é sabido que as Reservas criadas pelo SPI não apresentavam problemas de alta densidade demográfica no período inicial das formações das fazendas na região, pois muitos indígenas resistiam à transferência e conseguiam se refugiar nas matas; outros ficavam nos fundos das fazendas, mantendo, na medida do possível, as formas de organização tradicionais, além de viver próximo dos seus antepassados, uma das fortes características dos Kaiowá e Guarani. Uma das estratégias para manter uma relação próxima com o fazendeiro adotada pelos índios, era oferecer seus filhos para os chefes serem padrinhos, adquirindo, assim, a confiança numa relação de compadrio. Essa foi uma das estratégias para resistir ao processo de confinamento nas Reservas. “Nessas vastas propriedades, muitas famílias indígenas ficaram incorporadas às fazendas, conciliando caça, pesca e práticas culturais tradicionais com novas práticas econômicas e sociais, como trabalhar para os novos proprietários e ter com eles uma relação de compadrio” (CHAMORRO, 2015, p. 201).

Os problemas da densidade demográfica e da escassez de alimentos são agravados com a chegada de novas frentes de colonização, sobretudo, com a prática da monocultura.

Com a instauração do Estado Novo,¹⁷ no final da década de 1930, Getúlio Vargas, presidente da República, desejava construir a nacionalidade com o projeto “A Marcha para o Oeste”. O presidente acreditava que era preciso ocupar espaços considerados vazios, entendido como ausência de ocupação humana e produtividade.

¹⁷ Estado Novo foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas, no ano de 1937, que vigorou até 1946, sendo um período caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo e autoritarismo. Esse período também ficou conhecido com ditadura do Estado Novo, dentro da Era Vargas.

Getúlio Vargas objetivava desenvolver o nacionalismo na opinião pública, sendo preciso um esforço coletivo para o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, foi criada, na década de 1940, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada pelo Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943. Foram trezentos mil hectares de terras destinados ao projeto desenvolvimentista de Vargas. No ano de 1948, ocorreu a implantação legal da CAND, por meio da demarcação das áreas e seus limites.

Art. 1. - Fica mantida, de conformidade com o art.1. e único Decreto-lei Federal n. 5941, de outubro de 1943, a área de 300.000(trezentos mil hectares) para a Colônia Agrícola de Dourados, no Município de Dourados, neste Estado.

Art. 3. - A área a ser demarcada terá os seguintes limites. Partindo da confluência do córrego da Picada do Rio Dourados, pela margem esquerda e subindo pelo referido córrego da Picada, até encontrar a cabeceira do córrego Laranja Lima, pelo córrego Laranja Lima abaixo até a barra com o Rio Brilhante, pelo Rio Brilhante acima até a barra do córrego Panambi, pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira, daí pela divisa das terras da Colônia Municipal de Aral Moreira até a confluência dos córregos Barreirinho e Saltinho, daí pelo saltinho, daí pelo Saltinho acima até, pela cabeceira do Engano, pelo córrego do Engano abaixo até sua barra do Rio Dourados [...] (CHAMORRO, 2015, p. 191 *apud* GRESSLER E SWENSSON 1988, 90.)

Os documentos acima citados não mencionam a presença dos grupos indígenas na região, fazendo com que sofressem novos processos de expulsão dos lugares onde viviam, mediante a forças capitalistas que interessavam ao Estado. As áreas demarcadas na CAND, afetou diretamente as áreas habitadas pelos Kaiowá e Guarani, remanescentes das comunidades de Panambi e Panambizinho, assim como de algumas famílias da Reserva Indígenas de Dourados.

Nas décadas de 1950 a 1960, período logo após a criação da CAND, ocorreu o que Brand caracteriza de *esparramo*¹⁸, processo em que inúmeras aldeias Kaiowá e Guarani foram destruídas [...]” (BRAND, 1977, p. 90). Como as fazendas já estavam formadas, não havia necessidade de manter as famílias indígenas nos fundos das fazendas, período em que os Kaiowá e Guarani foram compulsoriamente direcionados para as Reservas. Esses povos passaram a conviver com o desmatamento e,

¹⁸ Compreendido por Brand como o período de implantação das fazendas no Sul do então Mato Grosso, ocasionando a destruição de inúmeras aldeias Kaiowá e Guarani, fazendo com que os mesmos se dispersassem.

consequentemente, com a escassez dos recursos naturais que a mata oferecia, como a caça e a pesca. Os impactos causados pelo esparramo dos povos indígenas trouxeram não apenas problemas físicos, mas também interferiram nas práticas religiosas, principalmente, em rituais que envolviam todos os integrantes da aldeia. Com isso, ocorreu a extinção de alguns rituais importantes, presentes na tradição cultural, como afirma Pereira:

Tal situação comprometeu e continua comprometendo a reprodução física e cultural da população Kaiowá e Guarani, criando sérios impasses para a convivência da população aglomeradas nas reservas, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, conflitos interétnicos, desnutrição infantil e mesmo frequentes surtos epidêmicos de suicídios (PEREIRA, 2010, p.118,).

A política do avanço das fronteiras agrícolas, estabelecida pelos governos militares na década de 1970, visava a retirar o questionamento sobre as terras não ocupadas nos estados brasileiros com maior potencial de desenvolvimento das relações capitalistas, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Com o objetivo de acalmar os ânimos dos estados vistos como centrais, implementaram o fomento agrícola com isenção de 75% do valor financiado para quem fosse para a nova área – Amazônia Legal¹⁹. “O governo militar oferecia aos empresários dos outros setores a recompensa dessa doação de 75% do capital de que necessitavam para o novo empreendimento, cabendo-lhes entrar com 25% de recursos próprios” (MARTINS, 2016, p. 75). Essa política de investimento do governo ocorreu sob a lógica de ocupar para não entregar a região ao capital estrangeiro. O autor ressalta que os objetivos da rapidez da ocupação não eram apenas econômicos, mas, sobretudo, geopolíticos. O fato é que foram para a nova área empresas de capital estrangeiro, privilegiando o grande empreendimento.

O desenvolvimento especulativo da terra é um fator importante a ser considerado com a política desenvolvimentista do governo militar. Segundo Meneget (2009), a colonização, ocorrida na década de 1970, no Mato Grosso do Sul, deu-se com a apropriação da terra pelo capital com o objetivo único de especulação, transformando a terra em “terra de negócios e não de trabalho”. Nesse período,

¹⁹ Amazônia Legal – área conflituosa da situação de fronteira, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e o hoje estado de Tocantins. (MARTINS, 2016, p.14)

desenvolveram-se programas, como o Programa criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), denominado como PRODEPAN²⁰ e o Programa Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado - POLO CENTRO, os quais trouxeram para região colonizadores inseridos na lógica do mercado – máquinas, insumos, banco; movidos pelo baixo valor das terras, mas especialmente pelo fomento agrícola.

Além desses fatores, outros foram criados pelo Estado em nome do desenvolvimento das novas áreas, destinados a beneficiar os grandes grupos colonizadores, como foram os diversos programas de impulso ao desenvolvimento de Mato Grosso durante a década de 1970, dentre os quais o Programa de Desenvolvimento do Pantanal Mato-Grossense (PRODEPAN), e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PÓLO-CENTRO), que motivaram o aprimoramento e o incremento das imensas lavouras de cereais e dos extensos latifúndios destinados à criação de gado de corte.(MENEGAT, 2009, p.37)

Nesse momento, a terra passa a ser concentrada nas mãos de um grupo seletivo, e quando a terra é concentrada ela não aumenta a capacidade de produção do trabalhador. Segundo Martins (2016), tal situação aumenta a capacidade do proprietário de se apropriar da mais-valia social. Ou seja, a terra, mesmo sendo improdutiva, gera lucro para o proprietário, através da valorização da propriedade. O autor diz que esta é a lógica irracional da propriedade fundiária. Neli (2012, p. 51) ressalta que, neste período, a mão de obra indígena foi canalizada para o plantio dos pastos e roçadas. Uma década após, essa mão de obra indígena passou a ser a preferida no cultivo da cana-de-açúcar. Nesse período, usinas foram instaladas na região, tornando o Estado um dos grandes produtores sucroalcooleiros.

1.2.4. Expansão dos canaviais e novos impactos sobre os Kaiowá e Guarani

²⁰ A implantação do PRODEPAN, contava com a participação dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes; Rodovias e rede hidrográfica; DNOS com programa de saneamento ambiental, regularização das águas do rio Paraguai e seus afluentes, com vistas ao controle das enchentes, aproveitamento hidroviário, saneamento básico, abertura de canais, perfuração de poços; Ministério das Minas e Energia: ELETROBRAS com Programa de expansão da oferta de energia. Ministério da Agricultura: CONDEPE- EMBRAPA; e SUDECO com o programa de industrialização, (MENEGAT, 2009)

Na década de 1970, devido à crise do petróleo, o governo brasileiro criou, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)²¹, com o objetivo de solucionar a demanda de combustíveis automotores. Este projeto demonstra que o setor da agroindústria²² estava sendo consolidado na economia brasileira. Segundo Borges (20016, p.31), a instauração da agroindústria significava o rompimento dos modelos de produção ocorridos nas décadas anteriores, quando se pensava a agropecuária como conjuntos de atividades desenvolvidas nas fazendas colônias, baseadas numa economia com pequena divisão do trabalho e fortes laços familiares, conforme relatado anteriormente.

A agroindústria é o nosso caminho. E havemos de persegui-la, sem esperar que venham em decorrência do tempo [...]. Com os altos custos dos transportes, em razão da crise do petróleo, Mato Grosso do Sul é a mais promissora opção nacional, em termos de fontes de energia alternativa. 99 Álcool: em Minas Marcelo Miranda prova que MS é a melhor opção para isso. (*O Progresso*, Dourados-MS, nº 3012, 27/28 set. 1980, p. 2.)

Nesse período de criação do estado de Mato Grosso do Sul²³, a mão de obra indígena tornava-se cada vez mais presente no cultivo extensivo da cana. Estudos relatam as condições precárias, análogas à escravidão, às quais indígenas foram submetidos. Com a crescente demanda, o setor sucroalcooleiro ampliou as contratações dos trabalhadores indígenas, visto que na região havia abundância de mão de obra com baixo valor de mercado, além de um Estado omissivo às reais condições de trabalho nos canaviais, propagando somente o aumento da oferta de emprego. O corte da cana era a principal atividade desenvolvida pelos trabalhadores indígenas.

²¹ O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi criado no governo de Ernesto Geisel, em 14 de novembro de 1975, pelo Decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. Dados disponíveis em: <http://www.biodieselbr.com/proalcohol/pro-álcool/programa-etanol.html>.

²² Agroindústria compreende como pessoa jurídica aquela que industrializa produtos rurais de sua própria produção. A agroindústria explora duas atividades, uma agrária e outra industrial, em um mesmo empreendimento econômico. (LAZARRI, 2005, p.275)

²³ Voltamos a ressaltar que neste período ocorreu a divisão do Mato Grosso, criando assim o Mato Grosso do Sul, no dia 11 de outubro de 1977, com a assinatura do então presidente Ernesto Geisel²³. A divisão em questão só foi concretizada efetivamente em 1º de janeiro de 1979. O Estado nasceu projetado com a função de desenvolver a produção de monoculturas e pecuária (BACKES, 2013, p.81). O processo de colonização da região sul do Estado, no decorrer do século XX, foi fundamental na formação dos grandes latifúndios, formando a elite agrária dominante nos fatos políticos e econômicos.

O trabalho como boia-fria é a opção que resta. Nas grandes destilarias de álcool na região de Dourados levam índios Kaiowá disputam espaço com os nordestinos no corte de cana. Na destilaria Rio Brilhante, a 160 quilômetros de Dourados, cerca de 200 índios trabalham duro no corte de cana, numa jornada que começa às 5h da manhã e termina às 5h da tarde, com um intervalo de menos de uma hora para o almoço. Se dentro da aldeia as condições de vida são difíceis, nos acampamentos da destilaria são subumanas. Os Kaiowá ficam trabalhando dois meses ininterruptos, morando em barracões cobertos com plástico preto, sem qualquer ventilação. A temperatura em Dourados, à sombra, chega a 38 graus. Dentro dos barracos o calor é insuportável.

Alguns desses boias-frias levam para o acampamento suas famílias. Enquanto trabalham no corte de cana, mulheres e crianças passam o dia dentro dos barracões. Firmino Bogarin, de 43 anos, diz que os seguranças da destilaria costumam castigar os índios. “Se alguém fugir do acampamento o cabeçante manda buscar e bater.” O cabeçante é o que em outras regiões se chama de gato, aquele que aloca a mão de obra. Normalmente, no caso dos Kaiowá é um índio mesmo que cumpre esse papel. Depois de dois meses na frente de trabalho, o Kaiowá volta para a aldeia levando entre Cr\$ 10 mil e Cr\$ 15 mil. O dinheiro é insuficiente para a compra de produtos de necessidade básica para a família. (CRESPE, 2015, p.195 *apud* idem, p.40-41)

Os trabalhos na lavoura da cana representavam problemas graves na saúde dos trabalhadores indígenas, não sendo nenhuma novidade com as demais atividades laborais às quais eles foram direcionados nos diferentes momentos da história da ocupação das suas terras originais. A fuligem, por exemplo, decorrente da prática das queimadas das folhagens, retirando a cera que cobre o vegetal, tornando a função mais ágil, continha defensivos agrícolas aplicados na lavoura, o que ameaçando a saúde do trabalhador. Além dos demais agravos causados pelo sol forte, lesões na coluna devido às posições que necessitavam desempenhar por longos períodos, agressões físicas, dentre outras adversidades que colocavam a vida dos trabalhadores em risco.

Diante do exposto, conclui-se, com base no conhecimento científico existente sobre o assunto, notadamente os referenciados neste parecer, que a poluição atmosférica originada pela prática da queima da cana-de-açúcar expõe o trabalhador a riscos severos de adoecimento por doenças cardiovasculares (cardíacas, arteriais e cerebrovasculares), apresentando, tanto efeitos agudos (aumento de internações, doença isquêmica do miocárdio e cerebral), como

crônicos, por exposição em longo prazo, podendo, em casos extremos, conduzir ao evento morte.(REZENDE, p.72, 2011)

Ao realizarmos a entrevista na pesquisa de campo, observamos que um dos entrevistados carregava uma grande cicatriz na mão direita. A princípio, ficamos com receio de questionar o que causou aquela enorme marca. Pensávamos que seria algum acidente de trabalho referente à função de coletor de lixo. No final da entrevista, questionamos: “Você poderia dizer se essa cicatriz na sua mão é consequência de algum acidente de trabalho na coleta de lixo”?

C1- É de trabalho sim, mas não é da coleta. Esta é uma marca que carrego do tempo que trabalhava no corte de cana, era um tempo muito difícil, não tenho saudades daquele tempo, sentia muita dor no corpo todo, acho que essa dorada que sinto hoje e daquele tempo, a gente tinha que trabalhar muito pra conseguir ganhar um pouquinho melhor, além de ter que ficar longe da família, e o trabalho era assim muito judiado, nós machucava direto com facão, tinha muito perigo de picada de cobra. O trabalho no canavial não é bom não, e eu guardo essa marca daquele tempo. ”

Após esse ocorrido, percebemos que a marca física era menos importante, pois a expressão facial que o entrevistado apresentou era de que os tempos dos canaviais não era fáceis, tanto para os que saíam do convívio com a família como para os que ficavam. Como ele frisou no final da fala: “Além de ter que ficar longe da família”!

Observamos que a preocupação pelo direito do trabalhador indígena, iniciado a partir da década 1980, teve como pano de fundo a instalação das usinas sucroalcooleiras no estado de MS, uma vez que a condição deste trabalhador sempre esteve atrelada a uma condição de exploração de sua mão de obra.

[...] Os trabalhadores indígenas saíam de suas aldeias para cortar cana nas destilarias, os empresários faziam o pagamento de uma... De um valor em dinheiro denominado: _ taxa comunitária. Essa taxa comunitária, o empresário fazia o pagamento ao cacique ou ao capitão. E dizia –se que o objetivo era fazer melhorias nas aldeias. Não era o que se via. Se via determinados capitães desfilando de caminhonete e as aldeias cada vez mais miseráveis; os trabalhadores cada vez mais miseráveis. Mas alguns caciques e capitães realmente [...] Via-se que eles estavam melhorando de vida. Então, a taxa comunitária na verdade servia de pagamento para o cacique e para o capitão. Pagamento para liderar os trabalhadores. E aí, tem um outro detalhe que é cruel, né? É que as informações que nós tínhamos é que essa taxa comunitária também era dividida com alguns

funcionários da FUNAI. Nós não conseguimos apurar isso. [...] Então a FUNAI estava praticando ou participando ativamente de uma exploração ao trabalhador indígena. Trazendo um prejuízo para o trabalhador indígena. A toco de que? Essa resposta nós não conseguimos, né? Só poderíamos acreditar que alguma coisa espúria estava acontecendo para que a FUNAI trabalhasse pesadamente no sentido de impedir que os trabalhadores indígenas cortassem cana com os seus contratos regularizados na forma da legislação do trabalho. Quer dizer, essa equação, ela acaba se completando com a informação dos empresários. Os empresários diziam, então: _Se tiver que registrar a carteira de todo mundo, não tem mais taxa comunitária. Então, quando os empresários apresentavam essa proposta clara na mesa. Os trabalhadores trabalham com carteira assinada, as empresas arcam com o ônus dessa regularização dos contratos e nós não pagamos mais taxa comunitária. Então, ficou claro pra nós onde estava a resistência da FUNAI e as resistências das lideranças indígenas [...] (REZENDE, 2011, p.102)

Percebemos que negligenciar as leis, as quais garantissem os direitos dos trabalhadores indígenas, parecia ser algo banal, demonstrando haver um descaso pelos próprios órgãos que supostamente deveriam garantir os direitos indígenas. Rezende (2011), pontua que os documentos eram “escassos ou inexistentes”. Ocorria, nesse período, uma taxa que era cobrada pela FUNAI, conhecida como taxa comunitária, correspondente a 20% do valor do contrato entre os trabalhadores e a empresa. Essa porcentagem era recolhida e direcionada a benefícios para a aldeia. Rezende ressalta ainda, que esse tipo de contrato contraria o princípio que rege a administração pública, possivelmente seria este o motivo da escassez de contratos legalmente reconhecidos.

Com as mobilizações sociais, a partir da década de 1980, por uma constituinte voltada para as demandas sociais, a Constituição Federal de 1988, passou a reconhecer aos indígenas os seus costumes, crenças, tradições e organização social, garantidos mediante os artigos 231 e 232 da Constituição. Essa mesma Lei Federal prevê que a União deve proteger e zelar pelos direitos dos povos indígenas. Com efeito, o novo Código Civil, de 2002, deixa de ver esse indígena enquanto incapaz e resguarda os direitos indígenas à legislação especial (MELO, 2007, p.113).

A partir do desenvolvimento das legislações, reconhecedoras das especificidades étnicas do trabalhador, inicia-se uma fiscalização pelos órgãos competentes. A contratação do trabalho indígena ocorreu de cinco formas em Mato

Grosso do Sul, sendo intensificada com a implantação das usinas sucroalcooleiras em expansão:

A primeira fase é a do contrato verbal, forma de contratação utilizada na década de 80, caracterizada pela prática do *truck system*, trabalho forçado [...] A partir de 1994, as destilarias passaram a adotar contratos de prestação de serviço. Estes consistiam em um pacto escrito, firmados com a anuência da FUNAI e baseados em normas do direito civil [...] Ainda nesta época houve uma tentativa de implantar na região os chamados “CONTRATOS UNIFICADOS DE TRABALHO”, que na sua essência eram os mesmos contratos de prestação de serviço, na forma de um contrato padrão, a ser adotado por todas as destilarias em atividade no Mato Grosso do Sul. Essa proposta não chegou a ser efetivamente implantada. A idéia de criar COOPERATIVAS DE TRABALHO DE MÃO DE OBRA INDÍGENA foi defendida com fervor pelos usineiros da região, mas também não vingou, por absoluta falta de amparo legal, pois o labor desenvolvido nas usinas – carpintaria, plantio e colheita da cana-de-açúcar – são tipicamente subordinados, e, portanto, inconciliáveis com as regras do cooperativismo. Neste diapasão, defendemos a adoção do contrato de equipe como o instrumento mais adequado para resolver a questão do trabalhador indígena no Estado do Mato Grosso do Sul, em contraposição à proposta dos usineiros da região, que insistiam na prestação do trabalho por meio de cooperativas de mão de obra, na verdade cooperativas fraudulentas, cujo único objetivo era o de isentar o empregador de quaisquer ônus trabalhistas [...] do “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, celebrado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, lideranças indígenas, Ministério Público do Trabalho, OAB, FUNAI e outras organizações que desenvolvem um trabalho voltado para as comunidades indígenas da região, há uma série de cláusulas que buscam garantir um mínimo de proteção ao trabalhador indígena, adaptando as condições de trabalho aos usos e costumes de sua Tribo (MELO, 2007, p.116-7, *grifo do autor*).

No caso de Mato Grosso do Sul, o Ministério Público do Trabalho assegurava a proteção do trabalhador indígena, atuando nos contratos de trabalho nas usinas. Dentre os regimes de contratação, o contrato de equipe demonstrou maior adequação às condições dos trabalhadores indígenas, sendo regidos por meio dos pactos comunitários, resguardando que, em caso de atividades sazonais, o trabalhador indígena tem um tempo máximo de ausência de seu território de origem, e aqueles trabalhadores que trabalham no perímetro urbano são resguardados pela mesma política do não-índio.

Cabe ressaltarmos a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece os direitos do trabalhador indígena, inclusive, estabelecendo que o Estado deve promover políticas contra a discriminação, bem como a extinguir os contratos de trabalho que desqualificam a mão de obra do trabalhador indígena. No entanto, a existência do reconhecimento pelo Estado da diferença cultural dos povos indígenas e de legislações específicas para o trabalho indígena não exime que ocorram situações de trabalho análogas à condição de escravo em pleno século XXI. Conforme o trabalho realizado por Espindola (2008, p. 4), na Reserva Indígena de Dourados (RID) – em que se situam a Aldeia Jaguapiru e Bororó, os indígenas são submetidos à exploração do trabalho em usinas sucroalcooleiras da região, conforme narra o relato etnográfico:

O rapaz trabalhou desde os 12 anos no corte, teve que parar por problemas na coluna (aos 24 anos). Casado, pai de quatro filhos. O mesmo contou a situação dos cortadores, os constantes acidentes de trabalho, etc. Dentre as reclamações que ouvi, uma foi com respeito ao não-aceitamento da identidade indígena na cidade, sendo obrigados a tirar documentos civis, mas que não era tão simples como para os “brancos”, pois sofriam muito preconceito e discriminação. “Não somos brasileiros, somos da FUNAI” - fala mostrando a identidade amarela. Reclamou que não podiam tirar CNH (pela falta da identidade civil), não eram aceitos para trabalhar na cidade (fruto de preconceito e do pensamento de que só porque são índios não têm capacidade). Entretanto, o que lhes restavam era o trabalho escravo, o trabalho no corte da cana. Contou, também, que quando voltam das usinas, muitos chegam bêbados, mas que faziam isso para aguentar o trabalho árduo como fuga da realidade, e também porque no próprio bazar da usina vendiam bebidas, principalmente quando estavam retornando à aldeia. (ESPINDOLA, 2008, p.04-5).

Todas as dificuldades percorridas, aliadas à fragilização ocasionada pela ausência do indígena do seu grupo familiar, ocasionaram problemas até os dias atuais, como altas taxas de suicídio, alcoolismo, uso de drogas ilícitas, dentre outros. “O processo histórico que conjuga perda de territórios de muitas comunidades, recolhimento na área de concentração da RID e concentração de serviços indigenistas são fatores de grande importância para entender como a RID adquiriu sua atual configuração demográfica, política e sócio-cultural”. (PEREIRA, 2014, p.5)

Tabela 2 – POPULAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS (1977-2014)

Ano	1997	1990	2014
População	2.500	5.000	13.500
Média da área disponível por habitante	1,32 hectares de terra disponível por pessoas	0,66 hectares terra disponível por pessoas	0,24 hectares de terra disponível por pessoas

Fonte: Relatório do CIMI (1977), História oral de Albino Nunes. (Bom Meihy, 1990, p. 51) FUNAI: Informação coletada na Coordenadoria Regional de Dourados no dia 17/07/2014.

A alta densidade demográfica da RID inviabiliza as tentativas de sobreviver naquele espaço sem ter de sair em busca de trabalho em outros lugares. A submissão ao trabalho, semelhante à escravidão, ocorre em decorrência da necessidade de sobrevivência.

É importante ressaltarmos que qualquer análise das relações *interétnicas* não pode negligenciar os contextos históricos, políticos e econômicos, bem como a relação entre o Estado e os grupos sociais. As políticas indigenistas no Brasil, sempre estiveram voltadas ao atendimento e interesses da classe dominante, sobretudo, no período das frentes migratórias que ocuparam as terras dos Kaiowá e Guarani. Mesmo com conquistas importantes dos movimentos sociais iniciados na década de 1980, ainda há uma justiça parcial que ignora os direitos garantidos na Constituição vigente, “não é de se estranhar, portanto, que o tempo presente seja de tensão e desequilíbrio entre os Kaiowá, a sociedade e o Estado” (CHAMORRO, 2015, p.23).

Ignorar a existência dos Kaiowá e Guarani, assim como a dos problemas que assolam essa população, não é novidade em relação ao Estado, visto que, nos processos históricos, foi constante a invisibilidade daqueles que re-significam as suas ações de resistência contra os projetos capitalistas. As populações indígenas foram vistas somente como potencial mão de obra que se bem “lapidada” serviria aos propósitos de gerar riqueza para quem os oprimia. Exemplo disso é SPI, órgão criado em 1910, que viria institucionalizar o “depósito de mão de obra indígena” para os colonos aventureiros no vasto território sul do Estado.

O processo que cria a relação do capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das

condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim a chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 2013, p. 340).

Nesse período difícil para os Kaiowá e Guarani, perante a tantas dificuldades e ausência de políticas públicas, embora existisse a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)²⁴, os povos indígenas iniciaram um movimento de reivindicações frente ao Estado para retomada dos seus *Tekohá*. Mota e Pereira (PEREIRA, 2012, p.2) apontam que os Guarani e Kaiowá diante de suas lutas pelo território se organizaram enquanto movimento étnico-socioterritorial pela demarcação de seus territórios. Os resultados das mobilizações começaram a surtir efeitos na Constituição de 1988²⁵.

Segundo o CIMI (2011), no período entre 2003 a 2010, foram registrados em Mato Grosso do Sul 250 ocorrências de homicídios, sendo 190 ocorrências de tentativas de homicídios e 176 ocorrências de suicídios entre indígenas. Do total dessas ocorrências, 71% dos homicídios e 73% dos suicídios ocorreram em seis reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A Reserva Indígena de Dourados (RID) está dentre as mais violentas, seguidas pela reserva de Caarapó, Aldeia Limão Verde, Taquapery, Porto Lindo e Amambai.

O consumo de alguns produtos, muitas vezes supérfluos possibilitado pelo dinheiro adquirido nos trabalhos nas usinas, assimilando os padrões de vida exteriores, demonstra os impactos que a proximidade da Reserva com a cidade causou nos hábitos destes povos. À medida que alguns comerciantes perceberam o potencial de consumo da RID, foram formados pequenos comércios em torno da reserva, assim como a presença de alguns vendedores que buscam lucrar com a venda de mercadorias diversas, nesse sentido Pereira aponta:

O consumo compulsivo dos homens provoca uma enxurrada de vendedores nas reservas quando os grupos retornam com dinheiro dos contratos de trabalho nas usinas de álcool: logo que corre a notícia do retorno de jovens com dinheiro e ávidos para gastá-lo, vendedores

²⁴ Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

²⁵ Constituição de 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivel-03>.

ambulantes das cidades próximas trazem produtos de todo o gênero (bebidas, carros e motos, roupas, relógios, bicicletas, alimentos, etc.), e adentram nas reservas, procurando aferir algum lucro com esse fugaz mercado aí instituído; os mercados e supermercados da cidade também procuram assegurar o seu quinhão, oferecendo transporte de pessoas e mercadorias até a reserva. Mas em poucos dias o dinheiro acabou para a maioria dos homens, a vida começa a voltar ao normal, e os produtos supérfluos são muitas vezes comprados novamente pelos próprios vendedores por preços bem menores (PEREIRA, p.18, 2008).

Denotamos que a exploração do trabalhador indígena no corte de cana ocorre em uma espécie de “cadeia”, de forma que todos que o cercam querem abocanhar parte do dinheiro adquirido com tanto sofrimento. Esse processo inicia-se com o “cabeçante” – em geral, um índio mais versado na cultura do homem branco, depois, supostamente, por alguns funcionários da FUNAI, empregadores, e comerciantes que aproveitam a vulnerabilidade trabalhadores, já imersos nos prazeres oferecidos pelo consumo.

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjulgados: procura desumaniza-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura, sem lhes dá a nossa; é preciso embrutece-los pela fadiga (FANON, 2010 p. 9).

A violência ocorrida no processo de ocupação das terras originais dos povos indígenas, deixou marcas na vida de várias gerações. A crise torna-se permanente devido ao processo agressivo ocorrido com a expropriação das suas terras e organização sociocultural. Nesse sentido, Martins faz uma reflexão acerca da apropriação das terras indígenas no país, relacionando-a com a expansão do capitalismo em outras sociedades.

[...] Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras sociedades capitalistas, entre nós o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para assegurar a sua produção ampliada. Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as camponesas. (MARTINS, 2016, p. 26)

A vulnerabilidade deixada pela acumulação da riqueza na mão de um grupo elitizado é um dos principais fatores da precarização do trabalho vivido nas últimas décadas. O desemprego, a falta de política de distribuição de renda e o sistema educacional voltado para formação de mão de obra barata são alguns itens que tornam grupos historicamente como subalternos (negros, índios, mulheres, homossexuais). Assim, estão cada vez mais reféns do sistema capitalista, pois os ciclos do capital sempre renovam sem perder a sua essência que é a exploração do trabalhador, trazendo novas roupagens para obtenção de lucros, como a terceirização implantada fortemente no sistema neoliberal no final do século XX.

Discorreremos, no próximo capítulo, acerca das implicações ocorridas no mundo do trabalho no período em que o modelo toyotismo de produção²⁶ expande-se nas principais economias mundiais com o intuito de “enxugar” as empresas, aplicando novas técnicas de exploração da força de trabalho. A prática da terceirização torna-se um caminho viável para concretização de obtenção de mais lucros, além de fragilizar as relações trabalhistas, tornando-a ainda mais refém das imposições do mercado de trabalho.

Buscaremos analisar, a vulnerabilidade dos trabalhadores Kaiowá e Guarani, num mercado de trabalho em que a “insegurança” de uns é um fator primordial para exploração da força de trabalho pelos donos dos meios de produção, perpetuando, assim, a lógica do sistema capitalista que é a exploração da força de trabalho.

²⁶ O Sistema Toyota de Produção, também conhecido como Toyotismo, é um sistema de produção desenvolvido pela Toyota entre 1948 e 1975, que aumenta a produtividade e a eficiência, evitando o desperdício sem criar estoque, como tempo de espera, superprodução, gargalos de transporte, inventário desnecessário, entre outros.

CAPÍTULO II: INSERÇÃO DOS INDÍGENAS NA COLETA DE LIXO URBANO NA GRANDE DOURADOS

Este capítulo tem como foco a compreensão da especificidade da inserção indígena no ofício de coletor de lixo, a partir de discussões apresentadas pela sociologia do trabalho a respeito das tendências do mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI. Para tanto, buscaremos relacionar a dimensão étnico-racial com processos de precarização, terceirização e flexibilização do trabalho. Assim, visamos a enfatizar a dimensão contraditória do processo analisado, posto que representa, ao mesmo tempo, uma estratégia de resistência e de sobrevivência dos indígenas frente aos ataques ao seu modo de vida tradicional e um mecanismo de absorção de trabalhadores em condição de maior vulnerabilidade em postos com remuneração e condições de trabalho menos atraentes. Por isso, o aprofundamento da compreensão desta dinâmica contraditória exige um melhor detalhamento das tendências atuais, principalmente, a partir das últimas décadas do século passado.

2.1 A Reestruturação do capital frente a crise de 1970

A crise no mundo do trabalho ocorreu em consequência da necessidade de reestruturação do capitalismo desencadeado pela crise do petróleo no início da década de 1970. O cenário das principais economias mundiais demonstrava claramente a necessidade de reestruturar o capital, apontando claramente o esgotamento da vigência do binômio Taylorista e Fordista²⁷, findando a era do Estado de bem-estar social²⁸. Nos momentos de crise de capital, via de regra, os trabalhadores é que sofrem os infortúnios, e desta vez não foi diferente, e iniciam-se novas estratégias de desestabilização da classe trabalhadora. A instabilidade do mercado de trabalho com a prática de novos modelos de se adquirir mais capital torna o trabalhador vulnerável em meio as várias mudanças impostas na economia mundial,

²⁷O binômio fordismo/taylorismo, que indica sistema produtivo e processo de trabalho, estruturava-se na *fabricação em massa* de mercadorias, fundado na produção *homogeneizada e verticalizada* (CUNHA, 2016, p.186, grifos do autor).

²⁸A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p. 203)

que passa a se submeter às exigências produtivas, associado ao enfraquecimento dos direitos trabalhistas e ameaça do desemprego.

Esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução e que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2005, p.168).

A globalização econômica emerge a implantação do neoliberalismo²⁹, em que o livre mercado torna uma prática sem limites fronteiriços, buscando novos mercados consumidores e mão de obra barata, além da instabilidade das leis garantidoras de direitos da classe trabalhadora. Esse é o momento em que se expande a dinâmica da financeirização da economia, subordinando, assim, o capital produtivo³⁰ em favor do capital financeiro e especulativo³¹. A promoção ideológica de competição e inovação emerge o poder monopolista das multinacionais que se expandem por todas as nações, suprimindo o mercado nacional dos países do terceiro mundo incentivando o consumo e precarizando o trabalho. Com isso, “teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do por econômico da classe alta” (HARVEY, 2013 p. 35).

Diante das mudanças econômicas, políticas e sociais, verificamos o aprofundamento da reestruturação da capacidade produtiva, com inovações tecnológicas, redução de custos e “enxugamento das empresas”, tornando o trabalhador multifuncional, além de fragilizar as relações trabalhistas, aumentando o trabalho informal³².

Faz década que as relações trabalhistas estão estilhaçadas neste capitalismo de bolhas que rebentam na cara dos trabalhadores do mundo e daqui. Terceirização, trabalho precário, mal pago e em domicílio para fazer moradia postos de trabalho de fábricas ou serviços não são procedimentos inocentes, nem se circunscrevem à indústria calçadista. São estratégias deste momento do capitalismo

²⁹ O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido, liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, p.12)

³⁰ Compreendemos por capital produtivo aquele investimento em negócios e em fábricas que geram empregos, distribuem renda, nos quais o trabalhador pode fixar-se por longo tempo.

³¹ Ver Antunes (2015, p. 9).

³² *Trabalho Informal* é aquele que não requer registro. Isso porque é o tipo de modelo laboral em que não existe vínculo empregatício. Pode ser considerado “bico” e chamado por alguns de subemprego ou desemprego disfarçado.

desembestado em crise. É violência pura num momento de enfraquecimento das forças políticas e sociais do trabalho. Crises desse porte costumam cair não ser compreendidas; mas é necessário entendê-las para evitar o pior, cujo ônus, como os de agora, recai sobre os que trabalham (RIBEIRO, 2017, p.247).

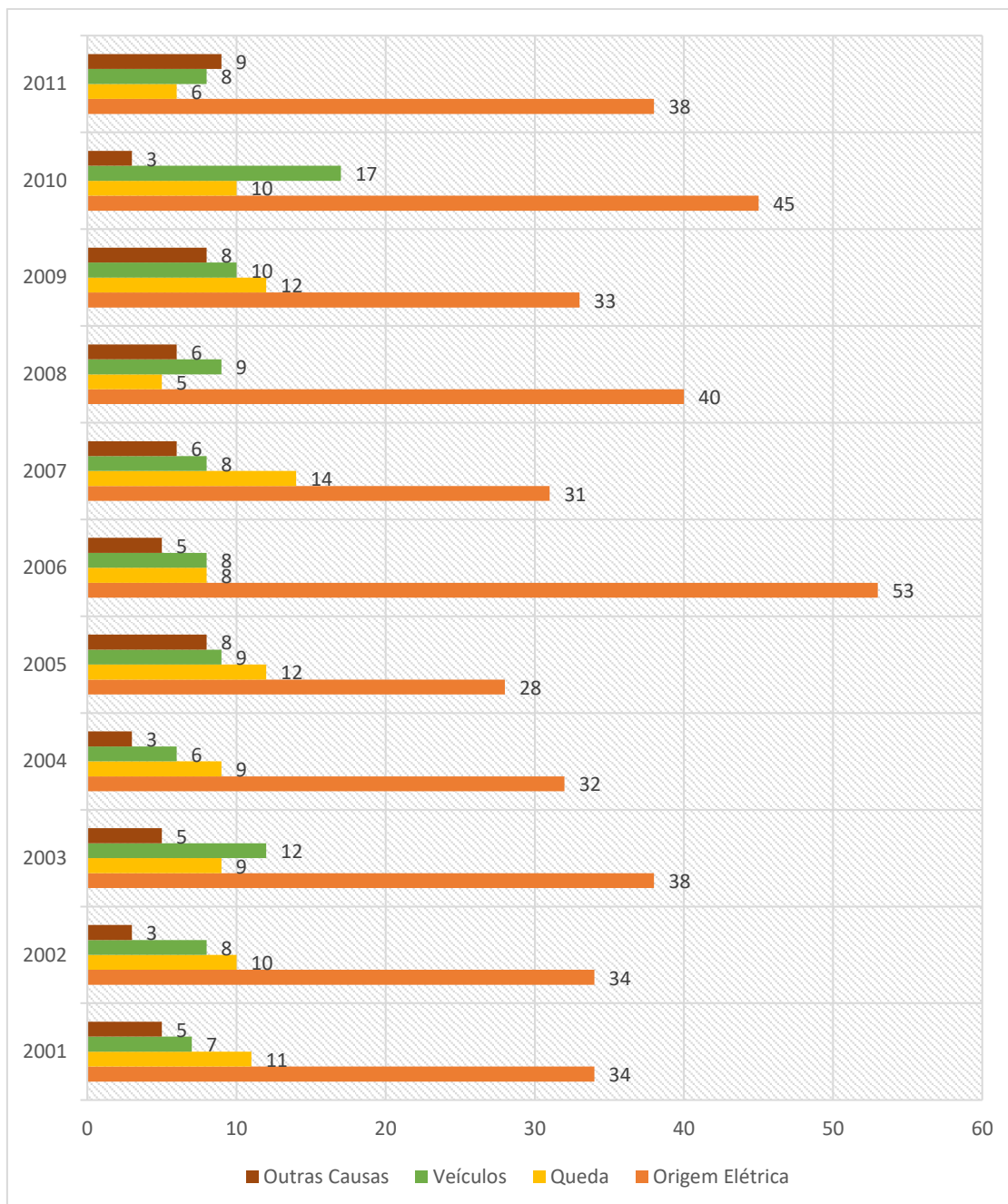
A partir desta perspectiva de extrair ao máximo o lucro através da exploração da mão de obra, a prática da terceirização torna-se uma das alternativas significativas dentre outras formas de precarização da classe trabalhadora. Podemos encontrar características desta modalidade de contratação nos primórdios da industrialização, no trabalho rural, através dos contratos pelo sistema de “gato”³³ no trabalho tipicamente sazonal (DRUCK, 2017, p.27). Com o desenvolvimento de políticas neoliberais, verificamos que a terceirização/subcontratação passa a ser amplamente difundida nas relações de trabalho em variados setores da economia.

A terceirização torna a empresa mais flexível em torno da oscilação de acordo com a demanda do mercado. Se necessário aumenta a produção, sem necessariamente aumentar elevar o número de empregados, através dos terceirizados. Quando a empresa tem um número estável de empregados estruturados, essa dinâmica de atender ao mercado com menor custo torna-se mais complicado, devido aos encargos trabalhistas. O verdadeiro objetivo da terceirização é a redução de custos da empresa, a redução de direitos e a desestabilização da classe trabalhadora. Antunes afirma que como tendência a terceirização ocasiona a precarização do trabalhador, além de aumentar profundamente os acidentes de trabalho, o que se amplia do setor privado para o setor público.

De acordo com os dados do dossiê *Terceirização e Desenvolvimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT)* de 2014, há um elevado índice de acidentes de trabalho com os setores terceirizados, no qual o setor elétrico destaca-se entre as maiores causas de acidentes.

Gráfico 1 – Quantitativo de acidentados fatais de terceirizados em relação às causas (2001-2011)

³³ O gato é outra categoria de trabalhador rural que possui um contrato de trabalho diferente do trabalhadores temporários para colher o café. É o único que, após o final da safra, não deixa a fazenda e permanece em contato direto com o patrão. O papel do gato é de agenciamento, contratação, transporte de trabalhadores rurais para as fazendas de café. Assim, o gato não deixa de ser mais uma forma de exploração utilizada pelos empresários rurais. (SANTOS, 2010, p. 20).



Fonte: CUT, 2014 *apud* Fundação COGE.

Conforme observado no gráfico, a causa de origem elétrica foi majoritária nos acidentes fatais de terceirizados entre os anos de 2001 a 2011. Nesse sentido:

Os estudos nos últimos 25 anos sobre terceirização no Brasil foram unânimes em revelar a degradação do trabalho em toda as suas dimensões: no desrespeito aos direitos trabalhistas, nas más condições de trabalho, nos baixos salários, na piora das condições de saúde e maiores índices de acidentes e na vulnerabilidade política dos trabalhadores que, dispersos e fragmentados, têm dificuldades para se organizar coletivamente (DRUCK, 2017, p.59).

A desestabilização da classe trabalhadora também é um agravante nesse cenário de reestruturação do capitalismo e, conseqüentemente, da terceirização, já que não há vínculo garantidor de direitos trabalhista, aliado a altas taxas de desemprego. O terceirizado torna-se vulnerável às propostas de trabalhos temporárias, sem registros na Carteira de Trabalho. Ocorre, como observa Antunes (2002, p.91), um aumento dos subproletariados, categoria destituída de recursos econômicos e desprovida de consciência política e de classe, ocasionado pela própria instabilidade ocasionada pela sua condição de terceirizado, haja vista que muitos não possuem uma relação direta com o chefe na qual presta serviços, além de serem constantemente pressionados pelos índices de desemprego. O aumento indiscriminado dos terceirizados provoca a diminuição dos trabalhadores e trabalhadoras que visualizavam construir “carreira” nas empresas, sindicalizando-se, conscientizando sobre a luta de classes.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode se dizer de maneira sintética que há uma processualidade *contraditória* que, de um lado, reduz o operário industrial e fabril; do outro, aumenta o subproletariado, o trabalhador *precário* e assalariamento no setor de serviços. Incorpora feminino e processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2002, p. 49-50, grifo do autor)

A precarização social é o principal motivo do elevado índice de doenças relacionadas ao trabalho, sobretudo, à saúde mental dos trabalhadores. “Ocorre um sentimento de isolamento e abandono, desproteção permanente – sabendo que a qualquer hora pode ser demitido ou se vai encontrar trabalho” (HELOANI,2017, p.281 apud LINHART,2014, p.46). O terceirizado é constantemente pressionado por metas a serem cumpridas, com jornadas de trabalho flexíveis, ganho por produtividade, além da instabilidade dos direitos trabalhistas e da concorrência que é para ocupar uma vaga de trabalho. Entre as frases que os ameaçam diariamente destaca-se: “se não estiver satisfeito, tem mil querendo o seu lugar”. Diante das pressões existentes, verificamos a oscilação dos trabalhadores e trabalhadoras, entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor” (ANTUNES, 2007, p.14).

Ademais, segundo o estudo, *Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha*, dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos, de 2014, realizado pela CUT, o preconceito é um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores terceirizados. Sobre a discriminação presente entre trabalhadores diretos (compreendido como trabalhadores estruturados) e terceirizados, há de se ressaltar que esses últimos são associados às funções de menor importância, menores salários e instabilidade. Os trabalhadores terceirizados relatam como é difícil e duro terem de utilizar refeitórios, vestiários e uniformes diferentes dos usados por trabalhadores diretos. Condições diferentes no sentido de serem menos importantes que os demais. [...] “A discriminação se dá, especialmente pela proibição do uso do mesmo refeitório dos trabalhadores diretos, pela distribuição de uniforme diferenciado e pela disponibilização de transporte diferente” (CUT, 2014, p.29).

Nessa senda, os impactos da terceirização estão associados aos acidentes de trabalho, preconceitos e o não reconhecimento dos trabalhadores terceirizados como merecedores de respeito e direitos como os trabalhadores diretos, além da desvalorização econômica, tornando a situação ainda mais vulnerável. Avista disso, faz-se necessário compreendermos também o perfil étnico e social dos trabalhadores que ocupam os espaços de terceirização, em especial em atividades cujo valor social é subalternizado.

No setor público, o Estado aderiu ao modelo de gestão de empresa privada, dentro do viés neoliberal, tornando os serviços públicos precarizados, tanto para o servidor como para o beneficiário dos serviços prestados, impulsionando, assim, o setor privado. Dito de outra maneira, tal dinâmica abre espaços para a acumulação da capitalista em serviços públicos e, ao mesmo tempo, permite a utilização de mão de obra mais barata e precária, se comparada ao funcionalismo público. Esse é o caso de uma série de serviços prestados por empresas contratadas por prefeituras de todo país, como é o caso da coleta de lixo em Dourados – na qual, como já indicamos, a maioria dos postos é ocupada pelos indígenas.

2.2 A vulnerabilidade social dos trabalhadores Kaiowá e Guarani no trabalho urbano no município de Dourados

Estudos recentes sobre a vulnerabilidade social³⁴ ressaltam que a pobreza não pode ser a única matriz analítica dessa temática, haja vista que assim reduziria apenas para as questões econômicas (OLIVEIRA, p. 1). Percebemos alguns fatores iniciais no trato do trabalho da coleta do lixo domiciliar em Dourados-MS. Se pensarmos a partir dos referenciais das Ciências Sociais, teremos interpretações distintas do mesmo fenômeno, tanto pela questão do estigma, precariedade das relações de trabalho, invisibilidade, questão da luta pela terra, contato interétnico, relações de poder, entre outros fatores. No entanto, a análise da socióloga Kergoat acerca da consubstancialidade das relações sociais de gênero, raça e classe, leva-nos a considerar que o fenômeno em questão se trata de algo mais complexo. A autora diferencia a análise das relações de gênero, raça e classe a partir da intersecção, uma vez que essas categorias não são fixas. Ademais, por se tratarem de relações sociais, tais categorias tramam-se na vulnerabilidade da vida social. Com base na compreensão das relações sociais como algo dinâmico e não estático, Kergoat analisa, na Europa, a maneira como o gênero, a raça e a classe se engendram nesse “novo” espaço do trabalho.

De certo modo, remetemo-nos a contextos opostos, mas que se assemelham nas práticas sociais. O trabalho *care*³⁵ cresce a partir da imigração, sendo o papel do cuidado construído socialmente para a mulher, a racialização a partir do fato de que esse trabalho é realizado por mulheres imigrantes e a classe enquanto condição econômica e de *status* dessas trabalhadoras, se corporificando nas relações dinâmicas da vida social.

Kergoat (2010, p.103) analisa que a consubstancialidade das relações sociais está em “recusar-se a pensar por ideias e categorias fixas”, permitindo “recolocar no centro da análise o sujeito político, levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes”, ou seja, pensando como esses sujeitos/atores relacionam-se com o social. E deste modo:

Trata-se de um esforço para pensar — e para fornecer um método para pensar — tanto a pluralidade dos regimes de poder como a

³⁴ Conceito sociológico que designa os grupos sociais e os locais dentro de uma sociedade onde são marginalizados. Aqueles que são excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter dentro de um mundo civilizado. Vulnerabilidade social refere-se então à condição em que se encontram as classes mais pobres e menos favorecidas da sociedade (VIGNOLL, 2001).

³⁵ O trabalho de *care* “pode ser definido como trabalho de cuidar das necessidades físicas, psicológicas, emocionais e de desenvolvimento de uma ou várias pessoas” (PASSOS, 2014, p.3, *apud* FONTE, 2012).

alquimia que transforma, em mais ou menos longo prazo, esta dominação interiorizada em práticas de resistência. É, portanto, um método para detectar os germes de utopia na realidade social contemporânea (KERGOAT, 2010, p.103).

Por isso, pensar o trabalho indígena na coleta de lixo pode ocorrer por meio da consubstancialidade, como destaque para a questão étnico racial

Em toda a pesquisa, a questão da raça/etnia esteve bem presente no discurso e nas práticas, de modo que observamos como essa função foi sendo racializada a partir do emprego da mão de obra indígena, tanto que o empregador afirmava a obediência destes trabalhadores quanto às mudanças propostas pela empresa, assim como pela dedicação que eles apresentam em relação ao ofício que exercem. A força física apresentada no discurso do empregador também reforça os imaginários coloniais. A esse respeito, comenta-se que o não indígena até tenta trabalhar com a coleta, mas não aguenta a exaustiva jornada de trabalho. Um ponto para reflexão: se a coleta de lixo domiciliar ocorre na maioria dos municípios brasileiros, justificar que apenas índios se ajustam a dura jornada seria o mesmo que generalizar que todos os coletores são indígenas, o que seria um erro, uma vez que existem regiões que as populações indígenas foram dizimadas. Observamos, mediante outros trabalhos acerca desta temática, que o perfil dos trabalhadores da coleta de lixo sempre é delineado por trabalhadores que se encontram em posições desfavoráveis na sociedade, como Jessé de Souza analisa na obra “Ralé Brasileira: Quem é como vivem”. Na obra fica claro como as classes menos favorecidas estão propensas ao atraso e a não evolução brasileira, estando sendo sempre à mercê de quem as oprime e as oprime.

Nesse sentido, relacionamos a vulnerabilidade dos trabalhadores Kaiowá e Guarani diante da exclusão decorrente dos processos históricos de colonização ao estranhamento da organização social, conforme discorremos no capítulo anterior. As consequências de várias políticas desenvolvimentistas fizeram com que a RID se tornasse um local sem condições de mobilidade e permanência, necessitando recorrer ao mercado urbano em busca de trabalho.

No que tange à inserção da mão de obra indígena no trabalho urbano de Dourados, observamos que está em consonância com a forma linear com o reconhecimento étnico mediante a Constituição Federal de 1988 e da OIT 169, que reconhece o direito do trabalho sem discriminação étnica. A vulnerabilidade social dos

povos Kaiowá e Guarani, frente às adversidades impostas atualmente pelo mercado de trabalho, leva-os em sua maioria a buscarem trabalhos de baixo valor social e financeiro.

O procurador da república em Dourados, Marco Antônio Delfino de Almeida, enfatiza numa entrevista concedida ao jornal eletrônico Dourados News, no dia 25 de Maio de 2017, o preconceito existente no mercado de trabalho douradense em relação aos povos indígenas. Questionado sobre os motivos de poucos indígenas no mercado de trabalho formal em Dourados, ele responde:

Há uma ilusão que o Brasil é uma democracia racial. Somos preconceituosos, racistas, e quando de alguma forma, temos uma justificativa, ainda que abstrata, para o exercício desse preconceito, nós fazemos. No caso das comunidades indígenas, isso é exercido em sua plenitude. A demonstração da ausência de contratação, ou da contratação apenas para empregos de baixa qualificação, mesmo quando eles têm qualificação adequada, é uma demonstração clara que a sociedade douradense é preconceituosa. Não há outra explicação.

Almeida (2017) pontua ainda que a pouca inserção do indígena no mercado de trabalho formal é um tema que necessita ser amplamente discutido pelos vários setores da sociedade, mas, infelizmente, há barreiras para além da questão do trabalho. Tal situação dificulta a implantação de uma mudança, especialmente pelo discurso presente que desqualifica os indígenas, como: “falsos índios”, “paraguaios”, dentre outros.

Nesse sentido, discurso atual que ressalta a competência para ocupar certos postos de trabalho, na verdade, mascara as atitudes preconceituosas sobre o modelo ideal exigido pelos empregadores, quase sempre dentro de um estereótipo para determinada função.

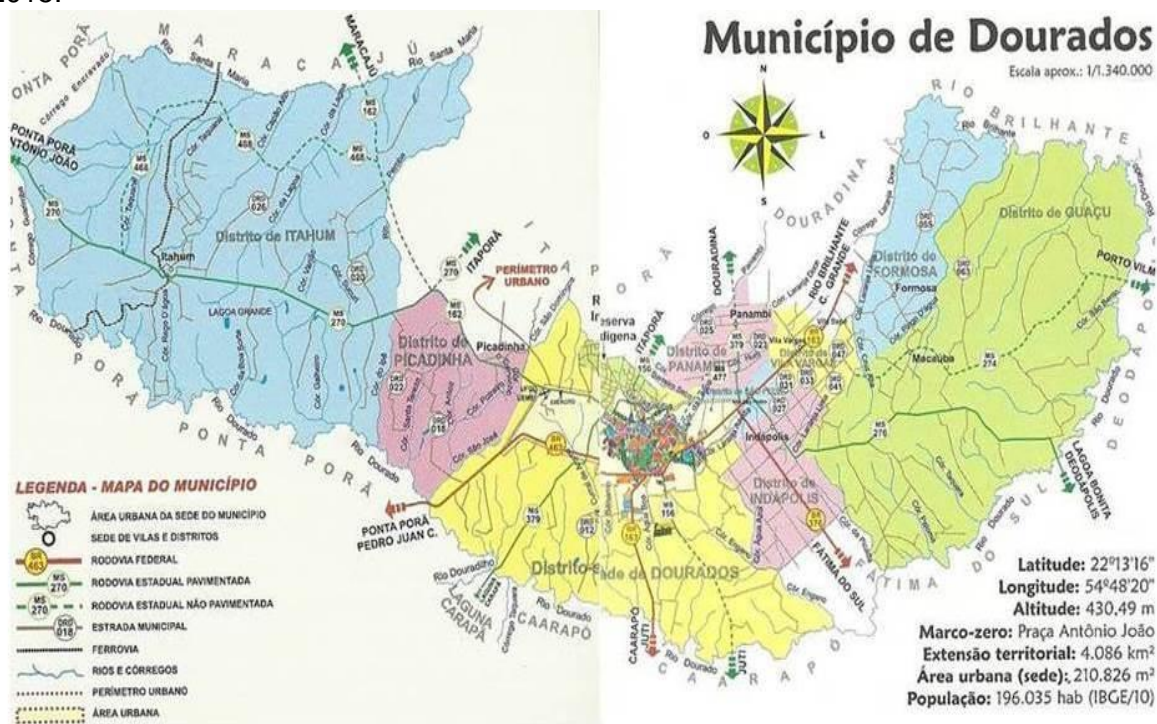
Contudo, o discurso das competências, relativo a quem está apto para ocupar os postos de trabalho, sobretudo os melhores cargos e remunerações, por lançar mão de certas medidas subjetivas e contingenciais, pode favorecer práticas discriminatórias no acesso ao mercado de trabalho. Afinal, ao mesmo tempo, os processos de recrutamento para posições mais valorizadas no mercado de trabalho, e nos espaços sociais operam com características dos candidatos que reforçam e legitimam a divisão hierárquica do trabalho, a imagem da empresa e do próprio posto de trabalho (SANTOS, DIOGO, SCHUCMAN, 2014, p.7).

Levando em conta esses aspectos que relacionam a vulnerabilidade social às dinâmicas do mercado de trabalho, podemos compreender com mais profundidade os sentidos e características da inserção indígena na coleta de lixo em Dourados, cujos detalhes serão apresentados a seguir.

2.3 Coleta de lixo em Dourados-MS: dinâmicas, organização e perfis

O município de Dourados está localizado na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, ocupando uma área de extensão territorial de 4.086,237 km², de acordo com do IBGE para o ano de 2016. Dourados é considerada a segunda maior cidade do estado, tendo uma população estimada, em 2016, de 215.486 pessoas, além de uma densidade demográfica de 47,97 habitantes por quilômetro quadrado de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010). A cidade possui nove distritos: Vila Formosa, Guaçu, Indápolis, Itahum, Panambi, Picadinha, Vila Vargas, São Pedro e Macaúba, além de fazer divisa com os municípios de Caarapó, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brilhante e Vicentina.

Figura 1 – Mapa do município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Fonte: Gilberto A. Cantu, 2015.



Nos editais de licitação para contratação da empresa prestadora dos serviços da coleta de lixo, não há nenhuma ressalva que concerne empregabilidade de indígenas. Segundo o funcionário responsável pela contratação dos coletores, não há na empresa uma política específica para contratação de trabalhadores indígenas. Ele atribui o grande número de coletores nesse nicho específico ao fato da comunicação entre alguns indígenas que já trabalham na empresa com os demais moradores da RID, assim como pela vergonha que muitos “brancos” têm de trabalhar como coletor de lixo.

Entrevistadora: A maioria das pessoas que buscam o trabalho de coletores de lixo são indígenas?

Funcionário: “Olha para dizer a verdade sim, na maioria das vezes; assim o “branco” entrega o curriculum e vem conversar acanhado, com vergonha, o preconceito existe por parte deles, eles acham que é humilhante trabalhar com o lixo. Nós aqui não temos nenhum preconceito, pois na verdade é o trabalho de todos aqui na empresa, desde o engenheiro ambiental, o gerente geral, eu como encarregado dos coletores, todos trabalhamos com o lixo. Para falar a verdade se for dois concorrentes a vaga de emprego de coletor, um indígena e outro branco, eu prefiro contratar o funcionário indígena.

Entrevistadora: Por quê?

Funcionário: Pela experiência do dia a dia da empresa, o coletor indígena fica mais tempo no emprego, são na deles... Assim, não que são perfeitos, não existe perfeição, as vezes acontece de ter um ou outro problema, mas isso dentro do normal de qualquer empresa. Acho eles dedicado no trabalho. Mas também temos coletores não indígenas que também são bons funcionários, estou falando no geral (Entrevista realizada no mês de julho de 2017).

Observamos que o mercado de trabalho urbano para os povos indígenas no município de Dourados está direcionado a funções que requer grande esforço físico, assim como em funções de pouca concorrência com o não indígena. Segundo o funcionário, “o branco parece achar humilhante trabalhar com o lixo”. O depoimento do entrevistado demonstrou que mesmo necessitando, não parece ser uma função almejada pelo não indígena devido ao preconceito social existente com quem trabalha com o lixo. Embora o trabalho na coleta de lixo seja uma função não desejada por muitos, percebemos que para os trabalhadores indígenas o importante é estar empregado, mesmo com as adversidades inerentes às atividades exercidas. Diante

destas constatações, buscamos compreender a importância de estar em um trabalho com carteira assinada:

C2 – “Mudou muito, agora eu posso comprar as coisas de casa, fico mais tranquilo, tem o pão de cada dia né? É muito bom, não falta as coisas pra mim e pra minha família. Agente se senti assim importante de poder sustentar a família. Com o nosso salário pode comprar aqui na cidade. Lá na aldeia tem um pouquinho de coisa, não tem bastante coisa, e a gente sabe, né? Que lá é um pouquinho mais caro, aqui na cidade é mais barato, e dá pra comprar mais coisa. Com o dinheiro a gente compra aqui na cidade mesmo”.

C3 - “É bom, assim, com o salário a gente pode comprar as coisas de casa, comprar o que quer, ter uma vida melhor, por que com “bicos”, um dia tem outro não tem, ai fica sem com medo de faltar as coisas de casa”.

C4 -“Antes ficava com medo de comprar as coisas, não tinha um dinheiro certo, agora a gente sabe que vai ter o dinheiro da compra de casa, pode ir na cidade comprar roupa, calçado, não dá pra fazer muita coisa, não, mas o importante é viver assim, com o trabalho da gente”.

Compreendemos que a vulnerabilidade vivida pelos Kaiowá e Guarani na região, conforme discorrido anteriormente, provavelmente levam-nos a se submeterem aos trabalhos não procurados pelos não indígenas.

De acordo com o chefe do setor, “os coletores indígenas ficam mais tempo na empresa do que os brancos”, além de reforçar que os trabalhadores indígenas são obedientes e bons funcionários. É o que destaca F1: “Os indígenas são excelentes, obedecem às normas, nós pedimos algo para fazer e eles sempre estão dispostos, assim, às vezes precisamos mudar algo e eles não se opõem, cumprem bem as ordens, por isso preferimos contratar indígena”.

Este é um discurso que demonstra claramente que os trabalhadores indígenas tendem a se dedicar e a se adaptar às normas da empresa, não causando transtornos com a rotatividade de trabalhadores. Todos os coletores entrevistados disseram estar trabalhando na empresa a mais de um ano. Daqueles que estão na empresa há um ou dois anos, a faixa etária é de 18 e 20 anos.

A partir do exposto, é possível afirmar que a coleta de lixo domiciliar urbano representa uma atividade laboral caracterizada pela precarização e exaustão para os coletores. Esse tipo de atividade é uma das primeiras a se inserirem no contexto da terceirização de serviços, na área de limpeza e segurança, contribuindo ainda mais para o desgaste do coletor de lixo, tendo em vista a flexibilização, a instabilidade e os salários mais baixos. Ademais, a rotina do trabalhador requer um desgaste físico

exaustivo, destreza, atenção, resistência, bem como controle emocional mediante situações constrangedoras que, muitas vezes, ocorre no dia a dia de trabalho. Alguns relatam que há moradores que os tratam bem, sabem o valor do serviço realizado, mas há outros que não os valorizam, colocam objetos perigosos nos sacos de lixo e muitos chegam a negar um copo de água.

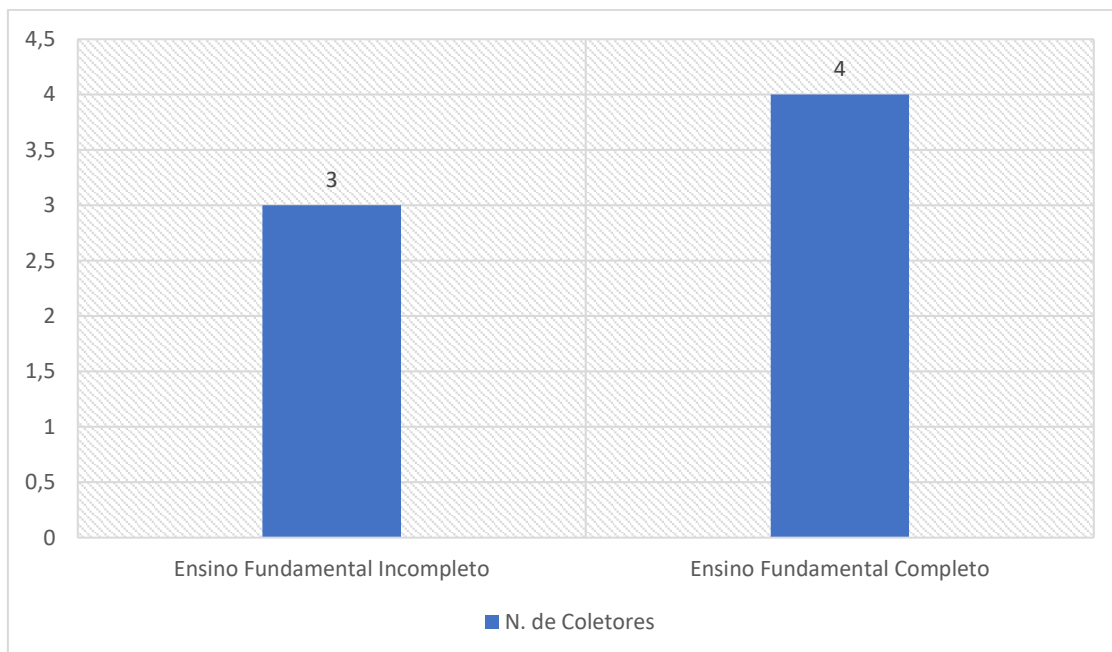
O coletor de lixo, assim como o gari e catador vivem o problema do não reconhecimento por parte da população acerca das funções que exercem, sendo desvalorizados financeiramente e socialmente, conforme bem pontua o funcionário da empresa, que ocupa um cargo de chefia:

Você acha a profissão de coletor valorizado?

F1- “Não, definitivamente não, pela importância do serviço deveria ser bem mais valorizados. Assim, eu atribuo essa desvalorização como uma questão cultural, sempre nas palestras eu falo da importância do coletor pra sociedade, muita gente não dá valor, mas se ficar um dia sem recolher o lixo da casa deles, vai começar a cheirar mau, começa a causar sérios transtornos, até mesmo por questão de saúde. Ai a população daria a importância necessária ao serviço dos coletores. Outra coisa, os pais reforçam isso, quando querem estimular seus filhos a estudar, sempre falam: “se você não estudar, vai ser lixeiro”. Ai reforça essa desvalorização, a criança já cresce com preconceito”.

Estudos como os de Bastos (2008) e Costa (2008) apontam que as vagas de coletores de lixo, catadores e garis são preenchidas predominantemente por pessoas de classes sociais desfavorecidas historicamente, como negros, pardos e migrantes da região nordeste do país, com baixo nível de grau de instrução. Já em Dourados é composta por coletores indígenas, um ofício predominantemente composto por homens, em especial, Kaiowá e Guarani. Conforme dados quantitativos coletados em campo, os sujeitos da nossa pesquisa se assemelham ao perfil de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Bastos e Costa. Porém, como na região de Dourados há uma população expressiva de indígenas que vivem em condições de subcidadania, buscam sua inserção no mercado de trabalho como meio de mobilidade e condições mais dignas de sobrevivência.

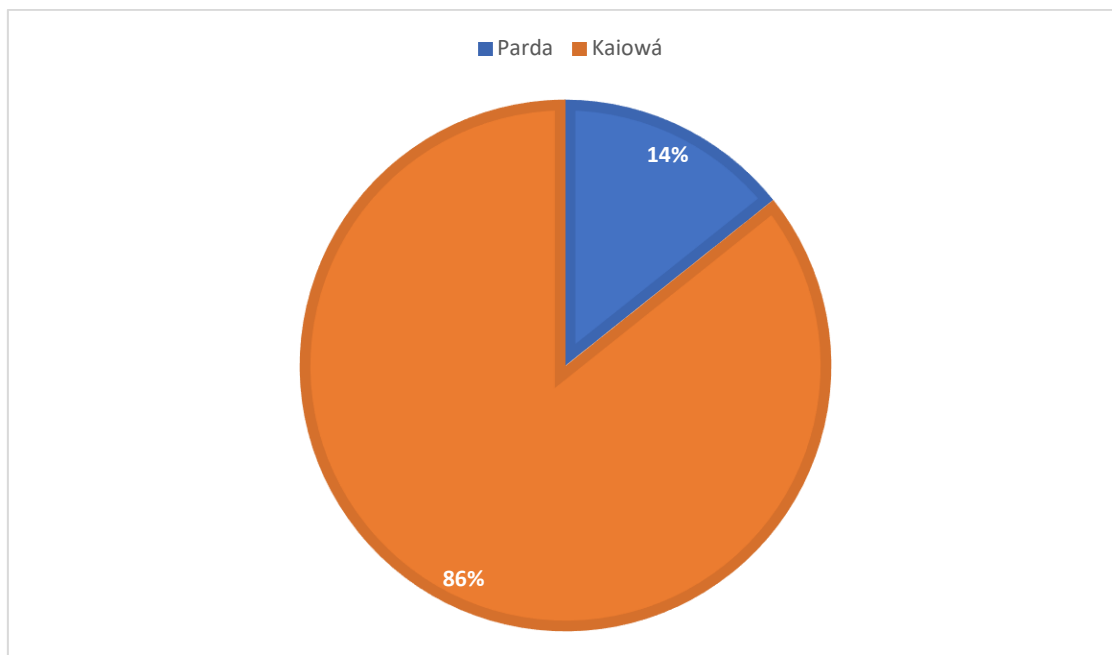
Gráfico 2 – Nível de escolaridade entre os coletores indígenas na Empresa A no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora.

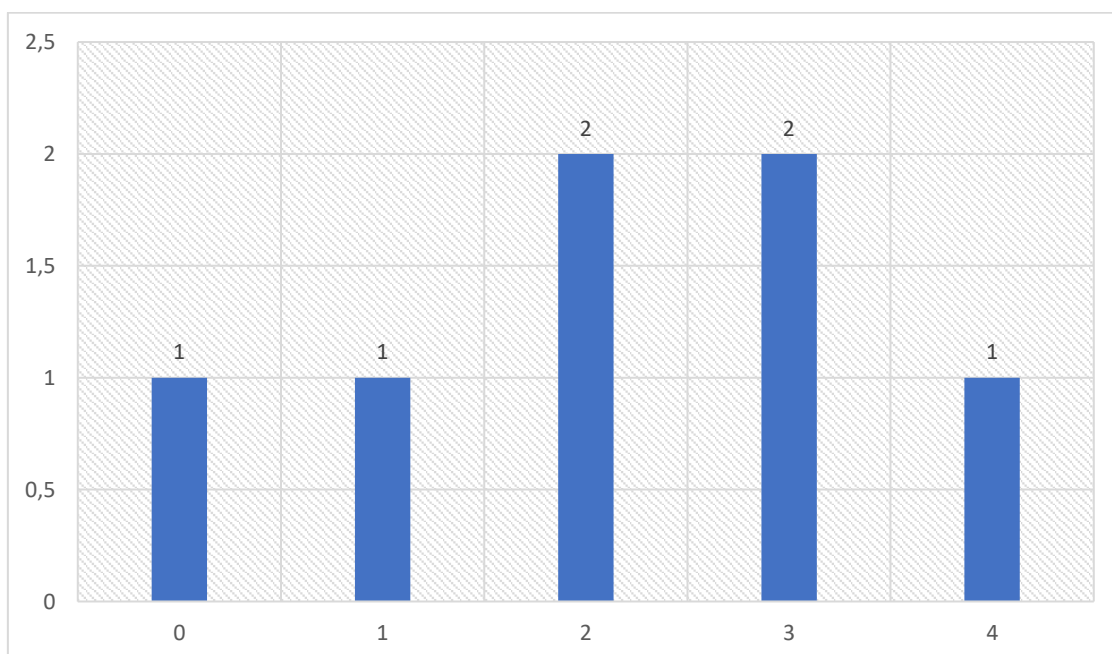
No universo de 80 coletores de lixo, na Empresa, 72 autodeclararam-se de cor ou raça indígena. Ao delimitarmos pelo percentual de entrevistados, observamos que a maioria dos coletores possuem ensino fundamental completo, seguido por aqueles que possuem ensino fundamental incompleto. Ao analisarmos o perfil étnico dos entrevistados, observamos que 86% são da etnia Kaiowá, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Cor/raça ou etnia entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017 – 2018)



Fonte: Elaborado pela autora.

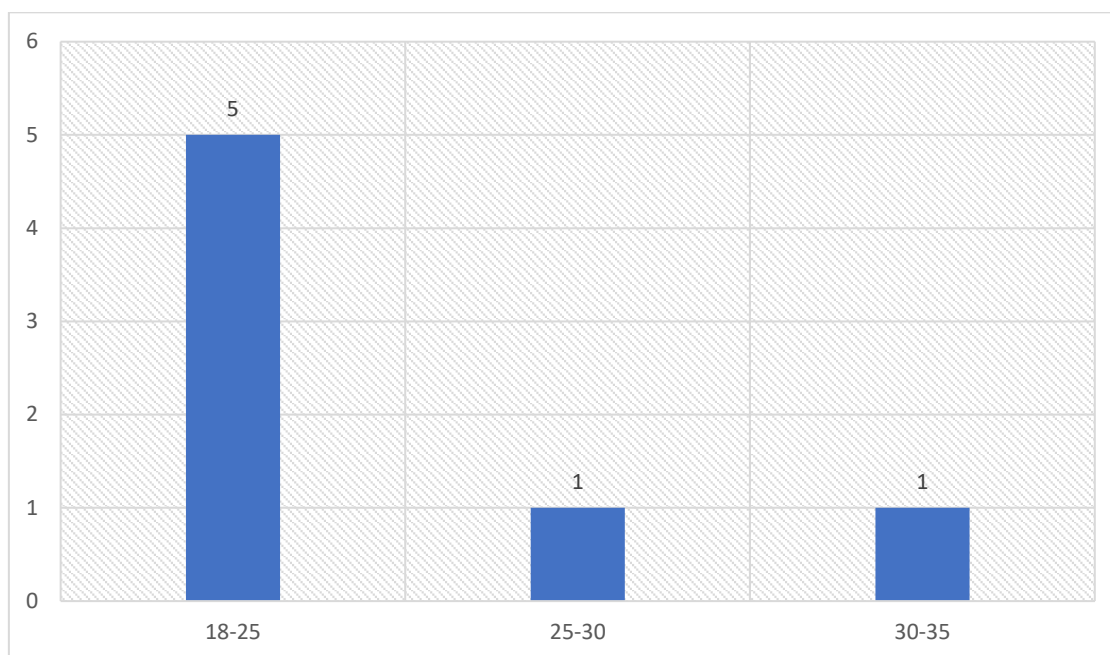
Gráfico 4 – Número de filhos entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017 e 2018)



Fonte: Elaborada pela autora.

Percebemos que aqueles que possuem 2 ou 3 filhos(as) constituem o grupo mais representativo entre os coletores indígenas.

Gráfico 5 – Intervalos de idade entre os coletores indígenas na Empresa no município de Dourados-MS – Números Absolutos (2017 e 2018)



Fonte: Elaborada pela autora.

A maior parte dos coletores apresenta faixa etária entre 18 e 25 anos, de forma que, para alguns, é o primeiro acesso ao mercado formal.

Percebemos, mediante os dados, que ter um emprego com certa estabilidade apresenta-se como principal motivação, devido à necessidade de sustentar os familiares, mesmo sendo jovens, muitos apresentam receio de buscar outro trabalho, visto como “mais leve”. Parecem meio inseguros, pois disseram que precisam estudar mais e que não é fácil encontrar trabalho na cidade. Aspectos semelhantes já foram apontados para o caso dos garis:

O ofício de gari parece acentuadamente atravessado por um fenômeno de gênese e expressão intersubjetivas: a invisibilidade pública – espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens. Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples (como varrer ruas, cortar mato, retirar o barro que se acumula junto às guias), estar sujeito a repreensões mesmo sem motivo, transportar-se diariamente em cima da caçamba de caminhonetes ou caminhões em meio às ferramentas ou ao lixo são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. Tarefas nas quais podemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e servilismo.

São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político (COSTA, 2008 p. 200).

Tratam-se de pessoas subalternizadas historicamente pela sociedade excludente capitalista e pela ausência de políticas públicas que oportunizem igualdade de oportunidade e a descontinuidade das assimetrias sociais. Desta forma, acentuam a desigualdade social brasileira e são destinados para o trabalho precarizado, ficando vulneráveis às imposições dos empregadores, submetendo-se à exploração do sistema para sobreviver. Enfatizamos aqui o próprio processo histórico vivido pelos Kaiowá e Guarani na região da grande Dourados, onde a precariedade das condições de vida da RID, associado à sazonalidade e mecanização dos trabalhos nas usinas, setor que abarcava um número expressivo da mão de obra indígena, faz com que encontremos um número expressivo de trabalhadores indígenas na coleta de lixo da cidade, conforme entrevistas realizadas com alguns coletores de lixo. Questionados sobre o motivo que os fizeram buscar o emprego como coletor de lixo, muitos relataram que estavam cansados dos trabalhos nas usinas de cana-de-açúcar, ajudantes de pedreiro e outros trabalhos aos quais eram destinados, conforme trechos a seguir evidenciam:

C2- “Estava enjoado de trabalhar nas fazendas, aí eu vim primeiro pra Naviraí fiquei 02 anos no corte de cana lá, aí em 2009 eu entrei aqui pra trabalhar na coleta. Esse foi primeiro serviço, primeiro comecei trabalhando no aterro Sanitário, descarregando e lavando as caçambas do lixo recolhido na cidade, e depois eu passei pra coletor, estou na coleta já 05 anos, espero que (abaixou a cabeça e respirou profundamente) só sair quando não aguentar mais... Por que ser coletor não é fácil, mas é melhor do que trabalhar no corte de cana ou ficar desempregado, passando necessidade”;

C3-“Eu vim aqui procurando serviço, tinha uma vaga né, eu entrei lá dentro conversei, e com pouquinho de dia, uns 15 dias eu já estava trabalhando aqui. Antes de entrar aqui na empresa como coletor eu trabalhava fazendo “bicos”, diária nas fazendas e na cidade um pouco, roçava terreno, eu não podia trabalhar registrado que eu era de menor.

C 5- “O trabalho na usina era até de boa, mas o problema era ... assim, até que gostava de cortar cana, era porque eu não trabalhava na usina aqui em Dourados, eu trabalhava pra fora, eu trabalhava em Naviraí, lá pro lado de Sidrolândia, Brasilândia, teve um tempo. Aí em

2011 eu vim pra Dourados, cheguei aqui, tinha um conhecido meu que me indicou aqui na empresa e eu comecei trabalhar como coletor, primeiro a noite, fique um tempo, depois eu fui pra de dia, pra ficar com a família... Mas assim, o trabalho aqui é como qualquer outro, o importante é não ficar parado, tem que sustentar a família né?

As falas dos sujeitos da pesquisa demonstram como são restritos os espaços no mercado de trabalho urbano, assim como a importância de terem um trabalho com carteira assinada. Compreendemos que os trabalhadores Kaiowá e Guaraní não enfatizam o fato de comporem um grupo terceirizado, pois o que importa para eles é estarem conseguindo sobreviver de maneira digna, através do seu trabalho. Os trabalhadores demonstravam certo orgulho de conseguirem estar trabalhando com carteira assinada, por saberem que enquanto estiverem trabalhando podem contar com aquele salário. Conforme os trabalhadores, com o salário é possível viver de maneira digna, possibilitando certa estabilidade para os seus familiares. Muitos disseram que era melhor trabalhar como coletor do que ficar fazendo “bicos” na cidade. Relataram também que muitas pessoas não reconhecem a importância da profissão, mas que poucos são os que conseguem fazer o que eles fazem, e a população ainda sai falando “besteira”, como “índio é preguiçoso e que vive do dinheiro do governo”.

C1-“O que importa é ganhar o dinheiro honestamente, com o próprio suor, levar as compras pra casa e não abaixar a cabeça pra esse povo que fica falando besteira por aí”.

Pesquisadora: Que tipo de besteira?

C1- “que nós tudo que é índio vive do que o governo dá, bolsa família, eles não sabe de nada é fica falando bobagem, só nós que vive lá na aldeia é que sabe o que a gente passa, eu graças a Deus sempre trabalhei, meu pai trabalhou no pesado, nós nunca teve vida fácil, pra essa gurizada ficar falando o que não sabe.

C2-“Ter um emprego de carteira assinada é muito importante, ainda mais pra nós que tem família pra sustentar, e não tá fácil pra ninguém, agora até que tem mais vaga de emprego com carteira assinada, tem outras empresas ai que contrata índio também.

Os entrevistados ressaltaram que o trabalho na coleta de lixo é uma profissão que exige muito preparo físico e que talvez quando estiverem com idade avançada não conseguirão ter o mesmo desempenho ou mesmo continuar na profissão. Os mais jovens falaram que tem de voltar a estudar, para conseguirem um trabalho mais leve. O coletor 2 relatou que está fazendo uma economia para montar um mercadinho no terreno dele na aldeia, “sei que não vou aguentar muito tempo nesse trampo, então eu quero ver se monto um negocinho pra ganhar meu sustento”. Perguntamos sobre a profissão de coletor de lixo, e nos foram relatados:

C2- “Antigamente era pior, agora até que tá de boa. Antes, logo quando eu entrei tinha pouco coletor, aí agente trabalhava mais, aí depois veio um povo, acho que é fiscalização, aí mudou, contratou mais coletor. Antigamente também, assim, tinha pouca frota de caminhão e a gente andava mais, e agora aumentou o número de caminhão e coletor. Isso melhorou”.

C3- “É um pouquinho cansativo, mas nem tanto. Hoje eu aguento, quando eu for mais velho acho que não vou aguentar por causa da idade, não vou conseguir mais correr, vou sentir dor, tem que pular do caminhão, por causa do trampo mesmo, quando está novo a gente aguenta, agora mais velho eu acho que não vai dá pra ficar aqui não.

C4-“ É um pouquinho cansativo, mas nem tanto. Hoje eu aguento, quando eu for mais velho acho que não vou aguentar por causa da idade, não vou conseguir mais correr, vou sentir dor, tem que pular do caminhão, por causa do trampo mesmo, é um pouco cansativo, mas eu nunca tive um serviço leve, sempre trabalhei no pesado”.

C5- “É um trabalho pouco cansativa, mas fazer o quê, a gente tem que trabalhar, né ? É melhor do que não ter nada pra fazer, ter que fazer bico não é bom, e aqui é pesado as a gente sabe que vai ter o dinheiro da gente pra fazer as compras.”

C6-“ Assim é cansativo, um pouco cansativo, mas a gente consegue ir levando”.

Na entrevista com o funcionário responsável pela contratação dos coletores, foi enfatizado que é muito relevante que o candidato à vaga de emprego seja jovem e que tenha características físicas compatíveis com a função que vai exercer, pois não adianta contratar uma pessoa mais velha, ou com porte físico que não irá aguentar o serviço.

Quanto ao esforço físico exigido na função de coletor de lixo, a fala do Coletor foi contundente quanto ao tipo de trabalho a que são direcionados, quase sempre são

trabalhos braçais, que requer muita força física: C4, “[...] mas eu nunca tive um serviço leve, sempre trabalhei no pesado”, corte da cana, ajudante de pedreiro, cavando buraco para posto artesiano e piscina.

De acordo com os dados, percebemos que o trabalho na coleta de lixo requer muito esforço e resistência física para suportar as jornadas exaustivas de trabalho. Além disso, trabalhar na coleta de lixo é um trabalho que requer um ótimo preparo físico, pois é necessário percorrer de 30 a 40 km por dia. Se não bastasse a maratona, eles têm de pular do estribe³⁶ do caminhão em movimento, pegar os sacos de lixos e colocá-los na caçamba, todo esse movimento associado a algumas adversidades cotidianas devido à falta de informação dos moradores, como a presença de cacos de vidros, espinhos de coqueiros, seringas e outros objetos que acarretam constantemente em acidentes de trabalho.

De acordo com as informações oficiais nós detectamos que esses acidentes acontecem por elementos perfurocortantes, lixo mal acondicionado e a forma como o trabalho é desenvolvido. Os trabalhadores correm segurando o lixo atrás dos caminhões ou ficam pendurados no veículo e isso pode gerar lesões musculares, quedas, fraturas e afastamentos”, explica o juiz do Trabalho Márcio Alexandre da Silva, que também é gestor regional do Programa Trabalho Seguro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (MPT, 2018).

Outra prática que dificulta o trabalho dos coletores é presença de entulhos de construção que erroneamente são colocados em sacos de lixo para serem recolhidos. O descarte errado do lixo é fruto de uma ação cultural de desprezo com relação ao trabalhador da coleta de lixo, pois muitos acham que os coletores devem recolher todos os lixos que ficam espalhados pelas calçadas. Essa falta de informação da população sobre as dinâmicas dos locais destinados para cada tipo de resíduo dificulta o trabalho dos coletores, além de reforçar a desvalorização social que a população tem no trato com estes profissionais. Muitos coletores reclamam que alguns moradores chegam a lançar sacolas de lixo no caminhão e acabam acertando neles. Isso para eles é muito humilhante, mas em compensação têm pessoas que valorizam o trabalho deles e os tratam bem.

³⁶Parte traseira de veículo de coleta de resíduos sólidos dotado de sistema compactador. Só pode ser realizado de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) PROJETO DE LEI N.º 6.762, 2013 <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1200828.pdf>.> Acesso em 03/05/2018.

2.4 Acidente de trabalho na coleta de lixo

Dentre os acidentes de trabalho mais recorrentes na coleta de lixo está o corte da mão e do antebraço, torções do tornozelo devido ao movimento rápido de subir e descer do estribe da caçamba com o caminhão em movimento, dores na lombar, associado ao fato de terem que agacharem recolhendo os sacos de lixo. Especificamente em Dourados foi relatado que a quantidade de seringas descartadas erroneamente no lixo é significativa, fazendo com que os coletores perfurem a mão, sendo um risco direto de doenças infectocontagiosas, como HIV e hepatites. Segundo o engenheiro ambiental da empresa, deveria haver com mais frequência campanhas de conscientização, como: panfletos informativos, palestras em escolas, propagandas nos meios de comunicação, já que é recorrente este tipo de acidente com os trabalhadores na coleta de lixo.

Outro fator que agrava o índice de acidente no trabalho é a precarização do mesmo. O estudo realizado pela CUT em 2014 demonstra que os trabalhadores terceirizados são os mais suscetíveis aos acidentes no trabalho, devido às suas condições precárias, às quais os trabalhadores terceiros são submetidos diariamente.

[...] Situação semelhante vivem os trabalhadores da limpeza urbana. O critério de menor preço é um dos fatores que aprofunda a precarização já que, geralmente, o menor preço é obtido pela intensificação do trabalho (em termos de jornada, ritmo e exigências da tarefa) e da negligência das medidas de proteção da saúde dos trabalhadores. A realidade demonstra que a terceirização vem contribuindo, de forma significativa, para incrementar as taxas de morbidade e de mortalidade por acidentes de trabalho e mesmo para encobrir seus dados negativos, aumentando também a invisibilidade deste grave problema social e de saúde pública (CUT, 2014, p. 25-26).

Segundo o chefe do setor da coleta de lixo, a empresa tem uma preocupação muito grande com os equipamentos de segurança dos coletores, os quais são obrigados a utilizá-los. A empresa trabalha com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), formada por um grupo de funcionários da empresa, indicado pelo empregador, sendo regulamentada e aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através da norma regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978 e atualizada pela Portaria SIT n.º 247, de 12 de julho de 2011. O funcionário disse que a empresa trabalha em parceria com a Clínica de Medicina do Trabalho, onde todos

os coletores fazem os exames periódicos. Outra exigência é o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Sobre os acidentes de trabalho ocorridos com os coletores, o F1 nos explicou sobre as dinâmicas utilizadas com o intuito de preveni-los:

É muito comum os coletores acidentarem com seringas, precisamos fazer uma campanha para conscientizar a população do perigo de descartar a seringa de qualquer jeito no lixo, né? Perigo, assim de cair do caminhão até que ocorre muito pouco, pois, utilizamos uma dinâmica que tem funcionado para a coleta. Um coletor vai na frente arrumando os sacos de lixo próximo a via, e os outros dois recolhendo junto com o caminhão, a velocidade do caminhão tem que ser controlada também, até para não colocar em risco os coletores que estão no estribo. No mais é acidente de rotina, temos trabalhado muito para evitar acidentes mais graves. O problema maior é a falta de conscientização da população mesmo, descarta vidro, galhos com espinhos.

Observamos que há um consenso tanto por parte dos funcionários hierarquicamente superior, quanto dos coletores que acidente de trabalho é aquele que ocorre no ato do trabalho. Desse modo, a lesão provocada ao longo do trabalho, como uma lombalgia³⁷, não é considerado acidente de trabalho, conforme a Lei nº 8.213/91.

Entrevistadora: Você já sofreu algum acidente no trabalho?

C2- (risos) Já, faz sete anos que eu tô aqui, já levei muito tombo, já cair, já cortei a mão, já fui até atropelado por uma Pop 100 por uma mulher! (risos).

Entrevistadora: E qual foi o procedimento da empresa em relação ao ocorrido com você?

C2- Ainda não precisou fazer nada, graças a Deus nunca ocorreu nada de grave comigo não, nunca precisou me socorrer não.

C3- Nós usamos a roupa né, que a noite ajuda muito, a luva, bota, a noite não precisa de óculos e nem de boné. De dia a gente usa, eu não gosto muito de usar o óculos não, passa creme (Protetor solar) no rosto, mas agente sua muito e sai tudo, então o boné é importante.

C4- "Agente usa né, mas tem coisa que é rui, igual óculos e a luva, atrapalha na hora da correria, mas tem que usar né"?

³⁷ Há dois tipos de lombalgia: aguda e crônica. A forma aguda é o "mau jeito". A dor é forte e aparece subitamente depois de um esforço físico. (Sociedade Brasileira Para Estudo da Dor). Disponível em: <www.sbed.org.br/lermais_materias.php?cd_materias=541&friurl=-Lombalgia->. Acesso em 01 de maio de 2018.

C5- “A gente usa sim, luva, óculos, a roupa, né? Por que de noite é muito importante, se não os motoristas não enxerga a gente”. C6- Os equipamentos que nós usamos é bem básico, luva, óculos e a roupa. Aqui quase sempre os equipamentos estão em falta, nos precisava usar máscara, essas coisas assim, mas está sempre em falta, pelo menos é o que eles fala pra nós”.

Conforme a NR 6 (Norma Regulamentadora), EPIs são todos e quaisquer dispositivos ou produtos de uso individual, utilizados pelo trabalhador para proteção de acidente de trabalho, buscando, assim, assegurar a segurança e saúde do trabalhador. Os EPIs devem ser fornecidos gratuitamente aos trabalhadores. Os itens de proteção exigidos pelas normas técnicas de proteção dos coletores de lixo são: luvas de proteção, botinas de segurança, máscaras de proteção, uniforme com o tecido adequado, contendo faixa refletiva, bonés, protetor solar e óculos de proteção. Nem sempre estes equipamentos de proteção dão conta de resguardar integralmente os coletores dos riscos a que estão expostos diariamente. Diante disso, necessita haver maior conscientização da população em acondicionar de forma adequada os resíduos domésticos, amenizando assim os riscos a que os coletores se submetem durante a coleta.

2.5 O transporte até a empresa

O acesso à empresa, onde realizamos o nosso estudo, pode ser realizado pela rua Coronel Ponciano que dá acesso ao Jardim Guaicurus (região periférica da cidade), Distrito Industrial e Aterro Sanitário, sendo assim uma região de grande fluxo e de constantes acidentes. Também pode ser realizado pela rodovia que corta a cidade de Dourados, ligando os acessos aos municípios de Caarapó, Ponta Porã e adjacências, conforme figura 2. A rodovia possui trechos com velocidades controladas por radar, sendo a maioria do trajeto indicados 80 km/h para veículos pesados e 100 km/h para veículos leves e, assim, o trecho de acesso à empresa corresponde a essa velocidade. Logo, podemos analisar os riscos associados ao deslocamento ao local, sobretudo aos indígenas que se deslocam da RID e precisam enfrentar esses dilemas.

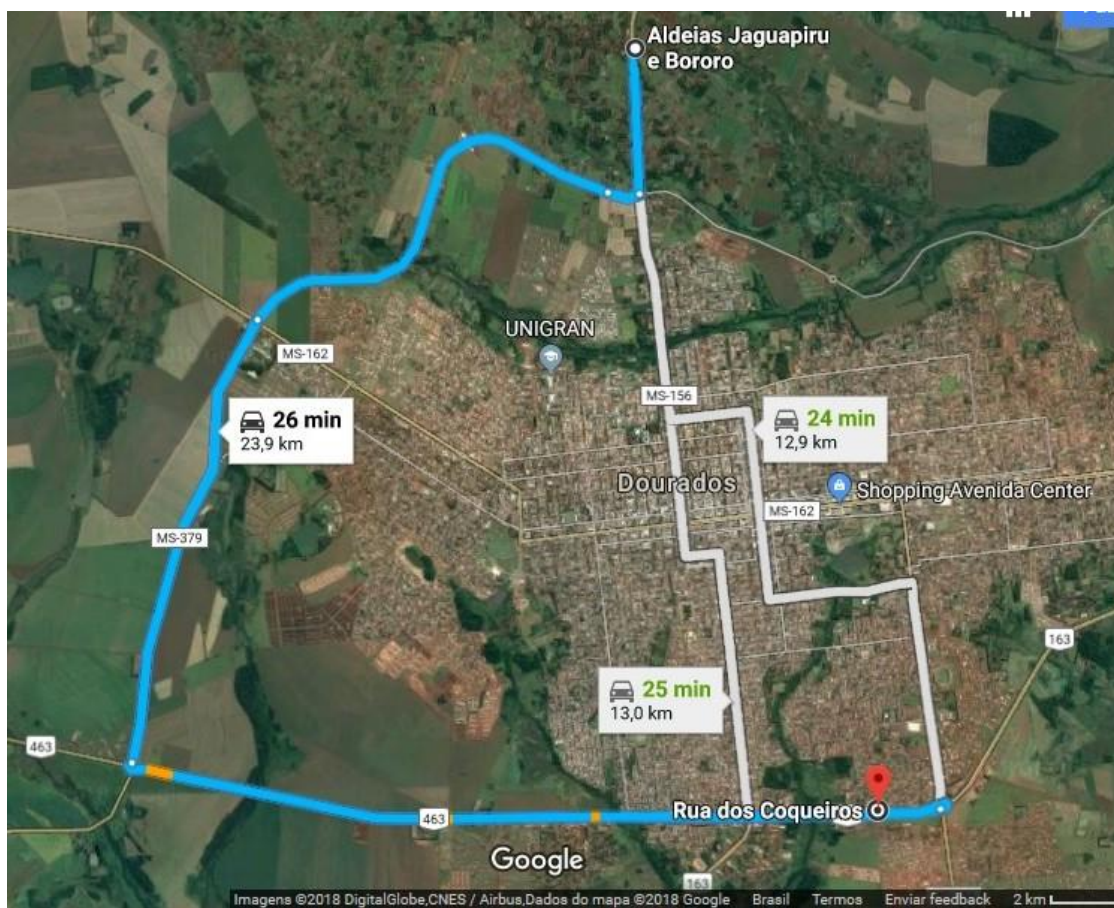
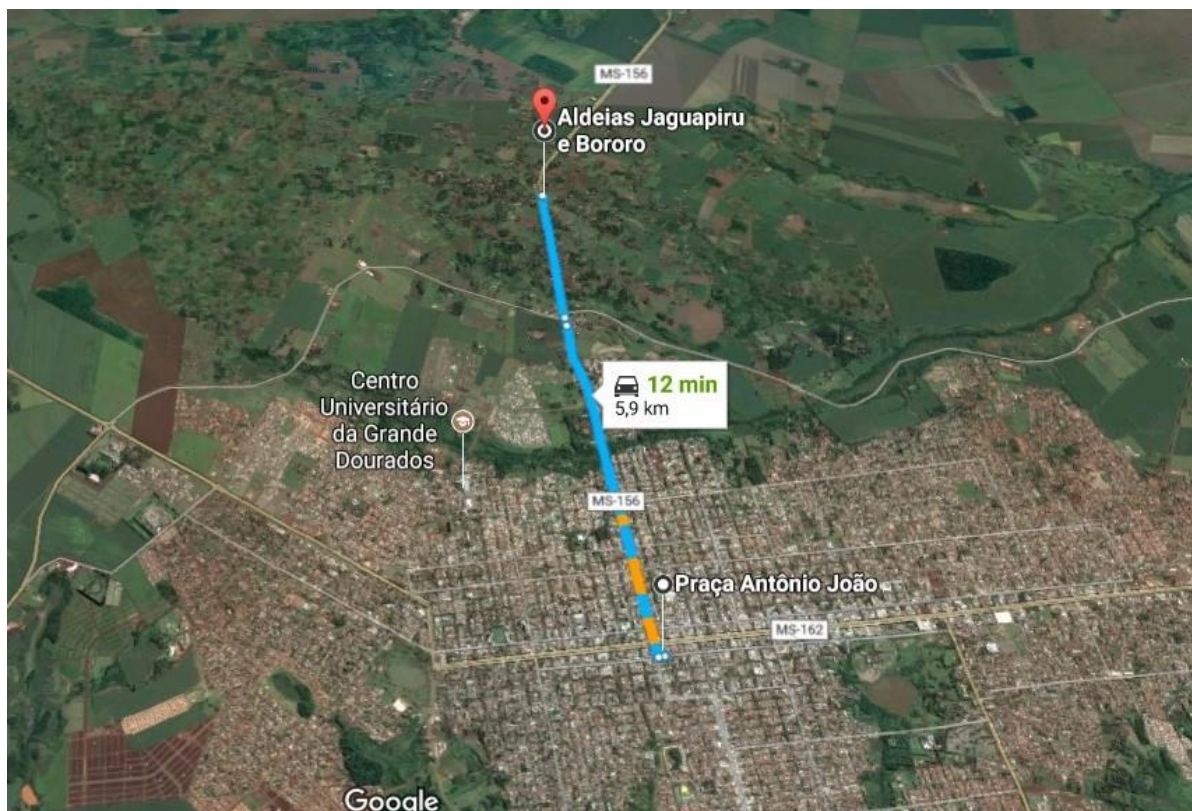


Figura 2 – Trajeto de acesso à Empresa responsável pela Coleta de Lixo. Fonte: Google Maps.

A rodovia estadual MS 156, que dá acesso à reserva indígena, é fruto das reivindicações do movimento indígena, em especial a duplicação da via. Portanto, o deslocamento desses trabalhadores se inicia pelo trajeto/saída de casa até o local de trabalho.

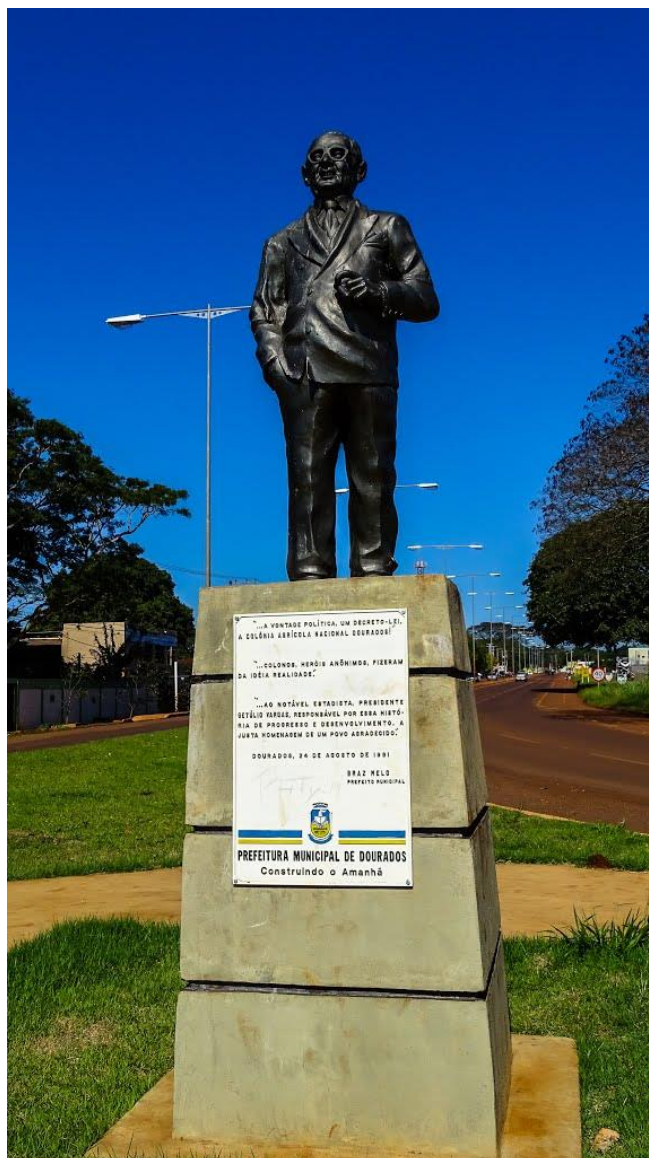


Mapa do trajeto da Praça Antônio João até a Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa – Aldeias Jaguapiru e Bororó, planta 3D. Fonte: Google Maps, simulação realizada em 13 de jul. de 2017.

A partir do trajeto entre a reserva e a Empresa podemos observar as marcas da invisibilidade étnica e social. Metaforicamente esse trajeto é vigiado pelos olhares daquele que idealizou o “progresso” para região, Getúlio Vargas, como no trecho da MS 156, ou seja, (re)produzindo estereótipos de cunho étnico associados ao poder exercido com a colonização, delegando aos colonos a condição de heróis. “Colonos, heróis anônimos fizeram da ideia realidade”. Esta é uma das frases na placa da estátua do idealizador do projeto “Marcha para o Oeste”, do presidente acima citado, que é reverenciada em uma das rotatórias da via. Com essa frase, o governo municipal enaltece a figura do estadista numa espécie de agradecimento pelo “desenvolvimento” trazido com a Colônia Agrícola de Dourados (CAND); projeto idealizado para o desenvolvimento da região sul do Mato Grosso, conforme vimos no capítulo anterior.

O estadista Vargas é eternizado em um espaço que simbolicamente denota o poder dos colonizadores, uma verdadeira afronta aos indígenas que vivem na RID.

Figura 3 – Estátua de Getúlio Vargas.



FONTE: <http://www.panoramio.com/photo/122567771>

Segundo os entrevistados, o ônibus da empresa sai do primeiro ponto da RID por volta das 5h40 da manhã. Existem pontos específicos de parada, saindo da aldeia Bororó e passando pela Jaguapiru. O meio de transporte mais utilizado pelos trabalhadores até estes pontos de parada é a bicicleta. Alguns possuem motocicletas e automóvel, porém quase não usam o transporte próprio para economizar, pois a empresa não oferece auxílio transporte em dinheiro, já que disponibiliza o ônibus para transportá-los. De acordo com os entrevistados, o ônibus é confortável, havendo poltronas para todos os trabalhadores. A reclamação ocorreu pelo fato do ônibus não ser climatizado, e devido ao calor as janelas ficam quase sempre abertas, onde a

poeira da estrada de chão invade o ambiente interno provocando grande incômodo. Disseram que o lado bom é que no ônibus eles conseguem descansar, alguns até cochilam durante o percurso. A viagem até a empresa dura em média de 25 a 33 minutos. Assim que chegam, vão para o refeitório onde é oferecido um café. Conforme C3: “O café daqui dá empresa é bom, tem café, pão, chá e leite também”. Tanto no horário diurno como no noturno é oferecido o lanche para os coletores. Quanto ao retorno no término do expediente, todos os coletores ficam em torno da empresa, como têm dois moradores da aldeia Bororó que são motoristas do caminhão transportador de lixo, os coletores ficam aguardado até os motoristas retornarem do aterro sanitário, pois assim que chegam todos retornam para a RID.

Discorreremos até o momento, no primeiro e neste capítulo sobre temáticas que acreditamos importante para a compreensão das dinâmicas da inserção dos Kaiowá e Guarani no trabalho urbano, especificamente na coleta de lixo. Buscamos trazer o contexto histórico e a reestruturação produtiva do capital, esboçando que o trabalho étnico tem especificidades nas relações trabalhistas, que, embora garantidas pela lei, muitas vezes não são respeitadas. No próximo capítulo, objetivamos dialogar com questões inerentes à invisibilidade social existente com profissionais sem valor social, em especial a do coletor de lixo. Invisíveis ou irrelevantes para pessoas que não querem enxergar profissionais considerados como subalternos e não qualificados, ocasionando marcas que não ferem apenas o corpo, mas principalmente a alma, como analisa Fernando Braga, um dos autores que irá ancorar o nosso diálogo no próximo capítulo.

CAPITULO III: OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS COLETORES DE LIXO NA CIDADE DE DOURADOS: DIÁLOGO ENTRE OS CONCEITOS DE RECONHECIMENTO, INVISIBILIDADE E ESTIGMA

A discussão apresentada, neste capítulo, está centrada em três categorias, consideradas por nós como importantes para fundamentar nosso olhar: invisibilidade, reconhecimento e estigma. Isto porque na compreensão dos relatos, obtidos com as entrevistas junto aos coletores e diante da peculiaridade do trabalho na coleta de lixo, torna-se necessário o estabelecimento de interconexões entre esses conceitos, por se tratar de um nicho no mercado de trabalho, sobre o qual é atribuído desprestígio social. Essa caracterização está associada também ao fato de, na maior parte das vezes, ser ocupado pelas “minorias sociais”³⁸, que, via de regra, vivem condições marcadas por situações constrangedoras e de humilhação no dia a dia do trabalho.

Demonstraremos como essa realidade está intrinsecamente relacionada ao processo histórico da constituição da sociedade brasileira e, em especial, na formação da sociedade douradense, em que houve a valorização do trabalho dos imigrantes, tidos como pioneiros e desbravadores. Nesse processo, foi desconsiderada a presença dos povos que aqui estavam, dentre eles as comunidades indígenas, que foram marcadas pela exclusão social e pela ausência de políticas públicas de integração destas minorias (e que numericamente era a maioria) no mercado de trabalho.

O conceito de invisibilidade que subsidia nossas análises está ancorado nos estudos do psicólogo Fernando Braga Costa (2004). Dialogamos também com o tema Trabalho e Reconhecimento, com base no pensamento do filósofo e sociólogo Axel Honneth (2003, 2008). Outra categoria que nos foi útil e que aqui está apresentada é o estigma, numa reflexão a partir da obra do sociólogo canadense Erving Goffman (1988).

³⁸Minorias Sociais - Compreendida como segmentos das sociedades que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura dominante. O que gera um processo de exclusão social. (MIRANDA, ADÍLIO, 2014, p.81)

3.1 Corpos Murchos: a invisibilidade social e o poder de secar os corpos

O ofício de gari parece acentuadamente atravessado por um fenômeno de gênese e expressão intersubjetivas: a invisibilidade pública – espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens. Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples (como varrer ruas, cortar mato, retirar o barro que se acumula junto às guias), estar sujeito a repreensões mesmo sem motivo, transportar-se diariamente em cima da caçamba de caminhonetes ou caminhões em meio às ferramentas ou ao lixo são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. Tarefas nas quais podemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e servilismo. São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político.

Fernando Braga da Costa. **Homens Invisíveis**: relatos de uma humilhação social (introdução), 2004.

O psicólogo social Fernando Braga trabalhou durante dez anos como gari na Universidade de São Paulo, com o intuito de levantar dados para tese de doutorado, que versou sobre o trabalho dos garis. Durante a pesquisa de campo, constatou que um simples uniforme de gari leva os seres humanos a desaparecer, tornando-os seres invisíveis, sem nomes”, em meio às pessoas que o cercam. Em sua tese, publicada posteriormente no formato de livro, com o título “Homens Invisíveis”, conseguiu comprovar a existência da “invisibilidade pública” sobre as pessoas que atuam na função de gari.

Costa (2004, p.156) define a inviabilidade pública como uma condição não material, às quais “as pessoas estão submetidas, formando, assim, os “cegos superiores” e os subalternos invisíveis”. Segundo o autor, a invisibilidade social não é decorrente da “correria” que envolve as pessoas em seu fazer cotidiano, a que os corpos estão submetidos, mas a um fator histórico da sociedade brasileira, construído no decorrer de séculos.

[...] Invisibilidade pública é a expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e reminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e fábricas. (COSTA, 2004, p. 21-22)

A obra de Costa, bem como a de Jessé de Souza, “Invisibilidade da desigualdade social brasileira” (2004), demonstram que a origem da desigualdade social brasileira está relacionada com o passado, como herança do longo período de escravidão. Assim, servilismo é algo que está na origem da sociedade, perpassando de geração em geração, alçando tentáculos sobre aqueles que são destinados aos serviços braçais, o que Jessé de Souza chama de “força animalesca”.

Nesse sentido, retomamos a relação entre os estudos citados, com a condição social dos sujeitos da nossa pesquisa, pois, quando nos debruçamos nas leituras destes autores, verificamos que elas provocam em nós a sensação de estarmos no mesmo cenário de nossa pesquisa, com os mesmos sujeitos sob a égide da invisibilidade. Isso indica que a invisibilidade na atividade de coleta do lixo, trabalho que se ocupa da lida com objetos descartados e que, por isso, são vistos como não produtor de riquezas (sob a lógica capitalista e de imaginário social, mas que na atualidade vem sendo economicamente ressignificado). Nessa lógica de descarte, o lixo só é visto quando exala odor, em virtude do processo de decomposição. Essa situação se aplica sobre as pessoas que atuam na atividade da coleta, invisibilizando-as.

Vale ressaltar que a história dos trabalhadores Kaiowá e Guarani reúne em si um misto de passado e presente, em que o desrespeito emerge com força e se mostra duplamente: pela condição étnica e pela situação socioeconômica. Por isso, quando esses “seres invisíveis” são notados, isso geralmente é carregado pelo preconceito étnico-racial. Nesse sentido, um fato interessante nos foi relatado na entrevista realizada com o motorista do caminhão que transporta o lixo. Questionamos a um coletor sobre a relação entre a população com a sua equipe de trabalho e ele assim a expressou:

Eles (população) não me xinga não, mas o coletor eles xinga mesmo, muitos coloca entulho, coisas que não pode colocar pra coleta, e ai às

vezes os coletores não pega, né: Tem coisa que a sacola rasga, essas sacolas de mercado, e aí eles xinga, fica bravo. Mas também tem pessoas que é bem educado. É, assim, um dia já eu escutei umas coisas que me deixou pensando. Tinha uns homens num bar e eu escutei eles falando lá entre eles que não tem só índio coletor, agora tem índio motorista também. Acho que não é muito comum ter motorista indígena, né? tem mais é coletor mesmo, eles acharam diferente um índio dirigindo o caminhão. Eu escutei assim... mas não falei nada, fiquei só olhando. Depois eu comentei na minha casa: será que eles pensa que nós não pode dirigir um caminhão? (“risos”)

O episódio deixa evidente como o não índio enxerga os lugares ocupados pelos trabalhadores indígenas, e ver o mesmo numa profissão considerada melhor que aquela de coletores é motivo de atitudes preconceituosas pela sociedade não indígena. Tecem comentários preconceituosos, conscientes ou inconscientes, sem imaginarem as consequências que podem causar no motorista. Neles está expresso como enxergam os indígenas e, também, o contexto em que vivem, num imaginário de que as comunidades indígenas estão localizadas no meio da mata, fazendo uso apenas de carroças para se deslocarem, sendo desprovidas do acesso a automóveis, impossibilitando, por isso mesmo, deterem conhecimentos na condução de automóveis.

A voz embargada do entrevistado em alguns momentos em que relatava, em meio a alguns sorrisos sem muita expressão, fez com que questionássemos quando foi o ocorrido, pois nos parecia ser algo recente, mas ficamos surpreendidos em saber que havia se passado há mais de dois anos do ocorrido. Isso demonstra que o preconceito marca a vida de pessoas, sendo difícil de ser superado, especialmente, pelo fato de se repetir constantemente e marcar além do físico, alcançando o psicológico. São as marcas da alma.

O relato do motorista nos remete às análises de Souza (2015, p.10), “Melhor dizendo, essa reprodução depende de uma violência simbólica³⁹, perpetrada com o consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não da violência física”.

A humilhação marca a personalidade por imagens e palavras ligadas a mensagens de rebaixamento. São mensagens arremessadas em cena pública: escola, o trabalho, a cidade. São gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo

³⁹ Conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para diferenciar a noção de “ideologia” em Marx e enfatizar o trabalho da dominação social como tendo seu núcleo na tentativa de fazer o dominado aceitar por “convencimento” as razões da própria dominação. (SOUZA, 2015, p.10)

e a alma do rebaixado: o adulto e o idoso, já antes jovem ou criança, vão como que diminuir, vão guardar a estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como se tenha dirigido ao inferior (COSTA, 2004, p. 26).

Desta forma, podemos considerar que a humilhação dos coletores ocorre por diversos fatores, mas é intensificada por serem indígenas e atuarem como coletores. Essa condição de humilhação, conforme seus relatos, são visíveis em algumas situações já em outras não. Apenas existem de acordo com o olhar do outro, ou seja, segundo interesses de quem quer ou não enxergar e o quer enxergar. Quando o coletor não recolhe os sacos de lixo contendo entulhos de construção, pois não é a sua função, os moradores percebem sua passagem pela rua, isto é, sentem falta do serviço que consideram não executado.

No entanto, quando cruzam com coletores no momento em que estão recolhendo o lixo, não cumprimentam, ou pior, tapam o nariz ou gesticulam assinalando mau cheiro. Diante desses gestos dos moradores, os coletores tornam-se seres indesejados e invisíveis, mesmo executando uma atividade de importância para os moradores. É como se ali estivessem apenas “uniformes perambulantes” e não pessoas com sentimentos, que vivenciam a humilhação de indesejáveis, sendo confundidos com o lixo. Isso porque, nessa lógica de taparem o nariz, indicam uma junção da pessoa com o objeto, associando os coletores ao lixo coletado e, assim, explicitam a condição de humilhação e de servidão, que sobrepõe aos seus corpos a não existência de sentimentos humanos, como se os coletores fossem robôs. O que importa é o lixo, que dali deve ser retirado, limpando a rua, não levando em consideração quem o retira, mas apenas como o retira, sem deixar sobras, cheiros ou sujeira.

Questionamos sobre o tratamento da população para com eles quando estão trabalhando.

C1 - “Mais ou menos, assim, um pouco bom, não é tanto não. Sempre que nós estamos na rua e acaba a nossa água, nós pedimos, eles não nega não”, mas não é sempre não, é melhor levar, né, só quando não tem jeito mesmo.

C2- “tem umas gurizada que é meio chato, pensa que nós não percebe as coisas, mas se a gente for importar com isso nem sai de casa, acho que todo trabalho tem uns que faz pouco caso”.

C3- “Tem dias que tem um povo meio metido, que faz pouco caso, passa fazendo gesto que está fedendo, buzina o carro pra passar logo,

tem umas ruas que nem cabe o caminhão direito, e os apressado não vê que nós está é trabalhando, fica com uma buzina chata apressando, assim, mais é essas coisas que acontece”.

C4- “Olha não é sempre não, mas acontece de ter pessoas que joga a sacola de lixo no caminhão e aí acerta é ne nós, passa e nem olha, não cumprimenta, né, tem uns que é abusado, tem gente que deixa o portão aberto e ai tem cachorro bravo e nem preocupa e vai atacar a gente, tem morador que trata a gente bem também, dá presente no final de ano, e assim vai”.

C5- “É normal, é uma correria que eu não vejo nada, só de vez em quando acontece umas coisas assim que não agrada, fica buzinando como se nós tivesse atrapalhando”.

A relação social entre os coletores de lixo com os moradores dos bairros do setor onde trabalham, como manifestado nos relatos, ora é marcada por manifestações de respeito, acolhimento e empatia, ora por hostilizações, discriminações e invisibilidade social. Os momentos de empatia são lembrados pelos coletores que demonstram o agradecimento ao receberem um “simples copo d’água” e terem a sede saciada pela acolhida de alguns moradores. Esse fato evidencia que foram vistos, que o outro também o vê como ser humano. Quanto aos maus tratos, demonstram que já estão acostumados, embora tenham consciência de que estão trabalhando e que merecem respeito.

Contudo, os xingamentos, as buzinas, a forma como o lixo é acondicionado, sem preocupação se nele há objetos que provocam acidentes em seus corpos, são fatores que acentuam a humilhação e a invisibilidade sobre aqueles que executam esse trabalho. E mais, são sinais de que, ao descartarem o lixo, ao colocá-lo na rua, os moradores fizeram a parte deles e, desse momento em diante, atribuem a responsabilidade aos coletores. O lixo já não é mais do morador, mas do coletor. Com o lixo na rua, tapam o nariz, evitando sentir o odor que acreditam ser oriundo da rua e não de seu próprio lixo, o que lá depositaram. Na rua, o lixo deixa de ser um produto doméstico e passa a ser produto da rua. Por isso, o descaso dos moradores com a soltura dos animais, os quais podem avançar sobre os corpos dos coletores.

Diante da invisibilidade e da humilhação, percebemos estratégias de defesa, como aquelas manifestadas por C5, o qual parece ter internalizado as atitudes de humilhação pública, visto que as relata como “algo comum”, sendo que o melhor que tem a fazer é não prestar atenção no que acontece em seu redor. Trabalhar na condição de “máquinas”, sem considerar maus tratos pode tornar o desprezo mais

ameno, figurando como estratégia de defesa pessoal e, assim, evitar o acúmulo de marcas na alma, embora consigam transmitir estas atitudes com palavras, mesmo com vozes embargadas por rememorarem momentos que retiram do ser humano esta condição. Sabemos que é impossível relatar a profundidade de tais sentimentos por nossa parte, descrevendo a humilhação pública a que estão submetidos. Isso porque descrever a humilhação é diferente de senti-la. Por isso, acreditamos não darmos conta de alcançar o grau de sua intensidade.

Costa (2004) relata que a humilhação como esta torna o corpo murcho, sem vida, um corpo sem luz, sendo resultado daquele que fica sem o olhar do outro (2004, p. 230). Trata-se, aqui, mais de intensidade e repercussão no processo de interiorização das ações, do que da quantidade de vezes que são praticadas hostilizações contra os coletores e, uma vez sofridas, permanecem com os trabalhadores durante a jornada de trabalho e mesmo após seu término. Muitas vezes essa ação de humilhação pública ou de negação de potencialidades humanas dura a eternidade, como no caso do motorista, colocando em dúvida a capacidade dele em exercer tal função e pelo simples fato de ser indígena. Assim, no decorrer dos dias de execução do trabalho, podem ocorrer mais ou menos agravantes, mas estarão sempre registrados na memória de quem as recebe.

Segundo Costa (2004), o tempo não diminui esse aspecto como agravante do quadro de degradação humana, vivenciado pelos trabalhadores no plano psicológico.

Dentre tantas passagens descritas, durante sua pesquisa, pelas quais ocorria o que o autor denomina de fatores que “murchavam os corpos”, apresentamos o “caso das carrinhas”. Costa (2004) relata que havia duas carrinhas, instrumento de trabalho dos garis e que eles as esqueceram em frente à portaria de determinado prédio. Quando eles perceberam que três mulheres iam em direção ao prédio em que estavam as carrinhas, levantaram apressadamente, contorcendo-se para não caírem e, assim, conseguiram retirar os instrumentos que impediam a passagem. Após o esforço despendido para retirar os obstáculos, colocaram-se na posse de cavalheiros, esperando um cumprimento das transeuntes, mas tudo foi em vão. As mulheres passaram ao lado dos garis como se eles não estivessem ali e não esboçaram nem mesmo um movimento com a cabeça. A decepção dos garis foi visível, acompanhada de alguns momentos cabisbaixos. (Costa, 2004, p.117)

Esse exemplo é manifestado por alguns coletores de nossa pesquisa quando relataram o perigo que é trabalhar no período noturno, porque nele ocorre a

intensificação do desrespeito sobre suas vidas. A invisibilidade torna-a ainda mais evidente, o desrespeito leva pessoas inconsequentes colocarem a vida dos trabalhadores em risco. Os coletores, que trabalham ou já trabalharam à noite, disseram que é comum as pessoas jogarem seus carros, motocicletas para o lado em que eles se encontram executando a atividade de coleta, numa espécie de “brincadeira”, simplesmente para assustá-los. Por isso, há ocasiões, em que sentem o desejo de serem invisíveis, pois ser vistos para serem tratados como “Objetos de diversão” torna a situação ainda mais humilhante. Nesse momento, são enxergados pelas pessoas, mas ao mesmo tempo indesejados, não no trabalho da coleta, mas pelo fato de serem indígenas e no município ocuparem determinada área territorial, desejada pelo agronegócio, que nela vê a possibilidade de produção de riquezas com o cultivo de produtos agrícolas, como cana, soja, dentre outras produzidas na região, como apresentamos no primeiro capítulo.

Nesse sentido, emerge a dupla exclusão de que falamos, pela atividade que executam e por serem índios. O ser indígena remete ao território que ocupam e aos referenciais nutridos pelos pioneiros, que enxergam a terra como fonte de riqueza produtiva, valorizada pelo mercado capitalista. Já para o indígena, a terra está associada ao seu *Tekoha*, como o lugar onde é possível a reprodução do modo de vida Guarani e Kaiowá (PEREIRA, 2012, p.3).

Nos dados dos trabalhadores entrevistados, foi possível, por um lado, acompanhar a concomitância entre relatos das precariedades do trabalho, os riscos, as humilhações e as atitudes hostis dos moradores; por outro lado, acompanhar a demonstração de que o trabalho na coleta de lixo é um trabalho digno, pois dele estão retirando o sustento da sua família.

C3- “Ter um trabalho certo é bom, o trabalho daqui tem o lado ruim e o lado bom também, assim, agora faço compra aqui mesmo, é mais barato, né? Já levantei minha casa, tenho minhas coisas, não é muito não, mas tá bom, né? O tempo de hoje é melhor que uns tempo atrás, nós tinha que sair tudo pra trabalhar, e o dinheiro não dava pra muita coisa não”.

Esses dois sentidos nutridos pelos coletores por vezes tornam-se ambíguos, configurando-se em mecanismo de defesa dos pontos negativos, com os quais convivem diariamente, pois, além da força física empregada nos movimentos que a própria profissão exige, sofrem com certas atitudes da população. Costa chama esses

mecanismos de defesa de racionalizações ideológicas, necessárias para amortecer os impactos psicológicos das humilhações no trabalho:

A sensação de estar publicamente *invisível* é chocante, e nunca passa despercebida para quem esteve submetido às ondas mórbidas do fenômeno. O sujeito *apagado* pode minimizar – ou até recusar – o fato como expressão psicossocial de um desencontro. Por ação de racionalizações ideológicas que vão amortecer a percepção da *invisibilidade* como forma de violência simbólica, sua compreensão pode não se completar: a invisibilidade pública, de signo de uma luta social – luta de classes – vem apresentar-se à consciência como fato natural. Não aparece, portanto, como sintoma social, cristalização histórica de relações servis e de espoliação. Torna-se padrão, norma de comportamento social. [...] Racionalizações ideológicas atenuam, abafam, enfraquecem a realidade e experiência do antagonismo de classes (COSTA, 2008, p. 16/7 – Grifos no original).

Percebemos, dessa forma, que o plano da invisibilidade contribui consideravelmente para a degradação dos trabalhadores como portadores de direitos conquistados com muita luta. A invisibilidade pública minimiza o sujeito nas esferas pessoais e públicas, ou seja, impede-o até mesmo de reivindicar um direito, salários em dia, equipamentos de segurança a fim de evitar riscos de acidentes, colocando a sua saúde em risco. Nas entrevistas, em alguns momentos, direcionamos o “diálogo” para um tema delicado. Isso não significa que tivéssemos sido alertados pelo chefe imediato da empresa acerca das questões que poderiam ser feitas. O tema era delicado para nós, por julgarmos a possibilidade assustar os trabalhadores ou levá-los à compreensão de interpretações equivocadas acerca do objetivo dos nossos estudos, mas abordamos questões sobre greves. Assim, com no discorrer da entrevista, questionamos se em algum momento eles conseguiram fazer greve ou se sentiam necessidade de paralisar os trabalhos para que fossem atendidas suas reivindicações:

C1- “Assim, do tempo que estou aqui, a turma nunca fez não, teve um grupo, acho que foi da noite, que por conta do atraso do pagamento, acho que a prefeitura não tinha pagado a empresa, e ai eles fez o pagamento na data certa. Mas, assim, não foi todo mundo não, acho que só ficou um dia sem sair pra rua.”

C2-“A eu já até falei com alguns funcionários, cheguei até brigar por causa deles, era só atrasar dois, três dias eles começava querer fazer greve, era a noite, isso dai. Ai eu falava pra que? Pra que você vai sujar sua carteira? E depois? Ai eu falava pra eles, mais agora que a

coleta está modernizada mesmo, parando mais cedo um pouco, só na segunda e terça que não dá pra sair. De uns tempo pra cá parou de falar de greve”.

C3- “Eu assim, nunca participai não, e acho que só uns coletor da noite é que falou de fazer greve, a gente fica com medo, né, de mandar a gente embora e ficar desempregado, más, também não pode trabalhar e ficar sem receber, se não como que vamos sustentar a família”.

C4- “Não lembro de ter acontecido greve aqui na empresa não, eu nunca entrei, do jeito que emprego tá difícil”.

C5- “Não, nunca. Assim motivo até tem né, do jeito que tudo tá rui, a turma aqui não faz não, fica com medo, né. Pode ficar desempregado e ai fica pior.

C6- “já teve um movimento ai, atrasou muito o pagamento, ai o povo revoltou, tava certo, tinha trabalhado, então tinha que receber, né. Mas foi bom até pra empresa, que ficou sexta e sábado parado, e ai na segunda-feira a prefeitura pagou a empresa e com pagamento na mão, a turma voltou trabalhar”.

A demonstração da fragilidade com o instrumento de luta para conquistar melhores condições de trabalho e salários mais dignos é notório em todas as falas. A necessidade imediata de garantir a sobrevivência leva a submissão total aos interesses dos empregadores. Essa não é uma realidade somente dos coletores de lixo de Dourados-MS, mas de todos que se encontram inseridos na lógica do mercado capitalista principalmente os mais vulneráveis, pois quanto menor o salário, menor a qualificação da mão de obra, mais fragilizada fica mediante situações que precisam usar a greve, como instrumento de luta. No entanto, alguns aspectos nos chamaram a atenção em seus relatos, dentre eles: o coletivo, configurado “no deixa disso”, o medo do desemprego, as dificuldades do trabalho noturno.

Retornando à questão da invisibilidade, vimos na citação de Costa que a invisibilidade pública é uma forma de violência simbólica, capaz de neutralizar a luta de classe, uma vez que ideologicamente os trabalhadores desenvolvem a consciência que é um fato natural, ou seja, é normal trabalhar e receber atrasado, não ter todos os equipamentos de segurança necessários para garantir a integridade física, e pessoas colocarem suas vidas em risco.

Enfim, os conceitos apresentados pelos autores, com os quais dialogamos quanto à questão da invisibilidade e desigualdade social, auxiliaram nosso olhar, tornando possível relacionar a teoria apresentada pelos autores com a realidade do

dia a dia vivido pelos sujeitos da nossa pesquisa, em seu fazer nas ruas de Dourados. Compreendemos que, embora os fatos apresentados pelos autores que subsidiaram nosso trabalho, se dessem em lugares e com atores diferentes daqueles com os quais dialogamos no campo da pesquisa, existem semelhanças que os aproximam, expressas na condição que os torna invisíveis, ou que desejam não serem vistos são as mesmas. Isso nos faz perceber que pode mudar de época, de lugar, de etnia, mas as condições sociais são determinantes para sentirem os corpos murcharem perante a humilhação pública.

Ademais, podemos dizer que a invisibilidade social está entrelaçada com as desigualdades sociais, a qual faz emergir o preconceito, a discriminação e a negação do reconhecimento. Importante enfatizar que, muitas vezes, o coletor trabalhador não almeja melhores salários por ter consciência de sua condição diante do mercado, de ser trabalhador. Ele apresenta consciência da não qualificação profissional e da pouca escolaridade, quesitos necessários na concorrência de empregos mais valorizados e/ou mais “leves”. Quando perguntado sobre discriminação, obtivemos a seguinte consideração.

C1 - “Já sim, não foi pouca não, mas acho que acontece com todo coletor de lixo, né? essa profissão não é valorizada não, assim como outras por ai, hoje tem que estudar muito, e mesmo assim tem hora que não tem um emprego bom”.

Observamos que a ausência de reconhecimento social da função que eles exercem é um sentimento da sociedade e não deles, visto que isso não os impede de se sentirem integrantes da sociedade e do cenário de trabalho, conforme a fala do C3: “é um trabalho como outro, imagina se nós ficasse uma semana sem trabalhar, como vai ficar as ruas fedendo e cheia de lixo na porta das casas”. Falas assim ecoam no sentido de demonstrar que eles se reconhecem como trabalhadores e em uma função importante para o bom funcionamento da sociedade, embora sejam invisíveis para alguns. Contudo, se deixarem de trabalhar, a sociedade sentirá falta dos serviços prestados por eles. Nesse sentido, atuar como coletor de lixo é estar inserido no mundo do trabalho, desempenhando uma função considerada demérito apenas para a sociedade e não para eles, que recebem pelo trabalho executado, sob a lógica das relações trabalho-salário.

3.2 A questão do reconhecimento no trabalho da coleta de lixo: diálogos com Axel Honneth

A discussão a respeito do reconhecimento, apresentada por Axel Honneth na obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, parte do conceito proposto por Hegel⁴⁰, distanciando-se, no entanto, do seu viés idealista. Para Honneth (2003), essa lacuna poderia ser superada através da psicologia social de Herbert Mead⁴¹, construindo, assim, sua teoria sob a hipótese fundamental de que a experiência do desrespeito, compreendido como o não-reconhecimento, seria a fonte emotiva e cognitiva de luta pelo reconhecimento.

Para o autor, os conflitos sociais são originados da ausência do reconhecimento, uma vez que quem sofre por não ser reconhecido tem afetada sua consciência individual e social. Para ele, essa seria uma consequência inerente ao desenvolvimento da sociedade e do capitalismo.

O autor desenvolveu três áreas relacionadas ao reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. Em contrapartida, a negação do reconhecimento ocasiona três formas de desrespeito respectivamente: maus tratos, negação do direito e degradação da pessoa humana. Esta última encontra-se na negação do reconhecimento em torno do trabalho, ou seja, da solidariedade.

Para Honneth (2003), é por meio do trabalho que o indivíduo encontra os recursos para garantir a sua sobrevivência e satisfação pessoal com o processo de integração na sociedade.

O nexos existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resultada estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau de autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do Autorrespeito e, por fim, na

⁴⁰Hegel- Ver Fenomenologia do espírito (PhG). Petrópolis: Vozes, 2007.

⁴¹Mead acredita que a subjetividade e a imagem cognitiva, que um sujeito tem de si mesmo, chamada por ele de *self*, têm como importante parte de sua gênese e desenvolvimento o reconhecimento intersubjetivo, o qual ocorre apenas entre indivíduos socializados que passam pelas diversas etapas do convívio social (MEAD, 1962).

experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2003, p. 272).

Desse modo, o conceito de reconhecimento de Honneth torna-se uma importante fonte de análise nos dias atuais, sobretudo, em anos de crises econômicas que ocasionam a precarização do trabalhador, aumentando o desrespeito com o intuito de mais lucro, fragilizando o trabalhador com a terceirização, trabalho precário, além da pressão emocional que gera medo perante os índices de desemprego.

Nessa esteira, Honneth (2008) faz duras críticas à teoria social contemporânea pela ausência da problematização da reestruturação do capitalismo nas últimas décadas. Por isso, ele chama a atenção para importância do mundo do trabalho, pois nesta esfera ocorre o reconhecimento da identidade moral e social das pessoas, sob a égide de trabalhador e, portanto, merecedor de respeito e integração no contexto do mercado capitalista.

A maioria da população segue derivando primariamente sua identidade do seu papel no processo organizado do trabalho; em verdade, esta proporção possivelmente aumentou consideravelmente depois que o mercado de trabalho abriu-se para as mulheres em uma medida nunca antes vista. Não se pode falar de uma perda de importância do trabalho unicamente no sentido do mundo vivido, mas também em sentido normativo: o desemprego segue sendo experimentado como um estigma social e como mácula individual, relações precárias de trabalho são percebidas como fardos, a flexibilização do mercado de trabalho em amplos círculos da população é vista com reservas e mal-estar (HONNETH, 2008, p. 47).

Diante desta perspectiva, o trabalho é visto como forma de garantir condições de sobrevivência, de satisfação individual por representar o meio pelo qual as pessoas se sentem membros da sociedade através da atividade que desempenham, alcançando o reconhecimento no âmbito pessoal e social. Nessa lógica, cabe destacar que quanto maior o salário que determinado trabalhador obtém mais status acumula no âmbito da sociedade, visto que as atividades com maior remuneração geralmente são aquelas que abrigam pessoas com maior capacitação técnica e de conhecimentos, validando, assim, maior prestígio social. O contrário também segue a mesma lógica, quanto menor o salário, em sua maioria, menor será a capacitação do trabalhador e conseqüente menor o prestígio social a ele atribuído.

Para o autor, existe uma distância entre as expectativas do mundo socialmente vivido e as temáticas da reflexão socio-teórica acerca da temática trabalho. A realidade vivida pelos trabalhadores na coleta do lixo em Dourados é permeada por necessidades e injustiças que provocam sofrimento e desrespeito sobre seus corpos.

O abismo entre a realidade social e as expectativas utópicas relativas ao trabalho entrementes é tão profundo, a distância entre as relações reais de trabalho e as aspirações emancipatórias tornou-se tão grande, que a teoria social teve que assumir para si a inutilidade temporária de todos seus esforços teóricos (HONNETH, 2008, p.48).

Cabe ressaltar que o autor discorre sobre a importância do reconhecimento não apenas no viés econômico, mas sobre a relação do reconhecimento do trabalhador na atualidade, visto que esta está diretamente relacionada com o respeito e dignidade, fundamentos necessários para alcançar o reconhecimento intersubjetivo e o cumprimento do trabalho como integrador social. Porém, o autor não nega a necessidade de remunerar suficientemente o trabalhador para proporcionar condições dignas de sobrevivência. Se não ocorrer dentro destas configurações, o trabalhador não desenvolverá o sentimento de pertencimento da coletividade.

Reverter aquela virada concretizante pela qual Marx amarró as condições para uma realização da identidade da pessoa ao seu conceito de trabalho. Porque as condições concretas do respeito e do reconhecimento entre indivíduos estão sujeitas a mudança histórica e cultural; o que pode ser considerado um traço imutável através da história, todavia, é o fato de que os indivíduos sempre têm de lutar pelas condições sociais sob as quais eles podem alcançar reconhecimento e respeito. Por meio desta formulação mais abstrata, as intenções de Marx podem uma vez mais ser retomadas numa teoria social contemporânea (SILVA, 2010, p. 9 apud HONNET, 1991, p.45)

O histórico dos Kaiowá e Guarani é marcado pelo desrespeito étnico e pela exploração da força de trabalho, além da ausência do poder público em garantir os seus direitos. O insulto às diversidades étnicas persiste fortemente na região, sustentada pelos falsos discursos propagados pela elite agrária, que espalha a ideia de um povo que ocupa terras de boa qualidade, mas sem fazer uso da lógica do mercado, visto que plantam com referenciais diversos do agronegócio, obtendo menor produtividade. Por isso, são pessoas consideradas preguiçosas, que representam o atraso econômico na região.

C6 - “Isso de olhar pra nós diferente, acontece mesmo, mas fazer o que, e só não importar e seguir trabalhando, se nós não trabalha, fala que e preguiçoso, não entendo esse povo não. Eu sinceramente nem importo, quero saber é que estou vivendo trabalhando e não fazendo o errado”.

Esses sentidos são propagados e influenciam o comportamento e o pensamento da população local, fazendo com que pessoas sem vínculos com o agronegócio apresentem discursos de defesa dos interesses da elite agrária. O desrespeito com adjetivos pejorativos em relação à população indígena é algo rotineiro nas escolas, nas feiras, nos restaurantes, no comércio e em outros lugares do tecido social de Dourados. Nessa lógica, não são levados em consideração os referenciais culturais nutridos pelas comunidades indígenas, mas ocorre o contrário, propaga-se que tais referenciais sejam abolidos,

Ora, é visível que tudo que é designado na língua corrente como “desrespeito” ou “ofensa” pode abranger graus diversos de profundidade na lesão psíquica de um sujeito: por exemplo, entre o rebaixamento palpável ligado à denegação de direitos básicos elementares e a humilhação sutil que acompanha a alusão pública ao insucesso de uma pessoa, existe uma diferença categorial que ameaça perde-se de vista no emprego de uma das expressões (HONNETH, 2009, p.214).

Quanto ao desrespeito inerente a certas profissões, o coletor de lixo sente no cotidiano o preconceito com a profissão. Atitude desrespeitosa impede a realização do trabalhador na sua integridade, conforme apresentamos no primeiro tópico deste capítulo. Por sua vez, as sequelas pela ausência de reconhecimento e pela sua invisibilidade deixam marcas psíquicas irreparáveis.

Pesquisadora - O que aconteceu de diferente no seu trabalho durante o tempo que trabalha na empresa?

C5- Nossa!!! Uma vez um homem bêbado, desses tirado a brava queria bater na gente, e nós trabalhando; era de noite ai o caminhão parou perto de um bar e quando eu assustei o homem estava correndo atrás de um coletor da equipe, ai nós foi e falou pra parar com aquilo, mas eles começou enraivar foi com nós tudo, xingando agente tudo, aparecendo em cima de nós que estava ali trabalhando; inventou que nós estava olhando pra mulher dele, sendo que eu nem sabia da onde aquele homem saiu, ai começamos xingar também, eu só fiquei com medo se ele estivesse com arma de fogo, né, que ai ficava rui pro nosso lado, mas é muito desaforo, nós trabalhando e o povo

humilhando agente, ai um olhou pro outro e já estava ficando tenso, pra jogar aquele homem no estribo do caminhão não ia demorar muito não, ai veio uns homem que estava no bar e levou ele lá pra dentro. Mas pensa a raiva que deu, ainda bem que ele não chegou encostar ne nós, se não, eu não sei o que podia ter acontecido.

As formas da negação do reconhecimento são consequências das lógicas internas presentes nas relações interpessoais de determinada sociedade. Nesse sentido, elucidamos com o dado anterior o desrespeito com os trabalhadores da coleta de lixo ao ponto de agredi-los verbalmente e buscar suscitar a violência física, comprometendo a autoestima destes trabalhadores, bem como a integridade física.

Honneth (2003, p.2015) discorre sobre a tentativa de apoderar-se do corpo de outra pessoa, rebaixando-a o máximo, provocando alto grau de humilhação que interfere destrutivamente na pessoa agredida. Acontecimentos como estes suscitam a dimensão da degradação da pessoa humana, proposto pelo autor, uma vez que o comprometimento das capacidades afetivas minimamente necessárias para autoestima impossibilita as relações com o outro, pois ele não o reconhece como outro.

O autor relata que a experiência do desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente para uma luta pelo reconhecimento.

Simplemente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Para alcançar o reconhecimento no trabalho, é fundamental sentir-se valorizado pelo outro, sentir que sua força está sendo empregada em uma função significativa para a sociedade. É como se um grupo de profissionais mobilizassem uma greve e sentissem que esta não alterou o funcionamento da sociedade. Assim, concluem que a greve não se configura num instrumento eficaz de luta.

Cabe destacar que os coletores valorizam o trabalho que executam como dissemos anteriormente, quando apresentamos a fala de um coletor que lançava o questionamento de como ficariam as ruas se o lixo não fosse recolhido. Nessa percepção, está explícito o reconhecimento que o coletor tem pela atividade que exerce. O não reconhecimento está no outro. No entanto, a questão não é simples assim, porque o outro constrói seu olhar pelos referenciais presentes no tecido social. Então, se há na sociedade douradense a existência de um conjunto de referenciais sociais que apontam para o desprestígio com a atividade de coleta, assim como de desprestígio da comunidade indígena, esse conjunto certamente se manifestará no olhar da maioria da sociedade, em graus maiores ou menores de desvalorização, mas se fará presente. Por isso, a importância em trabalhos acadêmicos e ações de extensão que coloquem isso na pauta dos debates, pois só alertadas as pessoas se darão conta (ou não) dos preconceitos e exclusões que imprimem e/ou vivenciam.

O coletivo do trabalho nas relações e julgamentos sobre o valor de cada trabalhador não pode desmerecer nenhuma área de atuação. Culturalmente os trabalhos que requerem pouca qualificação intelectual são desvalorizados financeiramente e socialmente, como a profissão de coletor de lixo. Nesse sentido, Jessé de Souza, (2003, p. 128) aponta que “O fraco deve ser explorado e humilhado, para que nunca esqueça “quem manda”. O autor destaca grupos dominantes objetivam manter uma “**ralé social**”⁴², **os novos escravos** da atualidade, o que é consequência da herança escravocrata brasileira, em que os trabalhos braçais são direcionados a essa “ralé social”.

Segundo Honneth, as condições de trabalho na atualidade, reguladas pela lei do mercado pós-fordista do Ocidente, tornam mais difícil uma crítica eficaz e prática para compreender as relações de trabalho. Embora o autor demonstre a dificuldade de tecer uma teoria que contemple uma explicação mais precisa das dimensões do reconhecimento no mundo do trabalho da atualidade, ele é convicto que o caminho mais apropriado seria, ao invés da perspectiva da integração ao sistema, o fomento à integração social, uma vez que nas condições que são dadas a ausência de reconhecimento provoca o sofrimento e não apenas a indiferença.

Nesse formato de valorização na integração social, o indivíduo reconhecer-se-ia pelo viés do social e não pelo viés do trabalho. Isso promoveria uma ruptura na

⁴²Termo utilizado por Jessé de Souza (2003) para designar determinado grupo de pessoas sem acesso aos benefícios usufruídos por uma parcela populacional de maior status e poder econômico.

moral do trabalho, ainda muito presente nos dias atuais, pela qual a atividade que determinada pessoa executa emerge em primeiro lugar, como se o trabalho apresentasse a pessoa e não o contrário. Nessa lógica, a centralidade está no trabalho. No entanto, para os coletores, o trabalho emerge como acessório, pelo qual produzem as condições que necessitam para a reprodução.

3.3 Os estigmas: análises das marcas impressas pelo processo de espoliação dos povos Kaiowá e Guarani

Para concluir a reflexão aqui proposta, discorreremos acerca do estigma através dos estudos de Goffman, com base na abordagem acerca desta categoria a partir das reações sociais no cotidiano das pessoas. Tendo em vista a realidade dos sujeitos da nossa pesquisa, coletores de lixo indígenas, dois atributos estigmatizados emergem na sociedade atual e, em especial, na douradense. O primeiro, por lidar com aquilo que é descartado, indesejado sem utilidades para alguns; o segundo pelo nosso processo histórico marcado pela espoliação, iniciada pela colonização em Dourados, que teve o intuito de ocupar as áreas de terras das comunidades indígenas, sem se importar se isso resultaria na diminuição social dos grupos aqui existentes, anteriores ao processo de colonização.

A obra de Erving Goffman, publicada na década de 1960, iniciou o debate sobre a temática estigma, relacionando a origem do termo com as atitudes cotidianas de preconceito nas interações sociais. Ao fazermos um apanhado histórico a respeito da categoria estigma, percebemos que as marcas são atributos fora dos padrões dos grupos e que ditam as regras sociais de integração. Dito de outra maneira, o indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real inclui qualquer atributo que frustra as expectativas de “normalidade” (GOFFMAN, 1988, p.5).

O autor evidencia que atualmente a relação dada com a pessoa estigmatizada está voltada ao próprio infortúnio que ela se encontra, do que com as marcas físicas, como na origem do termo.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável- num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-

lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída (GOFFMAN, 1988, p.6).

De acordo com o autor (1988, p.7), existem três tipos distintos de condições estigmatizantes: estigmas tribais (familiares, passados de geração em geração, incluindo o pertencimento de determinados grupos raciais, nacionais étnicos ou religiosos); desfiguração física, como outras necessidades especiais, como doença mental; e culpa de caráter individual, como homossexualidade, falta de moradia, ex-presidiário, juntamente com uma série de outras questões que, de acordo com cada grupo social, são vistas como comportamentos normativos.

Estigma, portanto, deve ser analisado como um processo dinâmico e produzido nas relações sociais, moldado pelos fatores históricos e socioculturais. É importante ressaltar as consequências sociais e pessoais no âmbito afetivo, cognitivo e comportamental, causadas no indivíduo estigmatizado.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular (GOFFMAN, 1988, p.5).

Como é possível notar, as rotinas das relações sociais nos comprovam os lugares destinadas às pessoas estigmatizadas, portanto seria esse um dos elementos que explicam encontrarmos mais de 90% dos coletores de lixo sendo da etnia Kaiowá e Guarani.

Os coletores nos mostraram que a pessoa estigmatizada cria redes de proteção, é por isso a busca promovida dentre os membros da comunidade indígena para que integrem o quadro de trabalhadores da empresa, na qual, como apresentamos, encontram-se a maioria de coletores indígenas. Por meio dessa rede de iguais, se fortalecem em sua autoestima e mesmo na detenção de poder, como apresentado no primeiro capítulo, com a fala do Coletor 5: "Aqui na coleta tem mais é indígena mesmo, só tem uns cinco ou sete que é branco, aí eles acaba dando certo com a gente..."

No entanto, mesmo sendo a maioria de trabalhadores indígenas na coleta de lixo, o que poderia promover aumento na força social desses trabalhadores, podendo resultar no encaminhamento de demandas para melhorias das condições de trabalho junto à empresa, observamos que isso não ocorre. Na verdade, a tendência é o contrário, visto que nas falas que anteriormente apresentamos, quando os trabalhadores do período noturno tentam questionar as condições, acenando para greve, os trabalhadores do período diurno procuram amenizar essas intenções, e o fazem com a bandeira de que atualmente as condições melhoraram, além de lembrarem o fato de as possibilidades no mercado de trabalho serem escassas.

A defesa para que mantenham essa função sem se rebelarem parece estar associada à ideia do estigma, visto que se fizerem greve serão mandados embora, sujarão a carteira de trabalho e, sendo índios, não terão muitas outras oportunidades. Está aqui a questão étnica, que na sociedade douradense (só na douradense?) vem acompanhada de estigmas em relação aos índios.

Podemos elucidar que as marcas estigmatizadas existentes atuam numa espécie de “selo”, representadas em várias direções, como: nos uniformes dos coletores, no trabalho subalterno e na cor da pele. Nesse sentido, vemos o relato de um dos coletores.

C2 - “Assim, tem um povo mal educado, que olha pra nós assim, vê a gente com o uniforme e já olha meio torto, mas isso aqui pra mim é motivo é de orgulho, não é de vergonha não, mostra que estou trabalhando, e não vagabundando”

As consequências da exclusão social brasileira que perduram ao longo de séculos corroboram para a existência de várias profissões estigmatizadas, assim como para o perfil dos trabalhadores que ocupam estes nichos de trabalho, como negros, mulheres, migrantes, homossexual e indígena. Shucman (2012) aponta que:

O contexto sexista e racista brasileiro propicia mediações bastante diferenciadas para a constituição de sujeitos. A marca dessas desigualdades perpassa todo o campo social: a casa, a escola, o bairro e os espaços públicos são marcados pela supervalorização do homem branco heterossexual em detrimento de outras identidades. A inserção ou não no mercado de trabalho, a quantidade de horas trabalhadas, as posições sociais que se ocupa e o acesso às previdências sociais acompanham tais desigualdades. (SHUCMAN, 2012)

Nos dados da pesquisa de campo, percebemos ambiguidades em alguns momentos, como aquelas em que os coletores expressaram de certa maneira vergonha em demonstrar que são estigmatizados. Isso se manifesta no momento em que relatam que alguns moradores até dão um copo d'água, quando eles pedem, mas logo dizem que preferem evitar pedir, por isso preferem levar a garrafa térmica, conforme citamos em momentos anteriores. Evitam perceber que desagradam. Em outros momentos, dizem que preferem evitar entrar em restaurantes. Embora os trabalhadores sentem muito com questões como a invisibilidade e os estigmas, eles demonstram orgulho por poder sustentar seus familiares com o trabalho digno, que é o da coleta de lixo, pelo qual conseguem adquirir tudo que precisam no contexto da família, para sua reprodução.

O tema estigma é também discutido por outros autores. Em um deles, encontramos nas nossas leituras, uma passagem que apresenta o comportamento receoso de alguns indígenas nas relações sociais pela cidade de Dourados. O autor descreve uma situação com um casal indígena, acompanhado dos filhos, que vão ao supermercado fazer compras e pegam pequena quantidade de produtos, e se direcionam ao caixa para o pagamento. Feito isso, conferem a quantidade de dinheiro que sobrou, retornando para comprar mais e, assim, repetem a ação até o dinheiro acabar (PEREIRA, 2008, p.20). Estratégias como essa são criadas devido ao receio de sofrerem humilhação pública, pois sabem dos estigmas atribuídos a sua condição étnica.

Devemos mencionar aqui os *contatos mistos*, isto é, os momentos em que indivíduos estigmatizados e aqueles que não o são estão na mesma situação social ou na presença física imediata um do outro. Amiúde, o indivíduo estigmatizado sente-se inseguro em relação à maneira como será identificado e recebido pelos demais, e o medo de que os outros possam desrespeitá-lo por uma característica sua significa que ele precisa manter-se em um constante "estado de alerta" (GOFFMAN, 1998, p.14).

Nos relatos dos coletores aparecem situações em que colocam em cena a estigmatização, como foi a fala relativa à "surpresa" com a presença indígena na função de motorista. É como se o fato de ser indígena afetasse a capacidade cognitiva, impedindo a inserção em determinados postos.

Uma outra questão que colocamos nas entrevistas foi acerca das resistências diante das atitudes preconceituosas no dia a dia do trabalho nas ruas:

C3 – “Já sim, é comum, isso daí, mas se for pensar que a gente vai ser humilhado então não trabalhar, tem que sustentar a família, e nós estamos trabalhando, não pode abaixar a cabeça não”;

C4 - “As pessoas acha que coletor de lixo é lixeiro, já é chato isso, né? A verdade é que tem muita gente que é preconceituoso, mas se não tivesse quem trabalhasse com lixo, ai eles iam sentir falta, ninguém quer o lixo fedendo na porta de casa, né? Assim eles humilham agente por causa que nós trabalha com lixo. Tem horas que quando alguém pergunta no que agente trabalha, e escuta que é na coleta de lixo, eles já olha com desprezo.

C5 - Assim, tem um povo que humilha nós, até fui xingado de vagabundo, tem gente que só por que nós trabalha na coleta de lixo, quer tratar agente igual escravo, e não é bem assim, nós não pode ter vergonha e nem deixar as pessoas humilhar nós. De vez em quando acontece cada coisa, que agente tenta esquecer por que não vale a pena, né ? Se for levar tudo assim, tem hora que tem que segurar se não acontece coisa rui.

Conforme as falas dos trabalhadores, o estigma de “vagabundos” emerge, sendo visto de maneira banal quando se trata de povos indígenas, demonstrando uma falta de respeito e de propagação do senso comum, construído no processo histórico, de que índio não tinha gosto para o trabalho, e daí o início da escravidão no país. No entanto, os relatos dos coletores indicam resistências diante de tais pensamentos, mesmo que essas mostrem-se “no esquecer porque não vale a pena”, como manifestado por C5. Em outras vezes, a resistência está no enfrentar dos xingamentos, como no caso do bar, relatado anteriormente, quando a discussão só terminou quando entraram em cena outras pessoas.

Outro aspecto dentro desta perspectiva estigmatizada é dizer que indígena tem “boa vida”, oferecida pelo governo com políticas assistencialistas. Nestes dois aspectos, evidenciamos a questão da invisibilidade e do estigma que permeiam os trabalhadores Kaiowá e Guarani: primeiro, por não enxergarem o trabalho que realizam pelos bairros das cidades diariamente; o outro é por negligenciar os postos de trabalho em que os indígenas estão inseridos, sempre naquelas funções que exigem muita força física e desvalorizadas financeiramente.

De acordo com a matéria “Preconceito ainda condena índios ao limbo do mercado de trabalho”, publicada no Campo Grande News⁴³, Wilson Matos da Silva, indígena da etnia guarani, coordenador do Observatório dos Direitos Indígenas do Centro-Oeste, declara que os estigmas em torno do seu povo foram originados no início da história do país. Nesse sentido, ele diz:

“Nas escolas, as crianças aprendem que índio foi substituído pelo negro na escravidão porque ele era preguiçoso. Existe uma imagem central negativa, de acusação, sobre o indígena quando somos tratados como incapazes. Somos vistos como bugres, infiel, traiçoeiro, deficiente-incapaz, violento-desordeiro e preguiçoso-vagabundo. Continuamos vivendo marginalizados, excluídos e abandonados”.

Conforme discorremos anteriormente, os estigmas são construções históricas que vão sendo moldadas de acordo com os interesses de quem detém o poder e em determinado momento. Em Dourados, os termos depreciativos em relação aos indígenas ocorrem a partir dos interesses do agronegócio.

Na matéria do jornal, Wilson Matos relata a importância do respeito, o qual deve ser motivado pela criação de campanhas educacionais promovidas pelo governo, no sentido de mudar a concepção equivocada com que a sociedade trata os indígenas. Ressalta, ainda, a necessidade do poder público tomar iniciativas no sentido de propiciar a inserção dos índios no mercado de trabalho, através do fomento à atividade autônoma, estimulando atividades empreendedoras individuais de grupos indígenas.

“A prefeitura e governo do Estado pode e devem nos auxiliar, para que nós os índios possamos buscar a qualificação profissional e a inserção da mão de obra indígena no mercado Douradense, que nos proporcionará alta estima, dignidade e inclusão de fato, na construção de uma sociedade mais justa e mais humana”.

Os estudos de Santos, Diogo e Shucman (2014) analisam o protagonismo e as articulações de grupos marginalizados no sentido de ocuparem espaços no mercado de trabalho. Os autores evidenciam “[...] algumas formas como os grupos marginalizados tecem estratégias de enfrentamento para superar as discriminações, afinal não se deve apressar juízos que atrelem esses atores ao local da aceitação e

⁴³RODRIGUES, Luana. Preconceito ainda condena índios ao limbo do mercado de trabalho. Campo Grande News- **Campo Grande**, 10 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br>>. Acesso em: 05 de jun. de 2018.

da passividade” (2014, p.1). Embora muitos estejam em empregos considerados subalternos, existe nesse processo de “criação de um não lugar destinado a mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras” estratégias utilizadas contra estigmas, ausência de reconhecimento e outras formas de desprezo. Nesse sentido, os autores explicam que:

Discriminações diretas e indiretas são as diferentes facetas da integração entre gênero e raça. Discriminação direta está relacionada à interferência no trânsito dos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, das posições e áreas de trabalho, dos salários recebidos e jornadas verificadas para as minorias. Já a expressão indireta é relativa às discriminações sofridas fora do mercado de trabalho, acerca das credenciais educacionais e demais qualificações que também resultam em desigualdade. (SANTOS, DIOGO, SCHUCMAN, 2014. p.3)

Apesar de o trabalho dos autores citados não abranger especificamente a questão do protagonismo dos trabalhadores indígenas, verificamos que os trabalhadores na coleta de lixo atravessaram, como ainda atravessam, os mesmos problemas, ou até piores que aqueles debatidos pelos autores citados, configurando numa questão cultural em torno do trabalho, conforme discorreremos no decorrer dos capítulos.

O protagonismo existente nesse movimento em busca do “não lugar” encontra-se presente nos sujeitos da nossa pesquisa. Os dados das entrevistas comprovam esse protagonismo através das falas que demonstram dignidade de prover o sustento próprio e de seus familiares, bem como de promover melhores oportunidades aos filhos. Acreditamos que nos dados apresentados ao longo deste estudo está o protagonismo dos trabalhadores Kaiowá e Guarani no processo de inserção do trabalho urbano. Apresentamos uma fala que reforça o protagonismo desses trabalhadores;

C1- “Com o dinheiro daqui eu consigo fazer a compra certinha do mês, na minha casa não falta nada, tem o que comer, vestir e calçar, já aumentei a minha casa, assim sozinho não, né? A mulher lá de casa ajuda também. E assim nós queremos que os guri estuda, né? aí eles não vão precisar trabalhar no pesado como nós, na minha época era pior que agora” .

Apesar de todas as dificuldades e contradições, os coletores, assim como os demais trabalhadores indígenas que estão em outros espaços no município de Dourados - como frigoríficos, construção civil, residências urbanas, como empregadas domésticas (atividade que envolve maior número de mulheres), professores⁴⁴, estão transformando paradigmas acerca da presença da mão de obra indígena fora do agronegócio da cana-de-açúcar, que até há poucas décadas era onde se encontrava o maior número de membros da comunidade indígena, em trabalhos com o corte da cana.

Observamos que no contexto de Dourados, mesmo que ainda ocupem lugares considerados como atividades subalternas, como da construção civil e da coleta de lixo, os indígenas se fazem presentes no mercado de trabalho. Isso é entendido como mais uma estratégia de resistência da comunidade indígena em um contexto social que nega sua presença.

No entanto, são inegáveis as condições de exploração no trabalho, as quais são intensificadas pelo fato de serem indígenas, bem como a carga de preconceitos que constantemente recebem da sociedade douradense. Por isso, criam estratégias de defesa, como aquela de não se importarem com o que está sendo dito, para assim acumularem resistências no contexto em que vivem, mesmo que isso provoque marcas que ficam escondidas.

O desprestígio social está no pensamento da sociedade e não daqueles que a executam como os indígenas. A sociedade capitalista concebe como trabalho aquele de maior remuneração e de leveza, negando com isso importantes atividades do processo de produção, como a coleta do lixo, que promove vida, beleza, dignidade, mesmo diante de tantas negativas sociais.

⁴⁴ Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso interesse na realização desse estudo foi compreender a inserção dos trabalhadores da etnia Kaiowá e Guarani no trabalho urbano de Dourados – MS, especificamente na coleta de lixo urbano residencial e comercial do município, atividade que conta com expressivo número de indígenas ocupando a função de coletores de lixo.

Como foi demonstrado ao longo de nossas análises, é possível evidenciar vários motivos, que entrelaçados, explicam a presença de indígenas nesse setor de trabalho. Dentre eles destacam-se a dinâmica do trabalho na coleta de lixo, o qual envolve o trabalho em equipe que se aproxima da forma como desenvolviam atividades produtivas no âmbito da comunidade de origem; a mecanização nas lavouras do agronegócio, especialmente da cana de açúcar que empregava força de trabalho indígena; a vulnerabilidade ocasionada pelos problemas socioeconômicos da Reserva Indígena de Dourados (RID), com elevada população instalada em área demarcada, modificando o modo de vida da comunidade indígena; a baixa qualificação profissional que possibilite adentrarem em outros espaços de trabalho no contexto urbano; ausência de políticas públicas voltadas para qualificação da mão de obra indígena e ainda, políticas de criação de estratégias de produção dentro da própria RID, criando condições de nela produzirem o que necessitam.

Os motivos elucidados, associados aos interesses capitalistas do mercado de trabalho que têm com o emprego da mão de obra indígena a possibilidade de pagar baixos salários, uma vez que grande parte dos trabalhadores não possuem vínculos com sindicatos. As análises dos dados coletados no campo da pesquisa, juntamente com o aprofundamento nas leituras acerca do trabalho com o lixo (catadores, coletores e garis), nos levou a descortinar as realidades e os significados um tanto ocultos, que constituem as jornadas dos sujeitos de nossa pesquisa, seja atrás das lixeiras, no sobe e desce dos estribes do caminhão, nas corridas pelas ruas recolhendo o lixo, espaço no qual os sujeitos da pesquisa protagonizam ações antagônicas, construídas e mantidas por um fio condutor tênue, que separa sentimentos e condição social, configurados entre: humilhações e respeito, invisibilidade e visibilidade, tristezas e alegrias, solidão e coletividade, e fundamentalmente dignidade, no fato de conceberem como trabalhadores, e que por meio do trabalho viabilizam a reprodução familiar.

Em meio às experiências cotidianas que testam os limites físicos e psíquicos, mesmo com as adversidades inerentes à atividade laboral da coleta de lixo, os coletores conseguem, ao final do expediente, se agrupar em torno de uma roda de tereré, com um sorriso no rosto, alegria do dever cumprido que possibilitara viver dignamente, como foi possível perceber através das observações de campo e de seus relatos nas entrevistas.

Assim, o primeiro grande desafio na realização do trabalho, foi o de romper com nossas próprias visões estereotipadas com relação à função de coletor de lixo, porque inicialmente partimos do pressuposto de que encontraríamos um ambiente de trabalho hostil, permeado por insatisfações por parte dos trabalhadores. No entanto, de acordo com as falas dos depoentes, foi possível notar o contrário, que o sentido de trabalhar na coleta de lixo é atravessado por uma concepção de que é apenas mais um trabalho, como qualquer outro. A ênfase em todas as falas está na segurança que o trabalho possibilita – proveniente da remuneração pelo trabalho realizado – e com ela a certeza de poderem adquirir o que precisam para viver.

Há de se destacar, apesar disso, que as vivências dos Kaiowá e Guarani são marcadas por relações de subalternização no mundo do trabalho urbano. É imprescindível que esse espaço subalterno ocupado por eles não seja legitimado por meio do pressuposto de que o trabalho de coletor de lixo se trata de uma escolha genuína dos trabalhadores indígenas em questão.

No levantamento de dados, bem como na análise do material de campo, foi essencial associar reflexões de outras pesquisas desenvolvidas em MS, obtidas por meio de levantamento bibliográfico o qual pudesse subsidiar nossa compreensão em relação a inserção da mão de obra indígena no mercado de trabalho urbano. Nesse levantamento, não encontramos trabalhos voltados para essa temática específica, mas nos deparamos com uma variedade de produções acadêmicas cujo foco é a presença da mão de obra indígena no setor agrícola, como trabalhos analisando o corte da cana, dentre eles o de Rezende (2011), Megeredo (2016), além da importante contribuição de Ferreira (2007), que oferece dados sobre o emprego da mão de obra indígena no primeiro processo de colonização de exploração dos recursos naturais, com a Cia Matte Larangeira. Dialogamos também com Brand (1997), Pereira (2007; 2010; 2012; 2014), Crespe (2015) e Chamorro (2015), que discorrem sobre o processo histórico da ocupação da região sul do atual Mato Grosso do Sul, sobre a

exploração da mão de obra dos indígenas nos vários momentos das frentes de ocupação, quando da implantação de projetos desenvolvimentistas.

Nesse sentido, buscamos ressaltar o trabalho enquanto a “capacidade humana de transformar o seu meio para sobreviver” (MARX,2008), bem como, demonstrar que a escassez de recursos naturais inerentes aos modos originários dos povos indígenas não diz respeito ao feito de quererem viver de políticas públicas assistencialistas, mas pelo espólio que sofreram ao longo da ocupação dos colonizadores.

Compreendemos os Kaiowá e Guarani ao longo da pesquisa como um grupo que re-existe em vários momentos históricos através de estratégias que visam manter seus hábitos socioculturais, além se organizarem em busca de seu *tekohá*. O entendimento das estratégias por eles criadas viabilizou a compreensão do cenário atual do mundo do trabalho, com a precarização da classe trabalhadora decorrente da reestruturação do modelo capitalista de produção na década de 1970, com a crise mundial do petróleo. Precarização originada pelas práticas da terceirização, flexibilização da produção, polivalência do trabalhador, enxugamento da produção. Esse processo contribui para altos índices de desemprego, tornando o trabalhador vulnerável perante a instabilidade de ocupar um emprego estruturado.

Destaca-se, também, em meio a esse cenário, o aumento de trabalhadores nos setores informais de trabalho, fragilizando a classe na organização sindical, ora pela ausência de vínculo empregatício, ora pela pressão psicológica de arriscar o seu emprego com instrumentos legítimos de reivindicações de valorização e melhores condições de trabalho.

Discorreremos sobre tais mudanças e conceitos do mundo do trabalho, dialogando com os dados da pesquisa de campo, e a teoria aliada com esses dados nos deu o embasamento para investigar a inserção dos Kaiowá e Guarani no mercado de trabalho em consonância com essas transformações, ou seja, o fato de ser um serviço terceirizado pelo município, a questão da não qualificação da mão de obra e ausência de políticas públicas voltadas para qualificá-los, assim como meios de inseri-los em outras áreas de trabalho urbano.

As vivências dos trabalhadores indígenas no mundo do trabalho são atravessadas por essas dinâmicas do não reconhecimento social da importância da função de coletor de lixo, muito comum na sociedade na qual depreciar o trabalho realizado por pessoas que se encontram em condições vulneráveis socialmente tem se mostrado constantemente, haja vista a nossa herança escravocrata, percorrida por

Souza (2003), a desvalorização dos trabalhos ocupados pela "ralé social". Essa desvalorização se faz presente não apenas em relação ao valor financeiro que é pago pelo trabalho, mas na falta de reconhecimento da importância social de cada profissão.

A ausência do reconhecimento torna trabalhadores de certos setores invisíveis socialmente e a tarefa executada se torna mais importante do que a pessoa que a executa. Importante ressaltarmos que os coletores de lixo têm consciência da importância da função que exercem tendo sido recorrente nas entrevistas, falas no sentido de que muitas pessoas não os valorizam, mas se eles parassem de trabalhar a população não iriam gostar do lixo acumulado na frente das suas casas. Observamos que a negação do reconhecimento está no outro, mediante os valores que foi, e que é construído de acordo com os referenciais sociais douradense.

Enfim, a pesquisa com os coletores de lixo de Dourados nos mostrou duas direções na compreensão do trabalho dos coletores: a primeira, que é preciso ampliar a produção científica, evidenciando assim a presença e as condições que vivem os indígenas nos espaços de trabalho, visando a superação de preconceitos e a construção de outras relações entre indígenas e não indígenas, superando a hegemonia que o preconceito ainda ocupa no contexto social. A segunda, que é preciso ressignificar o mundo do trabalho, na dimensão do que é ou não trabalho subalterno. Para os indígenas, o trabalho na coleta é um trabalho de grande importância, e que por meio dele conseguem as condições para a reprodução familiar, demonstrando o sentido que conferem ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor, W. **“A arte é alegre”**. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira. In: RAMOS-DE OLIVEIRA, Newton; ZUIM, Antonio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno (orgs.). **Teoria Crítica, Estética e Educação**. Campinas: Autores Associados: Piracicaba: UNIMEP, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo;2009.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo,2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, Campinas, Unicamp, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica/ PUC, Rio Grande do Sul.

_____. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

_____; REZENDE, Simone Beatriz Assis de. **As consequências físicas e sociais do trabalho do indígena no corte de cana-de-açúcar**. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, n.05, Campo Grande, 2011, pp.13-30.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CHAMORRO, Graciela. **História Kaiowa; Das origens aos desafios contemporâneos**. São Bernardo do Campo: Editora Nhanduti, 2015.

CONSELHO IINDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos. Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://cptms.blogspot.com.br>>. Acesso em 10 jun. 2017.

CORREA, Felipe Megeredo. **O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brilhante – MS (décadas de 1980 e 1990)**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015. Disponível em:<<http://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/O-TRABALHO-INDÍGENA.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha.** 2015. 422 f. Tese (Doutorado em História) – FCH/ UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.

_____, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.

DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V.L; LOURENÇO, E. A. S.(Orgs.) **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras Expressos, 2017.

ESPINDOLA, Michely Aline Jorge. **Etanol: Combustível limpo? A violação dos Direitos Humanos dos Indígenas cortadores de cana da aldeia Jaguapiru – Dourados MS.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_962.pdf>. Acesso de 27 de out de 2016.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá /Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira.** UFGD, Dourados, Dissertação,2007, 111p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

HARVID, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____, **Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição.** *Revista Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 46-67, jan./abr. 2008.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais.** Tradução de Antonia Malta Campos. *Rev. Novos Estudos*, n.86, 2010.

LOURENÇO, Renata. **A política indigenista do estado republicano: junto aos índios da reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 - 1968).** Dourados: Editora UEMS, 2008.

MACIEL, Nely Aparecida. **História da Comunidade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho (1920-2005)** Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. Vol 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Luís Antônio Camargo de. **Os direitos dos povos indígenas à luz da convenção 169 da OIT: trabalho**. *Revista do Ministério Público do Trabalho no MS*, n. 01, Campo Grande, 2007. Disponível: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33348-42663-1-PB.pdf>>. Acesso em 27 de out de 2016.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaril-MS: UEMS/UFGD**, Dourados, MS; 2009.

NAVARRO, Vera Lúcia. LOURENÇO, Edvânia. (Org.) **O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. Outras expressões: São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos**. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília: CNAS, out. 1995.

PAULETTI, M. et al. **Povo Guarani e Kaiová: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul**. In: CONSELHO Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo, Procuradoria Regional da República da 3ª Região (Orgs.).

PEREIRA, Levi Marques. **A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu, Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multi-etnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>>. Acesso em 02 de jul de 2017.

_____. Levi Marques. **Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial**. *Tellus*. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010 .

_____. **Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais**. *História em Reflexão*, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.

_____. Parentesco e Organização Social Kaiowá. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 20.

REZENDE, Simone Beatriz Assis de. **Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te,,Yikue**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCAMAN, Lia Vainer. **Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça**. *Cad. Psicol. Soc. Trab.* Vol. 17, n. 1, São Paulo, 2014

SILVA, Lélío Loureiro da. **As representações dos Kaiowa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

SILVA, Josué Pereira da. **Sobre a relação entre trabalho e reconhecimento na teoria de Axel Honneth: uma nota crítica**. *34º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2010, pp.01-25*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/seminarios_tematicos/ST22/JSilva.pdf>. Acesso em 28 de Julho de 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**-São Paulo: LeYa, 2015.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **A construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2016.

ANEXOS

ROTEIRO 01 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

Hoje, _____ de 2017, às __h, estamos iniciando a entrevista com o responsável pelo setor da coleta de lixo, o senhor _____. Foi entregue o Termo de Consentimento de Participação da Pesquisa, onde o mesmo assinou e autorizou a participação. Ressalto, novamente, que a sua identidade será preservada e que o objetivo da pesquisa é apenas para fins acadêmicos.

01. Em que ano a Financial Ambiental iniciou a coleta de lixo doméstico e comercial em Dourados? Foi por meio de licitação? Se sim, como ocorreu o processo e qual o tempo de validade da contratação?

02. Conte um pouco sobre as funções e atribuições dos/as funcionários/as da empresa?

03. Quando realizamos o primeiro contato com a empresa, você nos informou que a maioria dos/as coletores/as eram indígenas. Essa inclusão de indígenas na coleta de lixo é assegurada no contrato (edital de licitação) com a prefeitura ou é uma política da empresa?

04. Como é a relação de coletores indígenas e com os não indígenas? Você percebe alguma diferença no trato do trabalho?

05. Você acredita que a profissão de coletor de lixo é um trabalho reconhecido e valorizado na sociedade? Por que?

06. Qual a faixa salarial do coletor de lixo?

07. Conte sobre a chegada dos coletores indígenas na empresa até o fim da jornada de trabalho?

08. Como são definidos os turnos e os setores de trabalho? Há rotatividade? Na empresa há política de metas para os coletores cumprirem (tempo e/ou quilos de lixo)? Existe um setor leve ou pesado?

09. A Financial Ambiental possui algum programa de prevenção à saúde do/a trabalhador/a? A empresa possui CIPA? Os coletores/as de lixo recebem equipamentos de proteção individual e coletiva? Se sim, como ocorre a manutenção desses equipamentos?

10. Já houve registro de queixas de trabalhadores/as quanto ao tratamento recebido pela população?

11. Os/as trabalhadores/as da coleta de lixo já registraram insatisfação quanto à mudança de trecho feita pela empresa? Há preferência por determinados setores em detrimento de outros?

12. Existe na empresa, algum incentivo para produtividade dos coletores ?

13. A Financial possui algum programa de mobilidade funcional?

14. Você acredita que a contratação de indígenas no mercado de trabalho urbano contribui para a visibilidade e reconhecimento dos mesmos enquanto trabalhadores?

ROTEIRO 02 – ENTREVISTA COM OS/AS COLETORES/AS DE LIXO

Hoje, _____ de 2017, às ___h, estamos iniciando a entrevista com o coletor, o senhor _____. Foi entregue o Termo de Consentimento de Participação da Pesquisa, onde o mesmo assinou e autorizou a participação. Ressalto, novamente, que a sua identidade será preservada e que o objetivo da pesquisa é apenas para fins acadêmicos.

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO/A COLETOR/A DE LIXO

Nome: _____ Idade: ____

Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a () união estável () outro

Sexo: () feminino () masculino () transgênero () outro

Cor/raça: () branca () preta () parda () amarela () indígena () sem declaração

Caso sua autodeclaração seja indígena, etnia:

Nível de escolaridade: () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo () pós-graduação

Reside na RID: () sim () não

Possui filhos: () sim, quantos? _____ () não

Assistência médica: () plano de saúde () SUS () particular () outro

Renda mensal: R\$ _____

Recebe algum auxílio do governo: () sim, qual? _____ () não

2. HISTÓRIA DE VIDA E PROFISSIONAL

Antes de ser coletor/a de lixo quais profissões já exerceu? _____

Qual profissão ficou mais tempo antes de ser coletor/a? _____

Sempre trabalhou com registro na Carteira de Trabalho: () sim () não

3. SOBRE A PROFISSÃO DE COLETOR/A DE LIXO

Considera a profissão de coletor/a de lixo mais valorizado ou menos valorizada que outras profissões que já teve?

Há quanto tempo está exercendo a atividade de coletor/a?

Como é o dia de trabalho na coleta de lixo?

Qual é a sua jornada de trabalho?

Quantas viagens o caminhão faz por dia?

Quando o caminhão segue para o aterro sanitário vocês vão juntos ou ficam esperando em algum lugar? O que fazem nesse tempo?

Na empresa há alguma política de metas para vocês cumprirem?

Existem bairros ou setores melhores e piores para se trabalhar? Por que?

Você já trabalhou em quantos setores?

4. SAÚDE DO TRABALHADOR/A E O USO DE EPIs e EPCs

Você já sofreu acidente no trabalho? Como ocorreu e quais foram as medidas adotadas?

A empresa possui CIPA? Se sim, você participa e/ou conhece os seus representantes?

Qual a maior dificuldade no serviço de um coletor?

A empresa fornece Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos (EPI) e (EPC)? Quais? Eles são renovados periodicamente?

Você acha que o uso dos EPIs e EPCs protegem o/a coletor/a contra os riscos do trabalho?

Há pausas para descanso durante a jornada de trabalho?

5. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Como é a relação dos/as coletores/as com os/as moradores/as?

Você já sofreu ou conhece alguém que já sofreu discriminação por ser indígena?

Você já se sentiu invisível em seu trabalho, ignorado, como se não existisse?

Como é a relação dos/as coletores/as com o/a motorista?

Você acredita que a profissão de coletor/a de lixo é valorizada?

Qual é a pior e a melhor coisa do trabalho na coleta?

6. DESLOCAMENTO ATÉ O LOCAL DE TRABALHO

Quais meios de transporte você utiliza para chegar ao trabalho? Conte um pouco do seu trajeto.

7. RELAÇÃO COM A EMPRESA

Como é sua relação com os demais colegas de trabalho?

Você recebe algum benefício? Se sim, quais os benefícios que recebe da empresa?

Você gosta de fazer hora extra?

Você gostaria de ter outra profissão? Se sim, qual?

Os coletores já fizeram greve?

9. IDENTIDADE

Ser coletor/a de lixo é?

Fale sobre a mudança ocorrida na sua vida quando passou trabalhar como coletor de lixo.

ROTEIRO 03 – ENTREVISTA COM OS/AS MOTORISTAS DA COLETA DE LIXO

Hoje, _____ de 2017, às ___h, estamos iniciando a entrevista com o motorista da caçamba que recolhe o lixo comercial e residencial do município, o senhor _____. Foi entregue o Termo de Consentimento de Participação da Pesquisa, onde o mesmo assinou e autorizou a participação. Ressalto, novamente, que a sua identidade será preservada e que o objetivo da pesquisa é apenas para fins acadêmicos.

O senhor autoriza iniciarmos a entrevista?

Hoje, _____ de 2017, às ___h, estamos iniciando a entrevista com o coletor, o senhor _____. Foi entregue o Termo de Consentimento de Participação da Pesquisa, onde o mesmo assinou e autorizou a participação. Ressalto, novamente, que a sua identidade será preservada e que o objetivo da pesquisa é apenas para fins acadêmicos.

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO/A COLETOR/A DE LIXO

Nome: _____ Idade: ____

Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a () união estável () outro

Sexo: () feminino () masculino () transgênero () outro

Cor/raça: () branca () preta () parda () amarela () indígena () sem declaração

Caso sua autodeclaração seja indígena, etnia:

Nível de escolaridade: () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo () pós-graduação

Reside na RID: () sim () não

Possui filhos: () sim, quantos? _____ () não

Assistência médica: () plano de saúde () SUS () particular () outro

Renda mensal: R\$ _____

Recebe algum auxílio do governo: () sim, qual? _____ () não

2. SOBRE A PROFISSÃO DE MOTORISTA na COLETA DE LIXO

Porque você decidiu ser motorista?

Considera a profissão de motorista na coleta de lixo mais valorizada ou menos valorizada que outras profissões que já teve?

Qual foi o processo para ser motorista?

Há quantos anos está exercendo a atividade de motorista na coleta de lixo?

Descreva a sua atividade: como é o dia de um/a motorista da coleta de lixo?

Qual é a sua jornada de trabalho?

Você sabe quantos quilômetros percorre em média por dia?

Quantas viagens o caminhão faz até o aterro sanitário por jornada de trabalho?

Como é o processo de descarregar os resíduos no aterro sanitário?

Na empresa há alguma política de metas para vocês cumprirem?

Existem bairros ou setores melhores e piores para se trabalhar?

Você já trabalhou em quantos setores nessa empresa?

3. SAÚDE DO TRABALHADOR/A E O USO DE EPIs e EPCs

Você já sofreu acidente no trabalho? Como ocorreu e quais foram as medidas adotadas?

Há na empresa política de treinamento e prevenção de acidentes no trabalho?

A empresa possui CIPA? Se sim, você participa e/ou conhece os seus representantes?

A empresa fornece Equipamentos de Proteção Individual (EPI)? Quais?

A empresa fornece Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)?

Há fiscalização da empresa e/ou órgãos governamentais sobre o uso desses equipamentos?

Há pausas durante a jornada?

Como é realizada a manutenção no caminhão? Quem realiza?

4. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Como é a relação do motorista do caminhão da coleta de lixo com os/as moradores/as?

Você já presenciou alguma situação diferente no trabalho, que poderia dizer?

Como é a relação dos/as motoristas com os/as coletores de lixo?

Você acredita que a profissão de motorista do caminhão da coleta de lixo é valorizada?

Você se sente valorizado/a perante os/as outros/as funcionários/as da empresa?

Qual é a pior e a melhor coisa do trabalho como motorista do caminhão da coleta de lixo?

5. DESLOCAMENTO ATÉ O LOCAL DE TRABALHO

Quais meios de transporte você utiliza para se deslocar até o trabalho?

Qual é o tempo médio do seu deslocamento casa-trabalho?

Em algum momento você já assumiu a função de motorista do ônibus na ausência do profissional específico?

Você já sofreu algum acidente no deslocamento trabalho-casa? Se sim, conte um pouco sobre a história:

6. RELAÇÃO COM A EMPRESA

Você recebe algum benefício? Se sim, quais os benefícios que recebe da empresa?

Vocês recebem hora extra quando extrapolam a jornada?

Você acha que teria diferença se exercesse outra profissão? Seriam mais ou menos valorizados?

Os/as motoristas do caminhão da coleta de lixo já fizeram greve?

7. IDENTIDADE

Ser motorista do caminhão da coleta de lixo é?

Caso o/a motorista tenha se autodeclarado indígena, ser motorista indígena do caminhão da coleta de lixo é?